

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
Área de Concentração: Gestão de Negócios**

ROMILDA RAMOS DE ARAÚJO

**OS SENTIDOS DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES
NA FORMAÇÃO DOS INDIVÍDUOS INSERIDOS NAS
ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.**

Maringá
2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROMILDA RAMOS DE ARAÚJO

**OS SENTIDOS DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES
NA FORMAÇÃO DOS INDIVÍDUOS INSERIDOS NAS
ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Iolanda Sachuk

Maringá
2005

ROMILDA RAMOS DE ARAÚJO

**OS SENTIDOS DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES
NA FORMAÇÃO DOS INDIVÍDUOS INSERIDOS NAS
ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.**

Dissertação aprovada como requisito para
obtenção do grau de Mestre no Programa de
Pós-Graduação em Administração,
Universidade Estadual de Maringá e
Universidade Estadual de Londrina, pela
seguinte banca examinadora

Aprovada em 25/08/2005

Prof^ª. Dr^ª. Maria Iolanda Sachuk
(PPA-UEM)

Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto
(Universidade Estadual de Maringá - UEM)

Prof^ª. Dr^ª. Elisa Yoshie Ichikawa
(PPA-UEM)

Ao meu pai (*in memoriam*), que sonhou que o trabalho intelectual fosse o caminho para minha realização pessoal.

À minha mãe, que possibilitou as condições necessárias para que o sonho pudesse ser concretizado.

Às minhas irmãs: Roseli, Rosana e Izabel e ao meu irmão Roberto, incentivadores, desde sempre, de todas as atividades necessárias para transformar sonho em realidade.

E a todos que, mesmo diante das maiores dificuldades e obstáculos, encontram sentido para persistir e seguir em frente...

Dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Sem sombra de dúvida, ao término de um trabalho como este, fica nítido que seu resultado não se deve ao esforço de um único sujeito, neste caso, da pesquisadora, mas que constitui na somatória dos esforços de inúmeras pessoas, que direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização do mesmo. Assim é que, ao nomear algumas pessoas neste tópico, corre-se um grande risco de se cometer injustiça com todas as outras que também contribuíram durante todo o processo, mas que não estão aqui nominalmente citadas. São muitas essas pessoas, a todas o meu carinho e a minha imensa gratidão.

Entretanto, sou particularmente grata à minha Orientadora Prof.^(a) Dr.^(a) Maria Iolanda Sachuk, por ter me acompanhado de maneira constante e competente no decorrer de todo este trabalho. Obrigada não apenas pelas orientações de cunho acadêmico, mas, principalmente, pela amizade, apoio e incentivo nos momentos difíceis.

Meus sinceros agradecimentos e admiração a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá, que muito contribuíram para o meu aperfeiçoamento profissional e, sobretudo, pessoal.

Ao Bruhmer César Forene Canonice, pela gentileza, eficiência e disponibilidade com que sempre veio até onde eu estava para atender as minhas necessidades.

Aos meus colegas de turma de Mestrado, pessoas maravilhosas, solidárias e profissionais competentes, obrigada pela amizade, pelo apoio e carinho que tiveram para comigo.

Aos meus colegas do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, que me receberam muito bem e que têm me incentivado a superar os obstáculos presentes na elaboração de uma dissertação. E não poderia deixar de mencionar aqui, os meus agradecimentos, também, ao corpo docente e administrativo da UNIVALE, principalmente à Magda Hirata Vanzela, responsável, de certa forma, pelo meu ingresso na área acadêmica.

Aos meus alunos, todos, pelo muito que me ensinam e pela alegria e sentido que dão ao meu trabalho.

Aos meus queridos amigos, tanto aqueles que já existiam e permaneceram no decorrer desta jornada, mesmo de longe, torcendo, apoiando e incentivando como àqueles que chegam depois, enriquecendo ainda mais a minha vida, e em especial a Anita, que acompanhou, de muito perto, os momentos de angústia, preocupação e as vitórias alcançadas no desenvolvimento deste trabalho.

À minha família querida, pelo amor, dedicação e o apoio incondicional, minha eterna gratidão.

À Deus, que ao permitir e providenciar meu ingresso no Curso de Mestrado na Universidade Estadual de Maringá, fez com que eu me libertasse de muitas amarras, tornando-me, então, mais confiante, independente e realizada.

“Era ele que erguia casas onde antes só havia chão. Como um pássaro sem asas ele subia com as casas. Que brotavam da mão. Mas tudo desconhecia de sua grande missão: não sabia, por exemplo

(...)

que a casa que ele fazia sendo a sua liberdade era a sua escravidão.

(...)

Mas ele desconhecia esse fato extraordinário: Que o operário faz a coisa e a coisa faz o operário

(...)”

(O Operário em Construção – Vinicius de Moraes)

ARAÚJO, Romilda Ramos. Os Sentidos do Trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas Organizações Contemporâneas. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

Mudanças ocorridas no mundo do trabalho têm alterado, substancialmente, as relações de trabalho e as relações sócio-culturais-econômicas, conseqüentemente, altera-se também os sentidos que vão sendo atribuídos ao trabalho e, por conseguinte, impõem aos indivíduos novas percepções, novas formas de agir, pensar e sentir o seu fazer. Assim, esta pesquisa tomou como análise, a própria categoria trabalho como um universo de significados, cuja transformação no tempo e na história trazem implicações aos modos de viver e subjetivar. O objetivo principal do presente trabalho de pesquisa consistiu em analisar os sentidos do trabalho presente nas organizações contemporâneas e suas implicações na constituição do homem enquanto sujeito, visto que o debate que envolve o mundo do trabalho é um dos temas essenciais da contemporaneidade. O enfoque metodológico pautou-se, eminentemente, por um estudo teórico sobre a relação homem – trabalho na busca por compreender os sentidos que foram e, continua sendo, atribuído a essa dimensão significativa da vida humana, o trabalho, que ainda pode ser considerado elemento estruturador tanto da identidade do indivíduo como fomentador das condições sociais, econômicas e culturais que alicerçam a sociedade contemporânea. Com o intuito de propiciar uma visão o mais totalizante possível, recorreu-se a diferentes áreas do conhecimento tais como Filosofia, Sociologia, Psicologia e Ciências Sociais para apreender os sentidos do trabalho e as ideologias subjacentes a ele em diferentes contextos históricos. Os dados coletados foram secundários e analisados hermeneuticamente, isto é, procurando interpretar e extrair a essência de cada leitura realizada. Verificou-se, ao término da pesquisa, que os sentidos do trabalho sempre estiveram historicamente vinculados às condições materiais, culturais e ideológicas da sociedade, o que propiciou diversas metamorfoses na construção dos significados atribuídos ao trabalho ao longo da vida produtiva do homem.

Palavras-chave: Sentidos do Trabalho. Identidade. Cultura. Alteridade. Ideologia.

ARAÚJO, Romilda Ramos. The Significance of Work and its Implications in the Individual's Formation inserted in Contemporary Organizations. 2005. Master's Thesis in Administration. State University of Maringá, Maringá PR Brazil.

ABSTRACT

Changes in the labor environment have substantially modified relationships between work and the social, cultural and economical interactions. There have also been changes in significances that are attributed to work. Thus, new perceptions, new manners in acting, thinking and feeling are imposed on individuals. The work category has been analyzed in current research as a set of meanings whose transformation in time and history brought several implications on the manner of living and of subjectifying. Current research aims at analyzing the meanings of labor in contemporary organizations and its implications in the human being as a subject. The theme is of paramount importance due to the fact that the debate that involves labor is one of the contemporary world's most important themes. Methodology consisted of a theoretical study on the relationship human being – labor so that the significances that were and still are attributed to this significant dimension of human life could be understood. In fact, labor can still be a structuring element of the individual's identity and the fomenter of social, economical and cultural conditions on which contemporary society is based. Aspects of Philosophy, Sociology, Psychology and Social Science were deployed to understand the significances of work and the underlying ideologies in different historical contexts within a holistic background. Data collected were secondary and hermeneutically analyzed so that the essence of each reading could be interpreted and highlighted. It may be concluded that significances of labor were always historically linked to material, cultural and ideological conditions of society. This fact caused several metamorphoses in the building of significances attributed to labor throughout human productive life.

Key words: significances of labor. Identity. Culture. Alterity. Ideology.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Representação da relação trabalho, objeto e seu significado	42
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Características das Organizações de Segunda, Terceira e Quarta Ondas 66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA	14
1.2	PROBLEMATIZANDO A PESQUISA	24
1.3	OBJETIVOS	30
1.3.1	Objetivo Geral	30
1.3.2	Objetivos Específicos	30
1.4	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	31
1.5	PROPOSTA METODOLÓGICA	33
1.5.1	Perguntas de Pesquisa	33
1.5.2	Caracterização da Pesquisa	33
1.5.3	Coleta de Dados	36
1.5.4	Análise dos Dados	36
1.6	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	37
2	OS SENTIDOS DO TRABALHO	39
2.1	CONCEPÇÃO DE TRABALHO AO LONGO DA HISTÓRIA	40
2.2	LABOR, TRABALHO E AÇÃO	47
2.3	A VIDA NO FEUDO E SEUS MODOS DE PRODUÇÃO	55
2.4	O TRABALHO NA ECONOMIA DE MERCADO	60
2.5	SOBRE NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	67
3	CULTURA, IDENTIDADE E ALTERIDADE	73
3.1	CULTURA	73
3.2	IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE NO TRABALHO	84
3.3	ALTERIDADE	99

4	IDEOLOGIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	106
4.1	IDEOLOGIA: CONCEITOS E ABORDAGENS	106
4.2	DIMENSÕES E MODOS DE SE TRATAR A IDEOLOGIA	112
5	ANALISANDO OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO	119
5.1	O TRABALHO NA SOCIEDADE PRIMITIVA	119
5.2	O TRABALHO NA SOCIEDADE GRECO-ROMANA	125
5.3	O TRABALHO NA IDADE MÉDIA	130
5.4	REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	137
5.5	CONTEMPORANEIDADE	143
	CONCLUSÕES	148
	REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

A história do trabalho revela que é inegável que se construiu nos últimos tempos uma nova forma de organização e arregimentação do trabalho em muito diferenciada da forma constituída nos séculos anteriores. Ao trabalho foi se atribuindo cada vez mais importância social, cultural, econômica, política-ideológica, como também psicológica. Pode-se dizer que, para o homem moderno, o trabalho mobiliza uma gama de processos psíquicos individuais e coletivos, que afetam a identidade e toda a vivência dos sujeitos na sociedade.

Sem dúvida, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho têm alterado, substancialmente, as relações de trabalho e as relações sócio-culturais-econômicas. Busca-se em meio ao caos, uma regularidade e uma ordem que amenize a angústia e a ansiedade características dos tempos modernos, com um nível de exigências em termos de conhecimentos e perfeição, humanamente impossível de se alcançar. O homem vai sendo, assim, engendrado numa dinâmica social e organizacional, sem se dar conta de que está se deixando levar por algo que é muito mais forte que ele e contra o qual é muito difícil lutar, especialmente de forma individual.

Esse processo de mudanças radicais é uma das condições da modernidade, definida por Giddens (1991, p. 11) como... *“estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”*.

Esta definição associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial, mas não evidencia suas principais características que são apontadas por Chauí (1995), como sendo a confiança na razão, o privilégio do universal, a crença no progresso linear da civilização e na continuidade temporal da história. Aponta-se, ainda, que ela é a tensão entre o efêmero e o eterno ou a busca do essencial no ocidente. E essa concepção foi expressa por Baudelaire (citado em HARVEY, 1996, p.21) quando afirmou que “*a modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável*”.

Berman (2003) evidencia essa efemeridade e fragmentação na seguinte descrição:

Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 2003, p. 15).

Em termos históricos, portanto, o conceito de modernidade foi sendo introduzido a partir de determinadas caracterizações – o mito da tecnologia, o domínio da razão científica, a idéia de progresso, a exaltação da democracia – que a diferencia de períodos ou fases anteriores da humanidade, como o mundo primitivo, o mundo antigo e o mundo medieval. Berman (2003), enfatiza esse aspecto ao apontar que o turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes, dentre elas destacam-se as grandes descobertas nas ciências físicas, a industrialização da produção, a explosão demográfica, o rápido crescimento urbano, os

sistemas de comunicação de massa, Estados nacionais cada vez mais poderosos e um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante e em permanente expansão.

Assim, salienta Giddens (1991), os modos de vida produzidos pela modernidade desvencilharam o homem de todos os tipos de ordem social de uma maneira sem precedentes, pois

...tanto em sua extensionalidade quanto em sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são as mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. As mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos – um diminuto período de tempo histórico – foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-la (GIDDENS, 1991, p. 14).

É pertinente ressaltar que o projeto da modernidade entrou em foco durante o século XVIII, como enfatiza Harvey, (1996), e equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas. A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. Dessa forma, a noção de modernidade, segundo Touraine (1994), resulta, então, de duas grandes correntes de pensamento: de um lado, o racionalismo greco-romano, retomado pelos humanistas da Renascença; de outro, a concepção cristã de alma, secularizada por meio da noção de sujeito.

Assim, o modernismo trás no seu bojo a promessa de um sujeito autônomo progressivamente emancipado pelo conhecimento adquirido por meio dos métodos científicos. A grande questão era de que o entendimento cumulativo, a razão instrumental e técnica proporcionassem uma

qualidade de vida e uma felicidade até então não alcançada. Para Touraine (1994), durante muito tempo, a modernidade foi definida apenas pela eficácia da racionalidade instrumental, ignorando o elemento humano como liberdade e como criação. Dessa redução, salienta o autor, decorreram os fundamentos de sua crise, cuja superação – e estabelecimento de uma nova modernidade – pressupõe o resgate de sua outra metade: o sujeito.

De acordo com essa perspectiva, Touraine (1994), ressalta que a modernidade, no seu sentido estrito, pode ser compreendida como um redirecionamento do homem para o centro da sociedade, contemplando suas várias dimensões: tecnológica (combinando racionalização e subjetivação); social (na medida em que a subjetivação só é possível por meio do movimento social); política (visto que a democracia é o regime que permite a expressão política do indivíduo) e cultural (uma vez que valores de liberdade e eficácia se encontram em sua origem).

Silva (2004), enfatiza que a *modernidade* anunciou o triunfo da *Razão*. Ela representou a possibilidade de construção de um mundo *novo*, de costas para o passado medieval, contra os valores morais e teológicos predominantes na Idade Média. Em seu lugar, impôs a racionalização do processo de produção, a impessoalidade nas relações, a dominação das elites que buscaram moldar o mundo ao seu pensamento, através da conquista de novos mercados, pela organização do comércio, a produção fabril e a colonização.

Dessa forma, o triunfo da *Razão*, idéia essencial da modernidade, representou a substituição de Deus pela Ciência: as crenças religiosas foram relegadas à vida privada, ressalta Silva (2004) e afirma que a *Razão fez tábula rasa* da tradição secularmente fundada no predomínio

das idéias e dos valores cristãos-medievais que submetiam o destino dos homens e, também, das formas de organizações sociais e políticas fundadas na crença e no domínio dos costumes.

Sobre este aspecto, também Chauí (1995), aponta que a modernidade está associada ao desaparecimento da idéia de uma ordem universal, pois desaparece a idéia de um mundo finito, dotado de centro e periferia, de “lugares” naturais e de hierarquia entre seres. Essa era a concepção que imperava na Antiguidade, a existência de uma ordem natural universal e racional onde cada um segundo seu grau de perfeição e de realidade possuía um lugar próprio que determinava sua natureza, seu caráter, seus comportamentos e suas ações. Para Heller (1999), esse arranjo social moderno começou a tomar forma durante o período de desconstrução do pré-moderno justamente quando, as funções que homens e mulheres deveriam exercer, deixaram de ser determinadas por uma estratificação hierárquica fechada e passaram a ser determinadas pelo próprio homem, em detrimento de sua posição na hierarquia social. Assim, a posição social, hierarquicamente fixa, deixa de existir e o que passou a determinar a posição que homens e mulheres ocupariam dentro da hierarquia das instituições econômicas, políticas e culturais na era moderna foram fatores como riqueza, poder e fama.

Uma outra característica essencial da modernidade, de acordo com Heller (1999), é a nova concepção de homem, que passa, a partir de então, a ser visto como ser livre e não determinado estratificamente. Isso significa que, em princípio, os homens nascem livres porque nascem contingentes: no momento do seu nascimento, nada está escrito em seus berços, afirma a autora. E acrescenta

Em princípio, suas possibilidades são ilimitadas. Nascer livre é nascer sem determinações, liberdade é igual a vazio. Este vazio precisa ser preenchido com conteúdos pelas escolhas e pelos atos do homem e da mulher modernos. Parece que perderam a tradição e o sentido de naturalidade que a acompanha. Tornaram-se maleáveis. Foram volatilizados (HELLER, 1999, p.16).

Porém, a liberdade, além de possibilidades, trás em si desafios, cobram um preço.

Homens e mulheres que acreditam em si mesmos por seus sucessos têm que odiar seus fracassos. Em geral, é assim que as pessoas de hoje percebem a vida no mundo inteiro. Pelo menos, encaram-na assim, de forma pragmática, em número cada vez maior. Podemos perguntar a uma menina em qualquer lugar do planeta: “O que você quer ser quando crescer?” Uma pergunta impossível nas condições pré-modernas (HELLER, 1999, p. 16).

Caberia nesse sentido perguntar: há limites para o homem? A resposta moderna seria provavelmente não, pois a crença no infinito e na liberdade tornou os homens confiantes nas capacidades de domínio e controle da natureza e de tudo que diz respeito ao mundo dos homens. Esse mundo passa, então, a ser governado por leis naturais racionais e impessoais que podem ser conhecidas pela razão e permitem aos homens o domínio técnico sobre a natureza. A realidade é agora representação, ou seja, existe na relação direta como é apreendida intelectualmente pelas operações do sujeito do conhecimento e o saber destina-se a revelar, segundo Chauí (1995), como as coisas operam e funcionam e não mais como as coisas são.

Um dos mitos mais importantes da civilização ocidental, o mito de Fausto, demonstra claramente as contradições e as dificuldades provocadas pelos processos de modernização e pelas mudanças sociais bruscas. Para Berman (2003), o Fausto de Goethe, traça um pano de fundo ideal para a compreensão das transformações geradas pela modernidade. Tal obra retrata mudanças sociais e econômicas radicais, descontínuas em um dos períodos mais turbulentos e revolucionários da história mundial. O personagem de Goethe, Fausto, é animado pelo sonho da modernização e do progresso, reunindo assim o ideal romântico de desenvolvimento com o ideal épico de uma nova ordem e de uma nova sociedade construídas a partir do nada, por meio do planejamento e da aplicação de uma racionalidade superior. Assim, a fim de criar o seu mundo novo, Fausto vende sua alma em troca do acesso irrestrito

ao conhecimento e à sabedoria. O projeto fáustico de mudança implica ruptura com o passado, pois se baseia na imposição de uma racionalidade perfeita e impecável a um mundo medieval considerado imperfeito.

Ainda de acordo com Berman (2003), o Fausto de Goethe supera todos os outros mitos, reproduzindo a transformação e as vertigens dos amplos movimentos de toda sociedade. A força vital que gera sua riqueza, dinamismo e ímpeto transformador é seu desejo de desenvolvimento, um processo dinâmico que funde autodesenvolvimento e desenvolvimento econômico e une todas as experiências humanas.

Entretanto, Vasconcelos e Vasconcelos (2004), lembram que a transformação aportada pelo progresso na perspectiva modernista é trazida por sua contínua autonegação ou contradição lógica, o que, conseqüentemente, introduz o paradoxo que faz nascer a angústia e relembram as advertências de Baudelaire ao afirmarem que

compreender essa transformação da modernidade, bem como reconstruir o sentido de si próprio, de seu trabalho e de sua vida após essa autonegação, é a arte do indivíduo que “reconstrói a si mesmo em meio à angústia e à beleza do caos”. Assim, caos e confusão fazem parte dessa caminhada e da transição de um sistema para outro (VASCONCELOS e VASCONCELOS, 2004, p.108).

Alvesson e Deetz (1999), enfatizam que quando se fala em alteração da ordem pré-estabelecida, não se deve entender “desordem” como sinônimo de desorganização, numa interpretação que reduziria a solução do problema a uma mera questão de restabelecimento da ordem que mantivera o passado, aparentemente, organizado. A desordem social que se vive, nos dias atuais, é um processo muito mais complexo, de base revolucionária e irreversível, cuja incidência dá-se sobre as próprias bases da sociedade moderna, em decorrência de três fatores, salientam esses autores. O primeiro fator é relativo à perda da confiança no modelo

social instaurado pela cultura científica na Idade Moderna; o segundo fator, de caráter mais imperativo no processo de desorganização social, constitui-se com as tecnologias hipertextuais de informação, cuja estrutura autorizou o ingresso na cultura científica das massas, bem como de todas as sociedades de cultura preponderantemente oral, dando-lhes visibilidade e autoconfiança; o terceiro fator, decorrente do anterior, resulta na dramática transformação nos meios de produção, alterando radicalmente não apenas a relação da humanidade com o trabalho, mas, especialmente, o enquadramento social das pessoas. Dessacralizavam-se, deste modo, ao mesmo tempo, os princípios morais e éticos de todo um modelo de sociedade.

Aqui entra em ação um novo conceito que trás em seu bojo uma multiplicidade de concepções e confusões que ainda hoje não encontra definição satisfatória, trata-se, pois, do termo Pós-modernismo. No Dicionário de Filosofia, Pós-modernismo é definido como aquilo que, nas últimas décadas do Século XX, adota uma postura descomprometida, independente, em face das transformações profundas ocorridas na ordem socioeconômica, sendo que o ecletismo e o inusitado são traços correntes na cultura pós-moderna.

A concepção de pós-modernidade está condicionada, então, a idéia de que a desestabilização provocada pela história recente dos valores sociais do homem moderno atuou de forma contundente sobre as perspectivas de satisfação e auto-realização dos sujeitos contemporâneos, gerando, assim, um mal-estar universal, marcado por sensações de perda de identidade e de desconfiança nas instituições.

Neste aspecto, Alvesson e Deetz (1999), ampliam essa concepção ao relatar que a abordagem pós-moderna, toma a centralidade do discurso, a textualidade, para enfatizar e demonstrar

como os poderes constitutivos de linguagem e os objetos “naturais” são vistos como discursivamente produzidos. Cada pessoa nasce dentro de discursos correntes, que têm uma presença continuada e material. Assim, se os discursos estruturam o mundo, eles ao mesmo tempo estruturam a subjetividade da pessoa, provendo-a com uma identidade social particular e um modo de ser no mundo.

Os estudos pós-modernos enfatizam, também, a questão das identidades fragmentadas, rejeitam a noção do indivíduo autônomo, autodeterminado, com uma identidade unitária segura como o centro do universo social. As práticas lingüísticas e não-lingüísticas são centrais para a produção do objeto, e através da linguagem e, portanto, das interações e relações específicas com o ser é que determina do que o objeto é constituído. A linguagem é, então, central á produção de objetos na qual ela provê as distinções sociais/históricas que fornecem unidade e diferença. Neste aspecto, a produção de conhecimento perde o senso de inocência e neutralidade, já que este está a serviço do poder.

De acordo com Chauí (1982), a lógica do discurso pós-moderno é fazer com que as divisões e as diferenças apareçam como simples diversidade das condições de vida de cada um. Esta lógica está presente nas organizações e na sociedade, de modo geral, na medida em que,

no capitalismo contemporâneo, a dominação e a exploração se fazem sobrepondo à divisão de classes uma segunda divisão social que é a divisão entre os que sabem, e por isso dirigem, e os que não sabem, e por isso executam. Essa divisão entre dirigentes e executantes, que aparece como a divisão entre “competentes” e “incompetentes” é muito atual. Hoje, quando se discute a questão do mercado, a competição, o sucesso, o indivíduo “que se dá bem”, as duas palavras-chave são “eficiência” e “competência”, e essa é uma forma de ocultar a dominação e a exploração (CHAUÍ, 1982, p.21).

Tal aspecto também se evidencia ao analisar a predominância e o papel das organizações hiper-modernas, que têm imposto à sociedade uma forma de pensar, ser e fazer que perpassa

pelo domínio do subjetivo, por meio do mecanismo de sedução, coerção e identificação. Observa-se tais aspectos na cultura do consumismo e nas relações interpessoais que têm se tornado cada vez mais competitiva e individualizada, alterando, conseqüentemente, a relação do indivíduo consigo mesmo e com seus pares.

Outro aspecto relevante a considerar, é que a época atual é considerada uma era em que se vive sob o efeito de grande espetáculo, onde o parecer é mais importante que o ser, ou seja, um tempo de aparências, onde a realidade é distorcida e o que se tem é hiper-realidade, um simulacro, que substitui o mundo real, em que simulações têm precedência sobre a ordem social contemporânea.

Santos (1986), apresenta um exemplo simples da essência da pós-modernidade ao explicitar que os indivíduos preferem a imagem ao objeto, a cópia (foto) ao original, o simulacro (a reprodução técnica) ao real. E questiona:

não é justamente com essa hiper-realidade que convivemos diariamente, através da mídia, da moda, onde tudo é perfeito? E por que? Porque o simulacro, tal qual a fotografia a cores embeleza, intensifica o real. Ele fabrica um hiper-real, espetacular, um real mais real e mais interessante que a própria realidade (SANTOS, 1986, p.12).

É fácil, portanto, constatar que se vive em um mundo de aparências, repleto de ideologias, onde o parecer sobrepuja o ser. Assim, a subjetividade que deveria ser autônoma se amolda aos apelos da mídia e de uma sociedade de consumo e aí se tem à ilusão de algo agradável e prazeroso, mesmo que a realidade demonstre outro aspecto, evidenciando a completa alienação em que vive o homem, capturado pelas contradições do capitalismo pós-industrial.

Dessa forma, refletir e compreender as relações sociais nas quais se produzem as necessidades e os desejos, as contradições e os valores que permeiam a sociedade e as organizações contemporâneas, é premente por uma melhor compreensão da própria realidade. Pois, num momento como este, em que toda a sociedade deve se responsabilizar pelo futuro da humanidade, a organização como uma de suas frações, desempenha papel relevante no entendimento e desenvolvimento de subjetividades e intersubjetividades. Assim, situar as esferas em que atuam e pelas quais se responsabilizam as pessoas e as instituições da sociedade, é um passo fundamental para o entendimento acerca do sentido da vida e do trabalho na pós-modernidade.

Cabe ressaltar que estes são temas recorrentes nos estudos das organizações, porém, pela sua própria relevância, haja vista que trás em seu bojo discussões sobre poder, sedução, subjetividade e intersubjetividade, ideologia, cultura, autonomia, entre outros, uma vasta literatura tem sido produzida, e não se esgota, justamente por propiciar novos “olhares” e “vozes” na discussão e reflexão sobre o papel do homem na sociedade e nas organizações contemporâneas, principalmente no que tange as organizações de trabalho.

1.2 PROBLEMATIZANDO A PESQUISA

As questões apontadas anteriormente demonstram claramente que vêm ocorrendo transformações importantes no mundo do trabalho. Novas formas de organização aparecem e, conseqüentemente, observa-se mudanças radicais como, por exemplo, o desaparecimento de empregos permanentes e, simultaneamente, o surgimento de novas tecnologias e formas inovadoras de organização do trabalho. Estes são apenas alguns dos fenômenos da mundialização do capital, ou mesmo do processo de globalização da economia. No âmago

dessa questão está o trabalho como fator preponderante, pois representa um valor importante na sociedade contemporânea.

Histórica e politicamente, a humanidade se estrutura, quase em sua totalidade, em função do conceito de trabalho. Os seres humanos desde os caçadores da era paleolítica, aos fazendeiros, artesãos medievais, operários da linha de montagem do século XX, aos profissionais da área técnico-científica informacional de hoje, tem no trabalho, parte fundamental de sua existência, de sua razão de viver.

Portanto, o debate que envolve o mundo do trabalho é um dos temas essenciais da contemporaneidade. Por ter o trabalho valor inalienável socialmente, muitos historiadores utilizam-se dos modos de trabalho e produção para caracterizar o tempo e a história do homem, seja por meio das guerras, das conquistas ou de seus costumes. Trabalho e realização humana, portanto, estão intrinsecamente relacionados e essa relação é tão antiga quanto a história da humanidade, pois o trabalho, enquanto ação transformadora do homem sobre a natureza está presente desde as sociedades primitivas às sociedades industrializadas e informatizadas de hoje. No fundo, é isso que o homem faz desde o início, relacionar-se com a natureza, dominá-la, tentar tirar dela proveito, para perpetuar a sua existência.

Usando esse raciocínio, a questão do trabalho aparece como o confronto do homem com a natureza, numa relação de progressivo conhecimento e controle dela, cujo estímulo são as diversas e sucessivas necessidades humanas nas diferentes etapas dessa relação e desse processo, etapas nas quais o homem se transforma.

Compreender, portanto, os sentidos do trabalho para os indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas e suas implicações na constituição do sujeito é um desafio importante não apenas para os administradores, mas também para todos aqueles que direta ou indiretamente estão ligados às organizações de trabalho. Principalmente quando se verifica que as transformações no mundo do trabalho são paradoxais. Novas tecnologias e formas de gerenciamento na produção promovem o aumento da produtividade que elimina, com a automação, postos de trabalho, gerando o chamado desemprego tecnológico. As divisões de trabalho se alteram, surgem novos campos de trabalho, grandes contingentes de trabalhadores industriais são expulsos para o setor terciário da economia ou para o chamado “setor informal”, ou, ainda, são totalmente excluídos do mercado de trabalho, criando o desemprego estrutural e a exclusão.

Outro ponto a ser considerado é a dicotomia vivenciada pelo ser humano que por um lado, vive e, muitas vezes, deleita-se com os benefícios que a era globalizada e informacional fornece, satisfazendo-se com a possibilidade ‘sempre’ desafiante de desenvolver um trabalho como novo todo os dias dando asas ao seu espírito criativo a partir de novos conhecimentos e instrumentos de trabalho, por outro, escraviza-se, e muitas vezes esgota-se, esquecendo de outro lado da vida absorto pelo *frisson* de estar sempre atualizado e conhecedor das últimas notícias, novidades técnicas e interesses que certamente o levaram ao Olimpo do sucesso profissional bem como ao reconhecimento pessoal. Permite-se, quase que inconscientemente, a essa ‘coisificação’ para sobreviver às exigências da empregabilidade e somente acorda ao desgaste físico e emocional quando percebe que seu corpo e sua alma exibem limitações para esse processo.

Permanece em aberto a dificuldade de superação do impasse: desenvolvimento técnico e desumanização na sociedade capitalista pós-moderna. Tudo indica que a política e, conseqüentemente, sua ideologia adquire neste contexto um papel fundamental. A política, a ética, e a tecnologia, tendem a formar uma aliança sólida para o desenvolvimento e superação dos impasses da sociedade pós-moderna. Hannah Arendt, já refletiu sobre esse impasse no final dos anos 50 por meio de sua obra “A condição humana”. Nesta obra defende o trabalho, considerando que o seu fim seria inimaginável numa sociedade. Entretanto, para a autora, “o essencial é compreender, a compreensão é criadora de sentido que se enraíza no próprio processo da vida na medida em que tentamos, através da compreensão, conciliar-nos com nossas ações e paixões” (ARENDR, 2004, p. 346).

Assim, entender as diferentes concepções e representações de trabalho para o indivíduo presente nas organizações contemporâneas é de suma importância, haja vista que tais construções não são obras de um sábio específico, nem do acaso. Resultam de um processo de criação histórica, no qual o desenvolvimento e propagação de cada uma são concomitantes à evolução dos modos e relações de produção, da organização da sociedade como um todo e das formas de conhecimento humano. Dessa forma, a criação de cada concepção do trabalho associa-se a interesses econômicos, ideológicos e políticos, servindo como instrumento de justificação das relações de poder.

O que se verifica do exposto acima é que as relações existentes entre os homens em sociedade podem ser analisadas a partir das relações de trabalho. Por meio do trabalho, um dos fatores mais importantes da condição da existência humana, o homem se relaciona com a sociedade, com a prática social e consigo mesmo. Neste aspecto, pode-se afirmar que é do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem

transforma a sociedade e faz a história. O trabalho torna-se, então, categoria essencial que lhe permite não apenas explicar o mundo e a sociedade, o passado e a constituição do homem, como lhe permite antever o futuro e propor uma prática transformadora do homem, propor-lhe como tarefa construir uma nova sociedade, afirmam Andery e Sérgio (2003).

A mesma análise sobre a importância do trabalho na construção das relações sociais e na constituição da vida humana, é ressaltada também por Lafargue (1999), ao enfatizar que

O trabalho, em si mesmo, é uma das dimensões da vida humana que revela nossa humanidade, pois é por ele que dominamos as forças da natureza e é por ele que exteriorizamos nossa capacidade inventiva e criadora (LAFARGUE, 1999, p.33).

Entretanto, a categoria trabalho tem se alterado radicalmente nas últimas décadas como já citado anteriormente. E a história do trabalho revela que é inegável que se construiu neste século uma nova forma de organização e arregimentação do trabalho em muito diferenciada da forma construída nos séculos anteriores.

Recentemente, muito se há discutido e publicado sobre a aceleração e diversidade das transformações do mundo trabalho, sobretudo aquelas concernentes e/ou decorrentes da introdução de novas tecnologias de produção, tais como a informatização, a automação, os novos modelos de gestão e as novas possibilidades de produtividade. Tem-se discutido o alcance dessas transformações para uma mudança acentuada na forma de conceber o trabalho, caracterizando o surgimento de novos paradigmas, redefinindo o lugar do trabalho na vida da sociedade e de cada indivíduo, alterando, sobremaneira, os sentidos atribuídos ao trabalho e a forma de geri-lo no interior das organizações contemporâneas.

De acordo com Motta (1999), o dirigente do passado, na sua forma de gestão, costumava erguer barreiras entre ele, seus pares e seus subordinados. Hoje, estudiosos, pesquisadores, consultores de empresas e executivos bem-sucedidos recomendam que estas barreiras sejam derrubadas e, em seu lugar, sejam construídas pontes, com base em habilidades e atitudes que privilegiem mais a visão sistêmica, holística, prospectiva, participativa, valorativa do conjunto das diferenças individuais. Encontra-se, neste aspecto, a necessidade de uma mudança cultural.

Este posicionamento reforça a necessidade e o grau de importância que a realização de estudos como estes passam a ter neste contexto, onde é preciso continuar investigando cada vez mais, principalmente, quando se constata através da literatura administrativa, que novas perspectivas de compreensão do universo organizacional começam a ganhar espaço, apresentando formulações alternativas, segundo as quais as organizações são reproduzidas e transformadas por meio de processos políticos e culturais que não conseguem ser captados pelo conjunto de preceitos analíticos proporcionados pelas teorias até então dominante (DELLAGNELO, 2000; MORGAN, 1996).

Acredita-se, então, que a partir de uma compreensão dessas relações de trabalho sob uma perspectiva objetal e, portanto, produtora de significados, faz-se necessário conceber a definição e/ou redefinição do projeto pessoal/profissional como tarefa a ser reconfigurada e circunstanciada continuamente, uma vez que as atividades de trabalho vão se alterando e, por conseqüência, os significados ali gerados. Dessa forma, na realização deste estudo, destacam-se pontos de reflexão, como: que ideologias e apelos estão subjacentes à crescente ênfase na aquisição de novos padrões como inovação, flexibilidade, participação, criatividade como

requisitos atuais exigidos cada vez mais pelo mercado de trabalho e pela sociedade em geral e as implicações de toda problemática na constituição do indivíduo enquanto sujeito.

Neste sentido, definiu-se como problema de pesquisa a orientar este trabalho, a seguinte pergunta: Quais os sentidos do trabalho que permeiam as organizações contemporâneas e suas implicações na constituição do homem enquanto sujeito?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar os sentidos do trabalho presente nas organizações contemporâneas e suas implicações na constituição do homem enquanto sujeito.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar na literatura oriunda das Ciências Humanas e Sociais, os sentidos do trabalho.
- Correlacionar os conceitos de cultura, identidade, alteridade e ideologia com os sentidos do trabalho nas organizações contemporâneas.
- Fazer um contraponto dos conceitos apresentados em relação ao sentido do trabalho, buscando pontos convergentes e divergentes entre as referidas abordagens.

1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Os recentes e cada vez mais frequentes desafios que perpassam pelo mundo do trabalho, levam as organizações a uma revisão e reformulação da forma pela qual são estruturadas e conduzidas, pois, é amplamente reconhecido que os critérios para competir no mercado estão em constante evolução e os fatores associados a este ambiente o tornam cada vez mais complexo.

Segundo Vasconcelos, Motta e Pinochet (2003), diversos estudos apontam que as organizações vivem atualmente uma época de dualidades porque, dada a transição do modelo industrial para o pós-industrial, os papéis sociais e a política de gestão de pessoas nas organizações estão sendo redefinidos. Aqui residem paradoxalmente o risco e a oportunidade na adoção das inovações organizacionais bem como no surgimento dos sentidos que são atribuídos ao trabalho.

Entretanto, pensar a inovação como a simples necessidade de mudança, desvinculando-a de seu significado real como fenômeno, afirma Torres Junior (2003), pode levar e tem levado às prescrições superficiais, *ad-hoc*, funcionais em certos casos e desastradas em outras, não apenas nas formas de gerir as organizações, mas também e, sobretudo, nos sentidos e significados que perpassam a questão do trabalho. Porém, atentar-se para a essência do fenômeno, isto é, para o que ocorre na interação dos elementos do processo de mudança, pode-se descobrir aí elementos normalmente velados, de difícil percepção, como muitas das ideologias que sustentam todo o processo, por exemplo, e, quando vistos, considerados menores. No entanto, são elementos que estão naturalmente presentes na vida organizacional, pois se referem a aspectos relevantes como a questão da cultura, da identidade, da alteridade, enfim, na própria subjetividade do indivíduo que determina e é determinado pelo seu fazer.

Essa importância do trabalho para o indivíduo também é destacada por Bastos, Pinho e Costa (1995), ao afirmarem que a esfera de vida pessoal está impregnada pelas questões do trabalho nas sociedades modernas, visto que ele é utilizado como definidor da estrutura de tempo (dias, meses, anos), divisor entre atividades pessoais (autodeterminadas) e impessoais (heterodeterminadas), legitimador social de diferentes fases da vida (estudo, trabalho e aposentadoria). Além do mais, acrescentam os autores acima, o trabalho se coloca como uma necessidade existencial, cujos rendimentos servem para a satisfação de necessidades humanas (alimentação, moradia, educação, lazer, bem-estar social, arte, prestígio), tornando-se, portanto, um elemento crítico contribuidor para o autoconceito e identidade pessoal. Assim, o trabalho possui um forte caráter estruturante nos níveis pessoal e social.

Dessa forma, discutir os sentidos do trabalho para os indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas requer, conseqüentemente, uma compreensão histórica, não apenas do processo de industrialização, mas de própria História do homem e sua relação com o trabalho, visto que o modo com o qual o fator humano é gerenciado nas organizações dependem, basicamente, do modelo de gestão adotado e, principalmente, do paradigma industrial predominante em um determinado período.

Assim, esta pesquisa justifica-se na medida que pretende tomar como análise, o processo de mudança decorrente de uma economia globalizada, relacionando aqui as transformações que têm ocorrido na própria categoria trabalho como um universo de significados, cuja transformação no tempo e na história trazem implicações aos modos de viver e trabalhar. É importante frisar que o sentido do trabalho não é oriundo apenas de influências passadas, como também é um fator que influencia o futuro, como ressalta Bittar (1997). Dado, então, a relevância que o trabalho tem na vida do homem e da sociedade, a realização de trabalho

como estes que pautam por uma reflexão multidisciplinar sobre o tema já constitui motivo importante que justifica o estudo do assunto, pois o sentido do trabalho possui uma influência causal e potencial na forma e direção de mudanças em instituições sociais e econômicas do presente e do futuro.

1.5 PROPOSTA METODOLÓGICA

Com o objetivo de nortear a realização desta pesquisa, sugere-se as seguintes questões:

1.5.1 Perguntas de pesquisa

- Quais os sentidos do trabalho que permeiam as organizações contemporâneas?
- Que implicações tiveram e ainda tem tais concepções na constituição do homem enquanto sujeito?
- Como se deu à construção dos significados atribuídos ao trabalho ao longo da vida produtiva do homem?
- De que forma temas como cultura, identidade e alteridade estão correlacionados com os sentidos do trabalho nas organizações contemporâneas?
- Quais as Ideologias que permeiam os discursos organizacionais em relação aos sentidos do trabalho para os indivíduos inseridos nas organizações?

1.5.2 Caracterização da pesquisa

Conforme afirma Bruyne *et al* (1991), a metodologia em um trabalho de pesquisa cumpre a responsabilidade não apenas de considerar os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo. Neste aspecto, este tópico visa apontar os métodos e procedimentos utilizados para a realização desta pesquisa.

Pode-se dizer que esta pesquisa caracteriza-se por ser predominantemente qualitativa quanto a sua natureza. *A priori* o método qualitativo difere do quantitativo à medida que não emprega um instrumento estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. Em princípio, pode-se afirmar que, em geral, as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Segundo Good e Hatt *apud* Richardson (1999, p.38) “a pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos qualitativos e quantitativos, ou entre ponto de vista estatístico e não estatístico. Além disso, não importa quão precisa sejam as medidas, o que é medido continua a ser uma qualidade”.

Neste aspecto, os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos, neste estudo, em particular a intenção foi a de compreender os sentidos do trabalho para os indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas bem como aspectos relevantes para este, tais como cultura, identidade, alteridade e ideologia. Apesar de não estar apoiado em informações estatísticas, o estudo procurou manter sua objetividade e validade conceitual, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento científico (TRIVINOS, 1994).

Vale ressaltar que, o estudo em questão não tem a intenção de propor novas concepções de trabalho, tão pouco elaborar teorias explicativas sobre a determinação ou não do trabalho na constituição da identidade do indivíduo, mas visa tão somente refletir sobre as interfaces e

ideologias que permeiam a relação homem-trabalho, a partir de dados descritivos obtidos dos conceitos, teorias e pressupostos elaborados por autores consagrados na Área de Ciências Humanas e Sociais.

Assim, objetivando atingir tal propósito, o passo inicial constituiu em ler e, parafraseando Chauí (2001), “ler” é aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro, é retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho da própria reflexão. E foi retomando o pensamento de outrem que o presente estudo pôde abordar, separada ou simultaneamente, diversos aspectos do significado do trabalho na constituição do indivíduo enquanto sujeito. Espera-se que tal abordagem tenha enriquecido o trabalho, tendo em vista a possibilidade de identificação de várias situações de análise.

Para tanto, optou-se pelo tipo de pesquisa bibliográfica que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográficos, até meios de comunicação orais como rádios, gravações em fita magnéticas e audiovisuais tais como: filmes e televisão. Nessas bibliografias, ou seja, neste conjunto de materiais, escritos e produzidos por autores conhecidos, identificados ou anônimos, pertencentes a correntes de pensamento diversas entre si, estão as produções humanas. E a pesquisa bibliográfica consiste no exame desse manancial, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto. Sob este prisma, a pesquisa bibliográfica propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, podendo por meio da reflexão crítica, chegar a conclusões inovadoras e relevantes.

1.5.3 Coleta de dados

Nesta pesquisa, de modo particular, livros, dissertações, teses e periódicos que versaram sobre os sentidos do trabalho para os indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas, assim como temas relacionados à cultura, identidade, alteridade e ideologia com suas implicações sobre o homem e o trabalho, foram consultados, lidos e analisados. Os dados obtidos com esse tipo de pesquisa constituem, segundo Marconi e Lakatos (2003), dados secundários e foram amplamente utilizados no decorrer do estudo, visto que a necessidade de consultar material publicado sobre este tema tornou-se imperativa. Dessa forma, o instrumento de coleta de dados consistiu na elaboração de Diário de Bordo, onde foram anotadas as sínteses das obras e artigos consultados ao longo da pesquisa. Dados disponíveis em CD ROM, como Dissertações, Anais de Congressos como o ENANPAD (Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração), também foram amplamente consultados, bem como a base de dados disponível no portal da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

1.5.4 Análise dos dados

Em toda pesquisa, as definições das dimensões de análise a serem utilizadas é ponto fundamental para a orientação de todo trabalho. Assim, como neste estudo teve-se a pretensão de identificar os sentidos do trabalho e suas implicações na formação do indivíduo inseridos nas organizações contemporâneas, o método de análise que se mostrou mais apropriado foi o da hermenêutica, já que o mesmo “se refere à arte de interpretar textos e, sobretudo, à comunicação humana” (DEMO, 1995, p.247), pois, parte da constatação de que a realidade social possui dimensões tão variadas, nuançadas e mesmo misteriosas, que é mister atentar não só para o que se diz, mas igualmente para o que não se diz.

Diante de fenômenos tão humanos, frágil e sensível, é mister um método adequado, dotado de humildade de quem se dispõe a escutar primeiro, para depois pronunciar-se, compromissado a compreender o sentido real apesar do texto, dedicado a perscrutar as entranhas das ondas comunicativas que facilmente se desgarram e “descomunicam”. Ademais, a hermenêutica coloca-se a missão essencial de compreender “sentidos”, ou seja, o conteúdo típico humano que se imprime a qualquer contexto histórico, no qual não existem apenas fatos dados, acontecimentos externos, mas também “significação”, “sentido”, “valores”. (...) Compreender tais sentidos, apreender tais significados, apreender preferências culturais é tarefa da hermenêutica, que precisa saber equilibrar capacidade formal com percepção política (DEMO, 1995, p. 249).

Foi com o intuito de apreender os sentidos do trabalho, para, então, extrair dele o conhecimento de outras de suas propriedades é que se fez necessário, por meio de leituras diversificadas, conhecer antecedentes, o passado que ficou, a cultura que o gerou, as circunstâncias socioculturais das épocas abordadas. Este estudo, entretanto, não teve a intenção, como já mencionado, de propor novos modelos teóricos para explicitar a realidade e/ou as dimensões, contradições e complexidades do mundo do trabalho ou do significado deste para o ser humano, mas simplesmente conhecer e compreender tais aspectos melhor e desvendar algumas das tramas ideológicas que permeiam a relação Homem-Trabalho.

1.6 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está estruturada da seguinte forma: inicialmente realizou-se uma introdução onde se fez uma apresentação geral de aspectos relevantes da modernidade e pós-modernidade visando contextualizar questões inerentes ao mundo do trabalho e dos sentidos que ele vai atribuindo na constituição do indivíduo enquanto sujeitos inseridos nas organizações contemporâneas. Em seguida, fez-se a problematização do estudo, deixando evidente os objetivos que delinearam a realização da pesquisa, bem como as questões norteadoras da mesma e a metodologia utilizada no decorrer do estudo.

Enquanto estudo teórico, esta dissertação exigiu uma pesquisa aprofundada dos sentidos do trabalho, necessitando abordar diferentes contextos históricos que determinaram, ao longo de séculos, a maneira de “ver” e “sentir” o trabalho. É sobre estas concepções que trata o primeiro tópico desta pesquisa, onde se faz um resgate do conceito de trabalho em diferentes épocas. Descreve-se a diferenciação de *labor* e *trabalho* para os gregos e o trabalho na Idade Média, finalizando com questões emergentes na elaboração de novos conceitos e paradigmas sobre o trabalho na contemporaneidade.

O tópico dois aborda a questão da cultura, da identidade e da alteridade e suas inter-relações com os sentidos do trabalho, já que essas dimensões da vida humana também determinam e são determinadas, dialeticamente, pelos modos de produção.

E em seguida, no tópico três, analisa-se a questão da ideologia, sua complexidade e onipresença nas relações sociais, principalmente, no mundo do trabalho. Assim, as considerações acerca dos sentidos do trabalho, das mudanças e paradigmas que permearam e permeiam a dimensão Homem-Trabalho são perpassadas, direta ou indiretamente, por diferentes visões de mundo, ou seja, por diferentes ideologias, que estão subjacentes e apenas um olhar mais atento pode identificá-las.

Na parte quatro desta pesquisa, realiza-se uma análise dos sentidos do trabalho presentes nos diferentes períodos históricos, onde aponta-se as ideologias subjacentes, os aspectos em termos de cultura, identidade e alteridade nos modos de produção característicos das épocas abordadas. Nas conclusões, ressalta-se os pontos fundamentais destacados pelo estudo e as limitações da pesquisa. Finalmente, apresenta-se a bibliografia que foi utilizada e sob a qual está estruturado este trabalho.

2 OS SENTIDOS DO TRABALHO

O trabalho tem desempenhado ao longo da História, um papel fundamental na vida das pessoas, pois as atividades e os significados inerentes a ele participam ativamente do processo de constituição da cultura e da identidade, portanto, da essência humana.

Assim, visando rever os conceitos e a concepção do trabalho ao longo da história, serão apresentadas, neste tópico, diferentes abordagens sobre os sentidos do trabalho para o indivíduo, mostrando de que forma tais concepções sofreram alterações, principalmente, no modo de produção ao longo dos tempos, o que proporcionará subsídios para uma melhor compreensão das transformações sociais, políticas e econômicas que permeiam o surgimento da sociedade contemporânea para, a partir de então, identificar e apreender, os fatores que impulsionaram e continuam a impulsionar mudanças no mundo organizacional e, conseqüentemente, nos significados que vão sendo atribuídos ao trabalho.

Portanto, a análise histórica e filosófica do sentido do trabalho é o foco central deste tópico e o suporte teórico para a realização deste propósito está centrado no conceito de trabalho cunhado por Hannah Arendt (2004) e por autores como Codo (1984, 1994, 1997), Braverman (1987), (Marx, 1982), Huberman (1985), que abordam os dilemas e transformações presentes no mundo do trabalho, rompendo com paradigmas tradicionais estabelecidos ao longo dos séculos. Tem-se como ponto de partida a seguinte questão:

- Como se deu a construção dos significados atribuídos ao trabalho ao longo da vida produtiva do Homem até a realidade contemporânea, que imprime um novo modo de ser e fazer aos indivíduos inseridos nas organizações de trabalho?

2.1 CONCEPÇÕES DE TRABALHO AO LONGO DA HISTÓRIA

Uma das hipóteses prementes quando se analisa a História do Trabalho diz que, há milênios de anos atrás, as primeiras formas de organização humana, ocorriam nas chamadas comunidades, tendo como objetivo principal à sobrevivência de seus membros, que pertenciam à mesma e grande família. As principais atividades econômicas, então, giravam em torno da caça e da coleta de frutos e raízes, sendo que o resultado final era partilhado, “todos trabalhavam e todos tinham acesso aos frutos de seu trabalho”, afirmam Barbosa e Mangabeira (1991, p. 15).

Toffler (1980), também supõe que a humanidade passou por três grandes ondas de mudanças, cada uma obliterando extensamente culturas ou civilizações e substituindo-as por modos de vida inconcebíveis para os que vieram antes. A Primeira Onda de mudança está relacionada à revolução agrícola, que predominou por milhares de anos. A Segunda Onda, diz respeito ao desenvolvimento industrial que, de acordo com o autor, durou por volta de 300 anos. A Terceira Onda é a da revolução tecnológica, predominante nos dias atuais. Portanto, aponta o Toffler (1980), antes da Primeira Onda, a maioria dos seres humanos vivia em pequenos grupos, freqüentemente migradores, e alimentavam-se pilhando, pescando, caçando ou pastorando. Em algum ponto, porém, aproximadamente há dez milênios, ressalta o autor, começou a revolução agrícola, que avançou lentamente através do planeta, espalhando aldeias, colônias, terras cultivadas e um novo modo de vida.

Dessas duas considerações anteriores decorre que o trabalho há milênios, é, independentemente de todas as formações sociais, condição da existência humana, necessidade natural e eterna de mediar o metabolismo que se dá entre o indivíduo e a

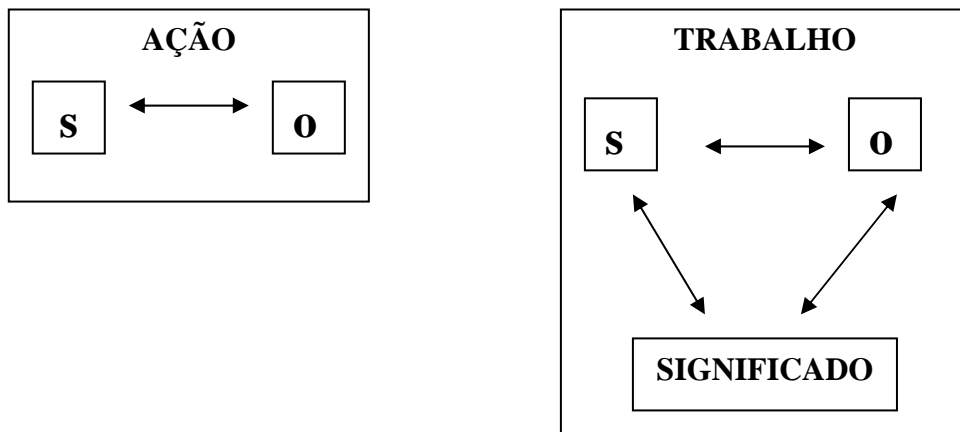
natureza, e, por conseguinte, de mediar a vida humana, afirma Jerez (1997, p.28). Até porque o trabalho é uma das atividades em que o homem altera a natureza para melhor satisfazer suas necessidades. Esta intrínseca relação natureza-homem-trabalho encontra-se no próprio conceito de trabalho, presente no Dicionário Crítico de Sociologia, que é definido como uma “atividade cujo fim é utilizar as coisas naturais ou modificar o ambiente e satisfazer às necessidades humanas”, apontam Boudon e Bouricaud (1993).

Mas também os animais e os vegetais utilizam os materiais contidos na natureza para sua sobrevivência, alerta Braverman (1987), porém, acrescenta o autor, o simples fato de apoderar-se dos materiais da natureza tais como o são não é trabalho, portanto, reside aqui a diferença essencial entre as formas instintivas de trabalho como a da aranha ao construir sua teia, da abelha ao construir sua colméia e assim por diante, é que o homem figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Dessa forma, salienta Braverman (1987), o homem não transforma apenas o material sobre o qual opera, ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

O trabalho, sob esta perspectiva, é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos, enfatiza o autor acima. E Codo (1994), acrescenta a relevância de todo esse processo ao afirmar que o trabalho é uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza, geradora de significado, isto é, trabalho é o ato de transmitir significado à natureza. Portanto, a ação de um rato comendo um pedaço de queijo também implica transformação da natureza e do organismo, porém, a diferença desta

ação e a do trabalhador é que, a primeira, apresenta um circuito duplo e, a segunda, uma relação tripla, como a demonstrada no esquema seguinte.

Figura 1: Representação da relação trabalho, objeto e seu significado.



Fonte: Codo, 1997. In: Tamoyo et al. Trabalho, Organizações e Cultura. São Paulo: CCA, 1997, p. 26.

A representação acima indica que na ação vulgar, o sujeito se transforma ao transformar o objeto e vice-versa. Entretanto, no trabalho, o circuito se abre para uma terceira relação, um signo que fica (*signo-ficare*), o significado, o qual por sua vez se transforma e é transformado pela ação recíproca do sujeito e/ou objeto. Assim, afirma Codo (1997), o significado se define pela permanência além e apesar da relação como o objeto, ou seja, define-se pela transcendência à relação $S \leftrightarrow O$. Aqui, abre indefinidamente o circuito da ação, argumenta o autor. Portanto, o trabalho se inscreve na história dos homens, na exata medida em que ele mesmo significa a história dos homens.

Assim, o trabalho possui uma enorme importância para o ser humano, conferindo identidade e sentido à sua vida. Pois, para Codo e Vasques- Menezes (1999), ser *humano* significa ser

histórico, isso pressupõem que cada gesto e cada palavra estão imediatamente inseridos num contexto muito maior, que transcende a ele e a sua existência, pois

(...) escrevendo a História de toda a humanidade, todo o passado determina, constrói, reconstrói; explica, significa e re-significa o presente; todo presente engendra, contém e constrói o futuro. Assim, cada ação humana carrega em si toda a História da Humanidade e as possibilidades a serem re-desenhadas amanhã e é também portadora do futuro. Cada ação humana é uma síntese, ao mesmo tempo, única e universal, do nosso passado e do nosso futuro (CODO e VASQUES- MENEZES, 1999, pp. 41-42)

Assim é o trabalho, ressaltam os autores acima, já que ele pereniza o gesto do trabalhador, pois, é por meio do e pelo trabalho que a ação humana se imortaliza, permitindo ao homem como ser histórico, a possibilidade de permanecer apesar de si, visto que cada gesto, através do trabalho, é imortal. O produto do trabalho é a corporização desta permanência do homem apesar dele mesmo. Porém, há uma outra face desta moeda, ressaltam Codo e Vasques-Menezes (1999), ao representar o homem, o produto do trabalho o re-presenta e afirmam que a mesa do marceneiro passa a existir como seu outro ser, dessa forma, o marceneiro, através do seu produto, comparece perante os outros homens materializado, o que, em última instância, constrói a chamada identidade social, os modos como o trabalhador constrói a si e se apresenta perante o outro.

Sendo assim, é por meio do e pelo trabalho que o homem se autoproduz: desenvolve habilidades e imaginação, aprende a conhecer as forças da natureza e a desafiá-las; conhece as próprias forças e limitações; relaciona-se com os companheiros e vive o afeto de toda relação, impõe-se uma disciplina. O homem não permanece o mesmo, pois o trabalho altera a visão que ele tem do mundo e de si mesmo, enfatiza Codo (1984). Neste aspecto, cabe lembrar que qualquer trabalho é portador do circuito anunciado anteriormente, contendo a possibilidade de

encontrar prazer e realização, de transformar-se e ser transformado como também, o circuito mágico de construção pode ser quebrado, gerando desprazer, alienação e sofrimento.

Apesar do trabalho ser um dos principais elos de ligação e mediação do homem com o mundo e de vínculos com os outros homens, historicamente, a concepção de trabalho esteve associada a uma visão negativa. A própria palavra trabalho carrega em si o peso dessa concepção, já que vem do latim *tripaliari*, que significa castigar com *tripalium* (três paus), um instrumento de tortura da Roma Antiga. De forma geral, a cultura ocidental considera o ato de trabalhar como um dever e/ou obrigação perante a Deus ou a humanidade ou como um processo de dominação (no sentido de oposição) de homens e mulheres contra a natureza.

No livro do Gênesis consta que, Adão e Eva são expulsos do Paraíso e condenados ao trabalho como castigo por sua desobediência e Chauí (1999) evidencia esse sentido de punição ao trabalho ao relatar que

ao ócio feliz do paraíso segue-se sofrimento do trabalho como pena imposta pela justiça divina e por isso os filhos de Adão e Eva, isto é., a humanidade inteira, pecará novamente se não se submeterem à obrigação de trabalhar. Por que a pena foi imposta diretamente pela vontade de Deus, não cumpri-la é crime de lesa-divindade (...) (CHAUÍ, 1999, p. 10).

Dois mitos gregos retratam bem a concepção punitiva dada ao trabalho, o mito de Prometeu e Pandora e o mito de Sísifo. No primeiro caso, Brandão (1997), relata que quando Prometeu rouba o fogo dos deuses, que constitui o símbolo do espírito, para oferecê-lo à humanidade, sua punição consiste em ser acorrentado a um rochedo e em ter seu fígado devorado por uma águia durante o dia e reconstituído durante a noite. Além da punição imposta a Prometeu, Zeus pune a humanidade através de Pandora e da caixa por ela aberta. A caixa, trazida por Pandora do Olimpo, continha os males da humanidade, sendo que o trabalho estava ali incluído (BRANDÃO, 1997, p. 167-168).

Para Bitttar (1997), no mito de Prometeu e Pandora, a punição do trabalho é apresentada sob a ótica de uma punição reformativa, cujo propósito era restaurar a dignidade do individuo através de seus esforços. Em outras palavras, pode-se dizer, que o trabalho, apesar de sua condição de dor e sofrimento, possui um caráter de redenção, haja vista que o homem é fadado a trabalhar para viver, mas é através deste trabalho que ele se redime.

O mito de Sísifo, rei do Corinto, retrata como o mais esperto e audacioso dos mortais, conseguiu por duas vezes livrar-se da morte. Sísifo era tido como o mais esperto entre os homens. Apesar de toda a sua astúcia, ou talvez justamente por causa dela, sempre se via diante das situações mais complicadas. Certa vez, Sísifo descobriu que Zeus havia raptado Egna, filha de Ásopo, o deus dos rios. Como faltava água em suas terras, Sísifo, em troca de uma fonte concedida pelo deus-rio, contou-lhe que o raptor da filha fora o Olímpos. Zeus ficou furioso com a delação e mandou Tânatos buscá-lo, mas o astuto Sísifo enganou-o de tal maneira, que conseguiu prendê-lo com uma coleira, conseguindo driblar, assim, o destino. Durante muito tempo, não morreu ninguém e como Plutão, o deus das almas e do inconsciente, e Marte, o deus da guerra, precisavam dos préstimos de Tânatos para consumir as batalhas, queixaram-se a Zeus que libertou o libertou e cuja primeira vítima foi Sísifo. O esperto rei de Corinto, no entanto, antes de morrer, pediu à mulher que não enterrasse seu corpo, então, suplicou por um dia de prazo para se vingar da mulher ingrata e cumprir os rituais fúnebres. Plutão concedeu-lhe o pedido. Uma vez em seu reino, o rei de Corinto não mais se preocupou em cumprir a palavra empenhada com Plutão e deixou-se ficar, vivendo até avançada idade. Um dia, porém, Tânatos veio buscá-lo em definitivo e os deuses o castigaram impiedosamente, condenando-o a carregar uma enorme pedra até o alto da montanha, porém, antes de chegar ao topo, a pedra rolava montanha abaixo, obrigando Sísifo a retornar sua tarefa, até o fim dos tempos (BRANDÃO, 1997, p.225).

De acordo com Bittar (1997), o aspecto de perpetuidade deste esforço inútil representa a expiação do pecado através da pena de trabalho desprovido de sentido próprio. Ainda para Albert Camus *apud* Brandão (1997, p. 226), este mito ilustra o sentimento de absurdo de uma existência que sempre requer esforço, faz apelo à vontade do indivíduo, embora nunca se realize plenamente.

Pode-se constatar que as idéias e mensagens presentes nos mitos de Prometeu e Sísifo, constituem tema central em diversos outros mitos que narram a origem das sociedades humanas como efeito de um crime cuja punição será a necessidade de trabalhar para viver. Ela aparece nas sociedades escravistas antigas, tanto a grega quanto a romana, em que os poetas e os filósofos não se cansavam de proclamar e reafirmar a divisão que se impunha entre o trabalho manual e as atividades intelectuais e políticas.

Assim, não é de surpreender que a existência de cidadãos e escravos na sociedade grega, fossem justificadas por Aristóteles da seguinte forma:

Todos aqueles que nada têm de melhor para nos oferecer que o uso do seu corpo e dos seus membros são condenados pela natureza à escravidão. É melhor para eles servir que serem abandonados a si próprios. Numa palavra, é naturalmente escravo quem tem pouca alma e tão poucos meios que deve resolver-se a depender de outrem (...). O uso dos escravos e dos animais é aproximadamente o mesmo (CORDI, 1995, p. 32).

Dessa forma, a execução do trabalho manual, considerada atividade inferior e degradante, era relegada aos escravos e aos homens livres pobres, considerados não-cidadãos. Como aponta Chauí (1999, p. 12) “são estes últimos que, na sociedade romana, eram chamados de *humiliores*, os humildes ou inferiores, em contraposição aos *honestiores*, os homens bons porque eram livres, senhores da terra, da guerra e da política”.

De acordo com Borges (1999), esta é a concepção clássica de trabalho, pois originou-se na filosofia de mesma designação e no regime de trabalho escravista. Ao trabalho, pontua a autora, era atribuída baixa centralidade na vida dos indivíduos e características como degradante, inferior, desgastante e duro. Competia aos escravos, como descrito anteriormente e era realizado sob um poder baseado na força e na coerção, de modo que o senhor detinha o direito sobre a vida do escravo. O principal valor societal neste período histórico era o ócio, portanto, atividades políticas e/ou intelectuais não eram consideradas trabalho.

Essa diferenciação do trabalho manual e intelectual é abordada por Hannah Arendt, uma das figuras expoentes da Filosofia Ocidental, ao distinguir *Labor*, *Trabalho* e *Ação* como fatores determinantes da condição humana e por sua contribuição particularmente relevantes para as idéias aqui desenvolvidas, sua obra será apresentada a seguir.

2.2 LABOR , TRABALHO E AÇÃO

O trabalho é descrito por Arendt (2004) como uma das condições básicas para a vida humana. Assim, com a expressão *vita activa*, inicia a exposição de sua obra *A condição Humana*, designando as três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação. Para ela *essas três atividades são fundamentais porque a cada uma delas corresponde uma das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na terra* (ARENDR, 2004, p.15). Assim,

as três atividades e suas respectivas condições têm íntima relação com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade, pois o *labor* assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie; o *trabalho* e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano e a *ação*, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história (ARENDR, 2004, p. 16)

De acordo com Arendt (2004), a distinção que faz do labor e do trabalho é considerada, por ela, inusitada, embora seja significativo que todas as línguas européias, antigas e modernas, possuem duas palavras de etimologia diferente para designar o que, no período moderno, corresponde à mesma atividade: trabalhar. A explicação para a pouca atenção dada a esta distinção seria o desprezo pelo labor nas sociedades pré-modernas.

O labor, de acordo com Arendt (2004), é o conjunto de atividades realizadas pelo nosso corpo necessárias para a sobrevivência humana. Em termos mais específicos

o labor é a atividade na qual o corpo se desgasta com a finalidade de atender às necessidades da vida. Não é exercida por deliberação pessoal. O labor foi, desde as civilizações antigas, uma atividade desprezada e relegada aos servos e escravos. Por representar a então menos nobre atividade humana: a da própria sobrevivência. Eram consideradas ocupações mesquinhas, que nada construíam ou deixavam para a posteridade, pois o labor não deixava nada atrás de si. O resultado de seu esforço, embora vital, é consumido na mesma velocidade com que o esforço é dispendido. O *homo laborans* também produz coisas, porém seu consumo é imediato à produção, como é o caso do alimento à mesa. A produção e o consumo acompanham o movimento cíclico da vida do homem e da natureza. *Labor* significa esforço penoso, dobrar-se sob o peso de uma carga, dor, sofrimento, pena e fadiga (ARENDR, 2004, p.94).

Assim, laborar significava ser subjugado às necessidades de ordem biológica, já que “*o labor é uma atividade assinalada pela necessidade e concomitante futilidade do processo biológico, do qual deriva, uma vez que é algo que se consome no próprio metabolismo individual ou coletivo*”, afirma Lafer (2004, p. 345). Portanto, esta atividade realizada com o intuito mero e simples de manutenção da vida, cabia aos escravos, que não eram considerados como mão-de-obra barata, tão pouco instrumento de exploração para fins lucrativos, mas que, por desenvolver uma atividade que não lhes inscrevessem na ordem da imortalidade, não eram considerados plenamente humanos. Dessa forma, o termo *animal laborans* é justificado, pois designa “*apenas uma das espécies animais que vivem na terra, na melhor das hipóteses a mais desenvolvida*” (ARENDR, 2004, p. 95).

O conceito de trabalho, ao contrário do labor, não está necessariamente contido no repetitivo ciclo vital da espécie, aponta Lafer (2004, p.345), pois é através do trabalho que o *homo faber* cria coisas extraídas da natureza, convertendo o mundo num espaço de objetos partilhados pelo homem. O habitat humano é, por isso mesmo, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. É um habitat cercado de objetos que se interpõem entre natureza e o ser humano, unindo e separando os homens entre si.

O trabalho de nossas mãos, em contraposição ao labor do nosso corpo – o *homo faber* que “faz” e literalmente “trabalha sobre” os materiais, em oposição ao animal *laborans* que labora e “se mistura com” eles – fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano. Em sua maioria, mas não exclusivamente, essas coisas são objetos destinados ao uso. (ARENDR, 2004, p. 149).

Assim, o conceito de trabalho, na definição de Arendt (2004), é representado pelo *homo faber* que fabrica, que transforma os materiais por meio de suas mãos. Disso decorre que trabalhar significa produzir, geralmente, objetos destinados ao uso, com caráter de durabilidade, estabilidade e solidez. E, embora a durabilidade não seja eterna, o uso não o consome, apenas o desgasta. O produto do trabalho é algo excedente que continua disponível quando o processo de trabalho se encerra. Por meio do trabalho, o homem se posiciona como o senhor da terra, aquele que destrói a natureza criada por Deus e constrói um mundo novo. Dessa forma,

o *homo faber* é realmente amo e senhor, não apenas porque é o senhor ou se arrogou o papel de senhor de toda natureza, mas porque é senhor de si mesmo e de seus atos. Isto não se aplica ao *animal laborans*, sujeito às necessidades de sua existência, nem ao homem de ação, que sempre depende de seus semelhantes. A sós, com a sua imagem do futuro produto, o *homo faber* pode produzir livremente; e também a sós, contemplando o trabalho de suas mãos, pode destruí-lo livremente (ARENDR, 2004, p.157).

E este foi um dos aspectos determinantes da era moderna em que a chamada produtividade inata e natural da sociedade estava pautada na inquestionável produtividade do *Homo Faber* que fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano. Este

período propicia, portanto, uma inversão de valores, pois o labor, então considerado a pior das atividades e restrito à esfera privada da vida humana, assume a denominação de trabalho e é experimentado na esfera pública e passa a ser glorificado como fonte de todos os valores. Isto ocorre, segundo Arendt (2004), porque a era moderna em geral tendia a encarar todo o labor como trabalho e a falar do *animal laborans* em termos muito mais adequados aos *homo faber*.

Conseqüentemente, uma das possíveis razões para se entender a transformação do *trabalho* em labor no período moderno deve-se ao fato de que quando se divide um processo de produção em várias atividades, nenhuma delas tem uma finalidade em si mesma. Seu objetivo torna-se o mesmo do labor, ou seja, a reprodução dos seus meios de subsistência. Como conseqüência, “a revolução industrial substitui todo artefato pelo labor; o resultado foi que as coisas do mundo moderno se tornaram produtos do labor, cujo destino natural é serem consumidos, ao invés de produtos do trabalho, que se destinam a ser usados” (ARENDR, 2004, p. 137).

Para Lazzarotto (1995), a diferenciação de labor e trabalho é imprescindível para se pensar na condição de humanidade do sujeito e sua possibilidade de criação na sociedade contemporânea, pois, no dia-a-dia é comum a referência da "luta" pela sobrevivência ou de uma sociedade de consumo, mas essas falas estão associadas ao trabalho e não ao labor. Os indivíduos percebem o mundo de coisas ao seu redor como descartável, rapidamente substituível e, assim, pouco se reconhece de trabalho humano nos objetos que se adquirem ou dos quais se desfazem.

A compreensão das dificuldades dessa interconexão entre as esferas da vida, caracterizadas em suas dimensões sociais, privada, pública e da intimidade e que marcaram a modernidade

no trato de questões tão fundamentais como a ética, a política, a liberdade e a justiça social, pode ser auxiliada pela localização das atividades humanas, nas esferas da vida pública e privada e as relações que se estabelecem entre elas, afirma Pereira (1999). Neste sentido, a diferenciação da esfera pública e privada é de fundamental relevância para compreender os mecanismos que se estabelecem na atuação do sujeito no mundo material e no mundo da família, da casa. A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional.

Para Arendt (2004), o importante neste contexto é a extraordinária dificuldade que, devido a esse fato novo, experimentamos em compreender a divisão decisiva entre as esferas pública e privada, entre a esfera da *polis* e a esfera da família e, finalmente, entre as atividades pertinentes a um mundo comum e aquelas pertinentes à manutenção da vida, divisão esta na qual se baseava todo o antigo pensamento político. Esta linha divisória, entretanto, é inteiramente difusa, porque propicia a concepção do corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca. O pensamento científico que corresponde a essa nova concepção já não é a ciência política, e sim a “economia nacional” ou a “economia social”, as quais indicam uma espécie de “administração doméstica coletiva”, neste aspecto a sociedade aqui é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada “nação”.

No mundo moderno, a esfera social e política diferem muito menos entre si. A política é apenas uma função da sociedade, assim a ação, o discurso e o pensamento são, fundamentalmente, superestruturas assentadas no interesse social. Esta funcionalização torna impossível perceber qualquer grande abismo entre as duas esferas, pois, com a ascendência da sociedade, isto é, a elevação do lar doméstico ou das atividades econômicas ao nível público, a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformou-se em interesse “coletivo”. No mundo moderno, diz Arendt (2004, p. 42), *as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida.*

O termo público denota, pois, dois fenômenos correlacionados, afirma Arendt (2004), mas não perfeitamente idênticos. Significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para as pessoas, de modo geral, a aparência - aquilo que é visto e ouvido pelos outros e pelo próprio indivíduo - constitui a realidade. A presença de outros que vêem e ouvem os mesmos fenômenos que o sujeito presencia, garante a realidade do mundo e da própria vivência, em outras palavras, da própria existência e, embora a intimidade de uma vida privada plenamente desenvolvida, tal como jamais se conheceu antes do surgimento da era moderna e do concomitante declínio da esfera pública sempre intensifica e enriquece grandemente toda a escala de emoções subjetivas e sentimentos privados, esta intensificação sempre ocorre às custas da garantia da realidade do mundo e dos homens.

Em segundo lugar, afirma Arendt (2004), o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento

dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interpostos entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor, pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens.

Esse caminho histórico que supõe uma análise e decomposição da '*vita activa*' em três atividades - o labor, o trabalho e a ação – demonstra claramente que da primeira para a última, há uma progressiva quebra da dependência face ao natural. Já que por *labor* a autora designa as atividades básicas do ser humano enquanto ser naturalmente biológico, com vista à satisfação das necessidades vitais. Por *trabalho*, entende a atividade geral pela qual o humano vem dominar a natureza, em vez de se lhe submeter. Trata-se da passagem da condição de *animal laborans* à de *homo faber* através do emprego da técnica na natureza para a sua transformação utilitária, dando assim lugar ao trabalho da fabricação e do artifício, como posto anteriormente. Subjacente a esta passagem ao trabalho, está a emergência do pensamento dos meios e dos fins e, portanto, do utilitarismo.

Finalmente, como terceiro e último estágio da *vita activa*, Arendt (2004), indica a *ação* propriamente dita, que é o horizonte em que o humano transcende a sua condição de trabalhador para se impor como cidadão. É o momento da passagem ao *homo sapiens*, da fundação da esfera pública e do exercício pleno da cidadania num espaço de pluralidade e pluralismo, e necessariamente mediado pelo discurso. É também este o momento em que a palavra 'liberdade' ganha uma feição concreta, pois, para esta autora, é enquanto ator, ser que age, que o humano prova a sua liberdade, pois ser livre implica em agir, disso decorre que é

no agir num domínio intersubjetivo que o sujeito se reconhece e se revela como ser livre. Por isso, a ação vale como fim em si mesmo e não como meio num processo de instrumentalização em que está implicada inevitavelmente a violência. Assim, a ação está para o trabalho e o labor como o domínio da liberdade para o da necessidade, ou ainda, como a esfera pública para a esfera privada. Por outro lado, esta mesma esfera privada não resulta como salvaguarda da riqueza material, mas como espaço de privacidade face ao domínio público.

Para Arendt (2004), portanto, a *ação* é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens. Envolve a pluralidade e *há uma relação intrínseca entre a ação e o discurso*. A pluralidade revela-se como condição humana por excelência da vida política. O discurso é o *encontro com o outro*, ilimitado e imprevisível, ou seja, rico e complexo. O agir provoca reações em cadeia, cujas conseqüências só podem ser avaliadas ao final de um processo que é, por si mesmo, inovador e criativo. Retomando conceitos gregos, a autora afirma ser *privado* o espaço da homogeneidade, enquanto a heterogeneidade se concretiza na esfera do *público*, onde há liberdade de ação para os diferentes e onde se pode ser visto e ouvido por outros, ampliando assim os ângulos de visão.

Através da análise da obra de Arendt (2004), pode-se constatar que o trabalho que proporciona ao homem a oportunidade de criar está vinculado ao que a autora denomina de *trabalho* e não ao *labor*, entretanto, contraditoriamente, é o *labor* a categoria que vem sendo valorizada no período moderno. O mesmo aconteceu na Idade Média? Esta é a questão a ser analisada no tópico seguinte.

2.3 A VIDA NO FEUDO E SEUS MODOS DE PRODUÇÃO.

Na Idade Média a noção de trabalho altera-se, substancialmente, deixa de ser livre e é organizado com base numa economia de subsistência. Outra característica relevante é a de que grande parcela da população, neste período, encontra-se presa à terra, em luta pela sobrevivência.

De acordo com Rubano e Moroz (2003), no feudalismo, a unidade econômica, político-jurídica e territorial era o feudo, isso significava que, numa dada extensão de terra, eram produzidos os bens necessários à manutenção de seus habitantes, realizadas as trocas de bens e elaboradas as leis e obrigações que vigoravam as relações sociais e produtivas. Do ponto de vista econômico, o feudo era praticamente auto-suficiente. Nele se desenvolviam a produção agrícola, a criação de animais, a indústria caseira e a troca de produtos de diferentes espécies, atividade essa limitada principalmente ao próprio feudo; as trocas eventuais entre os feudos ocorriam em menor escala e tinham importância econômica. Sendo a produção essencialmente agrícola, a base econômica do feudalismo, portanto, é a terra; além de essencial para a economia, a distribuição da terra interferiu nas relações que se estabeleceram nesse período. Dessa forma “a terra produzia praticamente todas as mercadorias de que se necessitava e, assim, a terra e, apenas a terra, era a chave da fortuna de um homem” ressalta Huberman (1985, p.19).

Ainda segundo Rubano e Moroz (2003), o essencial no feudalismo era o vínculo pessoal, que podia se dar de duas formas: por meio da relação entre suserano e vassalo (quer entre nobres, quer entre membros do clero) ou entre senhor e servo. O proprietário de grandes extensões de terra, ao ceder parte dela a um indivíduo, recebia em troca a prestação de serviços; assim,

criava-se uma relação de vínculo pessoal entre aquele que cedia a terra e o indivíduo que a recebia, e, embora existisse a relação de dominação, havia obrigações recíprocas entre as partes. As obrigações envolviam relações diretas entre quem cedeu e quem recebeu a posse da terra.

Entre senhores e servos os vínculos pessoais baseavam-se em determinadas obrigações de ambas as partes. Por um lado o senhor tinha por obrigação proteger os servos de ataques, e estes por sua vez tinham duas formas de obrigações: prestar serviços, como por exemplo, plantar na terra do senhor, consertar estradas, arrumar moinhos etc, e também dar ao senhor parte da produção agrícola. Assim,

O servo era taxado duplamente: de um lado, quando obrigado a trabalhar alguns dias da semana para o senhor, e, de outro, quando, ao trabalhar para o seu sustento, era obrigado a lhe dar parte da produção. Além dessas obrigações, o servo pagava uma série de “impostos”, como pelo uso do moinho, pelo casamento, etc. (RUBANO e MOROZ, 2003, p. 137).

De acordo com Heller (1999), a diferença estrutural fundamental entre todas as civilizações pré-modernas, de um lado, e todas as modernas, de outro, é que as civilizações pré-modernas apresentam um tipo de estratificação hierárquica bem-determinada e, aparentemente, sem mobilidade na origem. Homens e mulheres nascem em posições e camadas sociais específicas e, de modo geral, a trajetória de vida de uma pessoa é determinada pelas condições que cercam o seu nascimento. A hierarquia social é fechada, não há como desatar posições econômicas, políticas e culturais. A função desempenhada pelos membros de cada camada é determinada por sua posição. A divisão de funções enraíza-se profundamente no cotidiano, pois o edifício inteiro está baseado na especificação rígida das atividades do dia-a-dia, como os costumes, o acesso as coisas e o uso da linguagem. Esta rígida estrutura hierárquica

estabelece que apenas uma pessoa (o monarca), ou então, algumas poucas pessoas devem ocupar a posição no topo. A vida pré-moderna era legitimada pela tradição.

O “costume do feudo” significava, então, o que a legislação do governo de uma cidade ou condado significa hoje. Costume, no período feudal, tinha a força das leis no século XX. (...) A organização, no todo, baseava-se num sistema de deveres e obrigações do princípio ao fim (HUBERMAN, 1985, p.18).

O trabalho, neste período, não era considerado (e nem poderia ser) instrumento de ascensão social, uma vez que a posição do indivíduo na sociedade era um designo da vontade divina. Além disso, o desenvolvimento técnico não fazia sentido durante este período da civilização, porque, assim como a ordem social, também a ordem natural não deveria ser perturbada.

Entretanto, um dado importante no modo de produção do Feudalismo citado por Rubano e Moroz (2003), é que enquanto o senhor era “proprietário” da terra e se apropriava da maior parte do produto do trabalho do servo, este era dono dos instrumentos utilizados para a produção e era quem controlava seu próprio trabalho, isto é, tanto os instrumentos de produção quanto a forma de produzir eram de domínio do servo. Em outros termos significa dizer que, obedecendo a um ritmo de trabalho próprio da economia de subsistência, era permitido aos trabalhadores possuir suas ferramentas e dominar o saber técnico da produção. De certa forma, a proximidade com uma economia natural concedia aos trabalhadores uma relativa liberdade no uso de seu tempo, apesar da ausência de direitos políticos.

Assim, apesar do predomínio das relações pessoais entre suserano-vassalo e senhor-servo (relações de servidão) caracterizarem, essencialmente, o sistema feudal, existiam camponeses que eram proprietários de terras e artesãos que eram donos de oficinas, esses casos, no entanto, eram minoria e neles a produção era pessoal e familiar, ressaltam Rubano e Moroz (2003). Todavia, com o desenvolvimento do comércio e das cidades a partir do século XI,

começam a ocorrer alterações significativas na Sociedade Feudal. As cidades ressurgiram com vida própria, ao lado dos feudos. Elas passaram a ser centros produtores e comerciais – o que, por um lado, estimulou o crescimento do artesanato (desenvolvido por artesão, geralmente habitando as cidades) e, por outro, facilitou um maior intercâmbio entre as pessoas de diversos locais – diferentemente do que ocorria quando estavam vinculados ao feudo, lembram Rubano e Moroz (2003).

Tal como no feudo, nas cidades havia uma forma de organização para a produção dos bens necessários, este era o caso do trabalho artesanal realizado por mestres e aprendizes. Este último era o indivíduo que, para trabalhar com o mestre e com ele aprender o ofício, estabelecia relações de dependência e obrigações. Por outro lado, o aprendiz podia chegar a ser mestre e ter aprendizes sob sua orientação. O mestre, geralmente o dono da oficina, era dono dos instrumentos, da matéria-prima, dos produtos que elaborava e era quem organizava sua própria forma de trabalhar. Neste período o trabalho não se constitui em algo fragmentado, pois o artesão elaborava um produto e era por ele responsável desde a compra e manuseio da matéria-prima até sua transformação num produto final e sua venda. Portanto, embora houvesse profissões, dentro de cada uma delas não havia especializações, salientam Rubano e Moroz (2003).

Entretanto, o desenvolvimento do trabalho artesão foi tal que a idéia de industrialização não tardou a surgir. Com ela, a necessidade de maior mão de obra cresceu, sendo composta pelas pessoas menos favorecidas da comunidade. Aqui, mais uma diferenciação: o trabalho do artesão envolvia um conhecimento completo de todo o processo de produção e o valor correspondente ao seu trabalho. Com a industrialização o trabalho passa a ser fragmentado, seriado e específico. A noção de homem completo começa a perder sua dimensão, visto que

ocorre uma queda na autonomia, criação e, principalmente, na administração da vida produtiva pelo próprio homem.

Pode-se observar que nesta fase do período feudal, a produção de bens deixa de caracterizar-se pelo “valor de uso”, para caracterizar-se pelo “valor de troca”. Segundo Rubano e Moroz (2003), isso ocorre tanto em relação à produção artesanal quanto à agrícola já que certas culturas de alimentos, por exemplo, passam a ser substituídas por outras em função de seu valor comercial. Com o crescimento das cidades e o desenvolvimento do comércio, além da divisão cidade-campo, ocorre a divisão produtores-mercadores. Assim, a crise da ordem feudal, fundada na subsistência e na servidão, e o desenvolvimento do comércio e das atividades manufatureiras organizam uma nova estrutura social: a sociedade capitalista. Aquele artesão que detinha as ferramentas e uma autonomia no uso de seu tempo, desaparece, submetendo-se ao império do capital.

De acordo Anthony (1977) *apud* Borges (1999), durante a Idade Média, as contradições da concepção do trabalho, principalmente sob a influência da Igreja Católica, refletiam um movimento de transição, tentando-se superar a concepção clássica. Oscilava-se entre exaltar o trabalho e tomá-lo como punição e/ou instrumento de expiação do pecado. O desaparecimento da escravidão constitui-se na condição material e econômica decisiva para esgotá-la. Só quando o livre contrato se tornou realidade e o regime de trabalho assalariado predominante, trazendo a necessidade de persuadir o empregado a trabalhar, é que se consolida a concepção de trabalho denominada – capitalista tradicional – exaltando o trabalho, portanto atribuindo-lhe alta centralidade. Tal concepção, afirma a autora acima, surge junto à economia de mercado concorrencial.

Além do mais, ressalta ainda Borges (1999), esta concepção descreve o trabalho como mercadoria, elegendo como principal valor do trabalho sua instrumentalidade para o sucesso econômico. Defende que deve ser realizado de forma disciplinada, sistemática, padronizada e parcelado. Toma-o como duro, estritamente supervisionado, simplificado, exigindo poucos requisitos de qualificação do trabalhador, organizado de forma que se separe a execução da concepção. É, então, planejado detalhadamente por especialistas e gerentes, e exigente de obediência. O exercício do poder se justifica na propriedade, no controle das recompensas e coerções e no domínio do saber. A mais radical diferença entre esta forma de conceber o trabalho e a clássica reside na glorificação atribuída ao trabalho acentuada pela Revolução Industrial.

2.4 O TRABALHO NA ECONOMIA DE MERCADO

O início da indústria moderna foi possível graças à presença de duas condições salutaras: a existência do capital acumulado e a existência de uma classe de trabalhador livre e sem propriedade. Dessa forma, surgem dois tipos de homens livres: o trabalhador livre assalariado, que vive exclusivamente de seu trabalho, ou seja, da venda de sua força de trabalho, e o burguês, ou capitalista, proprietário dos meios de produção (PEREIRA e GIOIA, 2003).

Entretanto, essa passagem para o período moderno que começou no século XVII e que foi consolidado, em termos administrativos pela teoria de Taylor, não foi abrupta, mas um lento processo, afirma Bittar (1997), pois, inicialmente, o homem se emancipa da ordenação natural do mundo, através do progresso do mundo das ciências, em especial, a física. O homem passa de uma situação de sujeição frente à natureza para uma relação de dominação.

Assim, semelhante à trajetória de uma criança até atingir a idade adulta, também com a produção capitalista ocorre um processo de desenvolvimento das forças produtivas que culmina na preponderância da base técnica industrial, fundada no uso consciente da ciência aplicada às necessidades de incremento da produtividade, base técnica materializada na maquinaria. E com o advento da maquinaria, a produção capitalista assume sua feição madura. Mészáros (1989), citando Marx, afirma que, com a indústria moderna o capital se ergue sobre seus próprios pés.

A glorificação ao trabalho, fundamentada na crença de que a produção em massa implica avanço qualitativo para a sociedade levou ao surgimento da concepção de trabalho denominada marxista, ressalta Borges (1999), que atribui elevada centralidade ao trabalho na vida das pessoas, enquanto representa a própria expressividade e autoconstrução do ser humano. Esta abordagem defende que o trabalho deve ser produtor da própria condição humana, expressivo, fornecer recompensas de acordo com as necessidades de cada um, de conteúdo criativo e desafiante, dignificante, de controle coletivo e protegido pelo Estado. Por outro lado, descreve o trabalho, na sociedade capitalista, como uma mercadoria, alienante, explorador, humilhante, monótono e repetitivo, discriminante, embrutecedor e submisso.

É importante enfatizar que, quando a produção, regida pela lógica do capital teve início, sua base técnica era aquela já existente historicamente, ou seja, era pré-capitalista. Por isso, em seus primórdios, a produção capitalista, para atender às suas exigências de contínuo aumento da produtividade, e dispondo de uma base técnica ainda artesanal, utilizava como principal recurso para o aumento do volume da produção e da produtividade, uma estratégia de produção fundada na cooperação.

A cooperação surge, então, quando se tem a união de vários trabalhadores num mesmo local de trabalho. Do ponto de vista do capital, é mais barato construir uma oficina que agrupa vinte trabalhadores do que construir dez oficinas para dois trabalhadores. Esses trabalhadores coletivos, numa ação combinada, demonstraram, atuando em grupo, mais habilidade, mais força noutro, mais destreza em um terceiro, mais rapidez nos demais, enfim, num esforço coletivo, "(...) num mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos" (MARX, 1982, p. 374). Tem-se, assim, a cooperação, que se distingue da força produtiva individual. Aqui, os trabalhadores realizam uma parte do processo do trabalho de maneira combinada, num espaço de tempo determinado. O produto final do trabalho não será de conhecimento integral dos trabalhadores que, tampouco, terão a posse desses produtos. O mesmo sapato que antes era produzido individualmente, agora passa a ser produzido por vários homens, num tempo relativamente mais curto em relação ao anterior. Se antes produzia-se um sapato a cada oito horas, com a cooperação poder-se-á produzir no mesmo período de tempo, uma quantidade maior do mesmo produto.

O que caracteriza, portanto, a produção capitalista é a reunião dos meios de produção e dos trabalhadores sob uma condição historicamente nova. “A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e a força subjetiva do trabalho, é, portanto, o fundamento efetivo, o ponto de partida do processo de produção capitalista” (MARX, 1982, p. 664). Ao se deparar com meios de produção que não lhe pertencem, o trabalhador não trabalha para si, mas para o proprietário desses meios de produção:

De um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de expandir valor e em objetos de fruição do capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito (MARX, 1982, p. 664).

Dessa forma, ressalta Bittar (1997), os valores capitalistas identificados com a industrialização – sucesso, produtividade e lucro – possibilitaram o desenho das tarefas, a criação de uma estrutura e o estabelecimento de regras e condições necessárias para a institucionalização do trabalho no processo produtivo. A supremacia da máquina sobre o trabalhador e a transformação deste em um apêndice, resultado da hegemonia destes valores capitalistas então instaurados, ocasionou um empobrecimento do trabalho e a transformação do trabalhador em apenas um meio para o atingimento do fim maior: o produto e, conseqüentemente, o lucro.

A racionalidade instrumental ou econômica torna-se dominante em todas as relações e o trabalho humano passa, então, a ser avaliado não em função das necessidades humanas, mas das necessidades do capital. Mais uma vez constata-se que, também aqui, a execução do trabalho caracteriza-se na forma do labor, marcado pela repetição e produtividade que atende ao ciclo vital, e não pelo esforço intencional humano na construção de um produto projetado. Tal fato impõe ao indivíduo um padrão de comportamento baseado na conformidade, visto que se espera dele um comportamento regular e em conformidade com as regras e códigos que regem o grupo e o trabalho.

Assim, o desenvolvimento capitalista criou, ao longo da segunda Revolução Industrial, a grande empresa "fordista-taylorista", caracterizada pela integração vertical de todas as etapas da cadeia produtiva, pela sua extensão a todos os continentes e países e pela estrutura de "governança" hierárquica e burocrática, análoga à administração pública. A empresa multinacional era extremamente competitiva por causa dos extensos ganhos de escala não só na produção industrial, mas também nas compras e nas vendas, nas operações financeiras e no controle interno. O seu gigantismo permitia o uso de especialistas e de equipamentos

especializados, ambos de alto valor, cujos custos eram diluídos em grandes volumes de produção, resultando em custos unitários baixos.

Pode-se dizer que nesta fase do desenvolvimento sócio-econômico, há uma concepção gerencialista do trabalho como ressalta Borges (1999). O trabalho é considerado como (1) mercadoria, num vínculo estreito com o consumo, sendo provedor de salários, assistência, benefícios e ampla rede de proteção institucional, que inclui a garantia de estabilidade no emprego; (2) provedor de contatos interpessoais; (3) pobre de conteúdo, parcelado, monótono, mecanizado e repetitivo para a maioria dos trabalhadores.

A superação gradual e histórica do modelo taylorista/fordista de produção, decorrente de uma diversidade de fatores, como o gigantismo organizacional e o concomitante crescimento da necessidade de maior flexibilização e agilidade, a globalização dos mercados, o surgimento de novas tecnologias e modelos de gestão, e os movimentos socioculturais da década de 60, criou novas contradições no mundo do trabalho. Dessa forma, com a terceira Revolução Industrial, o avanço da informática e a comunicação por satélite, tornou-se possível coordenar de forma eficiente grande número de fornecedores independentes, sem necessidade de integrá-los sob o mesmo comando. O gigantismo burocrático da empresa fordista-taylorista mostrou-se dispendioso e ineficiente, quando comparado com o sistema *just in time*.

Entretanto, todas essas alterações não afetaram apenas a cadeia produtiva ou os modos de gestão, teve e continua tendo, efeitos também sobre o próprio trabalhador. Nicolaci-da-Costa (2002), enfatiza que toda essa exigência em termos de mercados e revolução tecnológica pode levar a sensação de estar-se à deriva. Essa sensação não é, no entanto, nova, afirma a autora acima. Outros processos de transformação, ocorridos em outras épocas, tiveram resultado

análogo, como por exemplo, as mudanças ocorridas no final do século XVIII, com a invenção da máquina a vapor que deu início a um processo de desestabilização dos modos tradicionais de produzir e viver. Tal como os antepassados, que tiveram suas vidas transformadas pela Revolução Industrial, também hoje, o sentimento muitas vezes é o de estar à deriva em um mundo tornado imprevisível e surpreendente por outra Revolução, agora a digital, e pela nova organização social dela decorrente, a sociedade em rede, alerta Castells (2000).

Todo esse aspecto acarreta novas vivências sociais e emocionais para todos os indivíduos de modo geral, bem como novas experiências para o trabalhador obrigado a uma abertura ao novo, configurado nas diversas tecnologias e paradigmas. Como diz Rolnik *apud* Grisci (1999, p.5), “essas mudanças implicam a conquista de uma flexibilidade para adaptar-se ao mercado em sua lógica de pulverização e globalização; uma abertura para o tão propalado novo: novos produtos, novas tecnologias, novos paradigmas, novos hábitos, etc”. Abertura para o novo, no entanto, conforme a autora, “não envolve necessariamente abertura para o estranho nem tolerância ao desassossego que isso mobiliza”. Diante de tais transformações, cabe às subjetividades se reconfigurarem.

Um panorama geral das mudanças ocorridas em diferentes períodos históricos está sintetizado no quadro abaixo, onde Ziemer (1996, p. 27) apresenta o trabalho de Maynard e Mehrtens que ampliaram os estudos de Alvin Toffler no que se refere as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Assim, a Primeira Onda, constituiu o período da revolução na agricultura; a Segunda Onda está relacionada com a industrialização, o materialismo e a supremacia do homem em relação à natureza; a Terceira Onda diz respeito ao período pós-industrial e a preocupação com o equilíbrio e a sustentabilidade econômica e ecológica; e a Quarta Onda refere-se com uma integração de todas as dimensões da vida e responsabilidade global.

Quadro 1.1 Características das organizações de segunda, terceira e quarta ondas.

	Segunda Onda	Terceira Onda	Quarta Onda
Visão de Mundo	Somos separados e precisamos competir	Somos conectados e precisamos cooperar	Somos “Um” e escolhemos co-criar
Estrutura	Hierárquica, matricial, unidade de negócio.	Team-value	Comunidade
Centro de Controle e autoridade	Centralizada, de cima para baixo	Democrática, participatória	Decisão consensual; todos podem ser líderes, todos podem ser seguidores.
Papel do gerente	Tomar decisões; reporta-se a níveis superiores	Treinar, atender, facilitar, promover	Inexistente
Clima	Medo, falta de confiança, baixo moral, resistência à mudança e à aprendizagem	Verdade, comunicação aberta e direta, colaboração; aprendizagem é prioritária.	Liberdade de auto-expressão para todos; abertura e aceitação, igualdade, flexibilidade; aprendizagem a longo prazo
Motivação	Sobrevivência	Criação de valor	Serviço
Objetivo	Derrotar os competidores	Todos ganham	Sustentabilidade
Metáfora (Mito)	Guerra	O negócio como um jogo competitivo	Criatividade
Visão do cliente	Consumidor	Qualquer um com uma necessidade a preencher	Qualquer um ou qualquer coisa com uma necessidade a preencher
Foco	Negócio	Valor	Comunidade
Normas de conduta	Pessoas separadas uma das outras por barreiras	Conexões cada vez maiores entre pessoas; cada vez menos barreiras	Unificação dos indivíduos; completamente abertos e apoiando-se mutuamente
Uso de Recursos	Consumo como uma maneira de aumentar a prosperidade econômica	Questionamento do consumo ilimitado; foco na sustentabilidade, na conservação	Foco na integração e no reconhecimento de todos os sistemas de vida; preservação

Fonte: Ziemer, Roberto. Mito Organizacionais. O poder Invisível na Vida das Empresas. São Paulo: Atlas, 1996, p. 28-29

Pelos aspectos apresentados no quadro acima, evidenciam-se transformações significativas na forma de gerir as organizações ao longo de vários períodos históricos. Disso decorre que, historicamente, a institucionalização do sentido ou significados do trabalho variou de forma

significativa em função de diferentes momentos históricos e de diferentes culturas, mas, de todo modo, ele acompanha o desenrolar de nossas vidas e constitui o modo de ser e fazer humano.

2.5 SOBRE NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atualmente, com o crescente cenário de desemprego e/ou de emprego precário, as novas tecnologias exigem envolvimento do trabalhador com o conteúdo do próprio trabalho, viabilizando a aplicação de diversas técnicas de organização do trabalho. Para aqueles que estão empregados no núcleo moderno, tem-se uma tarefa enriquecida no conteúdo, porém mais exploração, na forma de ampliação da mais-valia. As contradições são muito mais acentuadas, mesmo que mais sutis e/ou dissimuladas.

Por outro lado, as características do trabalho como embrutecedor, monótono, repetitivo, não deliberado, pesado, humilhante, arriscado, motivado exclusivamente por incentivos externos, embora continuem, provavelmente descrevendo o trabalho da maioria da população, não é mais o que predomina nas organizações contemporâneas. Pois, embora muitos pressupostos das formas tradicionais ainda sejam mantidos pela organização do trabalho, freqüente são as novas tentativas de melhorar a adaptação entre a organização, o trabalho e seu meio ambiente. Novas abordagens surgem na tentativa de aumentar a capacidade de administração da complexidade crescente e buscam a inovação e a participação dos funcionários, levantando o questionamento sobre se, de fato, são fator de renovação na forma de gestão do trabalho e sobre até que ponto as transformações estariam sendo portadoras de uma modernização mais sistêmica, apontando modificações substanciais nas relações de trabalho no sentido de um modelo mais democrático e participativo.

Estas novas abordagens parecem circular dentro de um quadro tradicional da organização do trabalho e de um ideal econômico, com tendência ao imediatismo e ao utilitarismo. Assim, muitas das práticas que hoje propõem formas renovadas de gestão, e entre elas a Qualidade Total, Just in Time, e mesmo o Teletrabalho, nada mais são do que propostas que tem por base formas tradicionais de administração do trabalho. Embora apele à participação e ao engajamento dos funcionários, tais práticas não abandonam a concepção e o tratamento do ser humano como um instrumento de produção. Mesmo tendo mudanças como finalidade, trata-se de formas de gestão que visam a salvaguardar o *status quo* a qualquer preço. Isto é, pretendem mudar as atitudes e os comportamentos dos empregados sem nada mudar na ordem estabelecida e no modo de produção, conservando o que se relaciona ao poder, controle de lucros e divisão do trabalho.

Para Malvezzi (2000), entretanto, a empresa globalizada é menos caracterizada pela estrutura do que pela partilha de uma mesma missão. A prática de gestão de negócios evolui na direção dos projetos em conglomerados temporários e, conseqüentemente, estruturada em redes sociais alimentadas pela reflexão sobre o *status quo* da empresa e pelo cenário dos negócios. Nessas condições, os mecanismos e instrumentos de intervenção estão mais e mais dependentes do capital social, do capital intelectual e da reflexão do que de hierarquias, manuais ou estruturas. A prática de gestão de recursos humanos demonstra essa tendência ao mudar uma função reguladora, para uma função facilitadora. Essa condição indica que o indivíduo é menos tutelado, durante o processo, ele necessita acompanhar os eventos, conhecer os padrões de qualidade e agir com autonomia para garantir os resultados, porque estes são mais dependentes de sua ação do que das estruturas e manuais o que, conseqüentemente, pode enriquecer o significado do trabalho. Entretanto, Heloani (2003, p. 106), alerta para o fato de que, ditando novos mecanismos de controle, a formulação dessa

forma inconsciente de dominação inicia-se com a substituição de ordens por regras. O capital adota, assim, uma visão mais sofisticada dos mecanismos de poder, apresentando sistemas de valores que devem ser utilizados pelo indivíduo no interior da empresa, de tal maneira que as estruturas mentais dos trabalhadores sejam objetivamente ajustadas às estruturas sociais.

Isso decorre devido ao surgimento de uma nova tipologia de organizações, a organização virtual, a organização da era da informação, que trás em seu bojo novas exigências. E uma dessas exigências é a nova condição imposta aos trabalhadores que têm o desafio de estarem preparados para esse acesso real à informação. Por outro lado, lembra Heloani (2003) de forma crítica, o capital, então, parte para a construção de autênticas formas de controle à distância, necessárias para que se possa harmonizar a necessidade de autonomia das empresas, voltada para a economia internacional, com o imprescindível controle sobre os órgãos decisórios.

Assim, o livre arbítrio, a iniciativa, a criatividade são eliminados pela própria organização que se preocupa, acima de tudo, em facilitar o exercício do controle. A busca pela parceria com os funcionários e por uma “pseudo” participação (obrigatória, controlada e até mesmo manipulada pela organização), usada como ferramenta de gestão imposta, acaba tornando-se um paradoxo da gestão pela Qualidade Total, do Teletrabalho. Afinal, para atingir efetiva parceria dos funcionários há de se passar, necessariamente, por uma transformação do empregado de *objeto* a *sujeito* (PAGÈS et al, 1993; FARIA e MENEGHETTI, 1999)

Com o *status* de sujeito o indivíduo surge como ser dotado de livre arbítrio, capaz de tratar o complexo, inventar e engajar-se em um trabalho coletivo e evolutivo. Há superação de um estado passivo no qual é servo de um processo rígido, executor de gestos preestabelecidos,

repetitivos, isolados, estritamente prescritos, planejados e controlados afirma Aktouf (1996). É importante frisar que a origem da inovação reside na criatividade dos indivíduos e esta é influenciada tanto positiva quanto negativamente pelo ambiente criado pela própria organização. Portanto, atenção especial deve-lhe ser atribuída. A busca pela renovação na organização do trabalho requer a criação de um espaço facilitador do desenvolvimento do homem e de sua capacidade criativa, no qual haja transparência, compartilhamento e a preocupação em formar e valorizar o homem. Sentimento de confiança e respeito, respeito pelas diferenças, valorização do indivíduo, reconhecimento das potencialidades e oportunidade para produção e fertilização de idéias constituem a base de uma efetiva renovação, afirmam Faria e Meneghetti (1999).

Neste aspecto, pode-se inferir que as inovações na organização do trabalho e a velocidade com que se desencadeiam as mudanças tendem a submeter o trabalhador a condições estressoras, o que requer que o trabalhador desenvolva atitudes que lhe garantam alternativas de compensação em atividades de lazer, de esporte, de humanização dos espaços de trabalho, pontua Malvezzi (2000).

De Masi (2000) também é enfático ao afirmar que, entre outros privilégios, o trabalhador tem hoje a possibilidade de gozar de maior tempo livre para desenvolver seu potencial e/ou realizar atividades que antes não era possível tendo todo seu tempo tomado pelo trabalho formal. Este aspecto constitui a fomentação do ócio criativo, o que proporcionaria ao indivíduo envolver-se em projetos e atividades que visem o desenvolvimento de potencialidades pessoais, bem como, participar de projetos sociais colaborando para a construção de uma sociedade mais solidária.

Ainda de acordo com De Masi (2000), questões emergentes da sociedade pós-industrial, como o tempo livre e a criatividade, como também as questões da globalização, do desenvolvimento sem emprego, da feminilização, do declínio das ideologias tradicionais e dos sujeitos sociais emergentes, requer novo modelo que não esteja centrado na idolatria do trabalho, do mercado e da competitividade, mas que abranja outros aspectos da vida humana. Este novo modelo está pautado, portanto, em premissas como a de que deve haver uma simultaneidade entre trabalho, estudo e lazer; no acréscimo de tempo livre e, conseqüentemente, na redistribuição do trabalho, da riqueza, do saber e do poder, podendo, assim, fazer com que os indivíduos e a sociedade sejam educados para privilegiar outras dimensões como a introspecção, o convívio, a amizade, o amor e as atividades lúdicas.

Para De Masi (2000), portanto, o ócio criativo significa, então, um exercício do sincretismo entre atividade, lazer e estudo, propondo ao homem que ele se desenvolva em todas as suas dimensões. O que ele afirma é que deve haver uma fusão entre produção e prazer.

O que está premente em todas as concepções até aqui abordadas no que se refere ao trabalho e seus significados é que, como pontua Lévy-Leboyer (1994, p. 50), as atitudes coletivas frente ao trabalho foram submetidas a profundas reviravoltas e o significado do trabalho, assim como sua importância frente a outras atividades humanas, mudaram ao longo dos séculos de maneira radical e numerosas vezes sucessivamente. Porém, independente de todas as transformações socioeconômicas e culturais, o trabalho continua a desempenhar papel primordial na esfera de vida pessoal da maioria das pessoas das sociedades modernas.

Assim, as transformações sociais, econômicas, tecnológicas e políticas que predominam a sociedade atual, estimulam, sob diferentes perceptivas, análises sobre os determinantes e

possíveis alterações nos significados do trabalho para os indivíduos, o que, proporciona alterações importantes nas atitudes e valores relativos ao trabalho, mesmo porque, evidencia-se, cada vez mais, a busca pelo desejo de autonomia, de participação, de experiências de trabalho significativas, de maior envolvimento nas decisões que afetam o indivíduo, de equilíbrio entre o trabalho e outras esferas da vida.

Dessa forma, faz-se necessário, um repensar e uma reflexão mais crítica sobre, não apenas essas novas relações ou demandas de trabalho, mas, sobre os significados do trabalho para o homem de forma geral, haja visto, que o contato com o outro, o vínculo com um grupo e o trabalho em conjunto, e todas as outras dimensões da vida humana como família, lazer, amigos, constituem aspectos essenciais na formação da cultura e na identidade dos sujeitos.

O próximo tópico abordará questões inerentes sobre o papel da cultura, da identidade e alteridade na consolidação dos significados que vão sendo atribuídos ao trabalho no desenrolar da vida produtiva do homem.

3 CULTURA, IDENTIDADE E ALTERIDADE

Quando se aborda um tema tão abrangente e importante como o sentido do trabalho, dimensões como cultura, identidade e alteridade, surgem como aspectos que estão intrinsecamente ligados a ele, pois as vivências presentes nos espaços de trabalho, dizem respeito a um complexo agrupamento de conjunto de significados criados e recriados, constantemente, pela linguagem, pelos discursos ideológicos e pela cultura, segundo os quais os indivíduos dão sentidos as suas experiências e organizam suas interações sociais. É sobre tais aspectos que se refere este tópico.

3.1 CULTURA

Os desafios, decorrentes das mudanças que caracterizam a sociedade pós-moderna, têm instigado diversos autores na busca de parâmetros que permitam compreender a realidade e esboçar tendências sociais, institucionais e individuais. O risco e a incerteza, a crise de paradigmas, a diversidade, o pluralismo, a cultura do simulacro, o individualismo são conceitos que representam a complexidade das transformações e das perspectivas sociais. Neste sentido, compreender os aspectos presentes neste contexto cultural é de vital relevância para entender as organizações contemporâneas e os sentidos do trabalho para os indivíduos inseridos no interior das mesmas.

Thompson (1995) evidencia que, embora haja pouco consenso em relação ao significado do conceito de cultura em si, o estudo dos fenômenos culturais tem constituído preocupação central para as ciências sociais como um todo. Isto porque, ressalta o autor, a vida social não é simplesmente uma questão de objetos e fatos que ocorrem como fenômenos de um mundo natural: ela é, também, uma questão de ações e expressões significativas, de manifestações

verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e que procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem. Em outras palavras, o estudo dos fenômenos culturais pode ser pensado como o estudo do mundo sócio-histórico constituído como um campo de significados, daí sua relevância.

De acordo com Santos (2002), a cultura é certamente a mais antiga e ao mesmo tempo a mais recente obra do homem, representando tudo o que a humanidade produziu e produz. Isso torna a cultura organicamente associada à existência humana. Assim sendo, pode-se afirmar que a cultura é um processo acumulativo. O homem recebe conhecimentos e experiências acumulados ao longo das gerações que o antecederam e, se estas informações forem adequada e criativamente manipuladas, permitirão inovações e invenções. Assim, estas não são o resultado da ação isolada de um gênio, mas o esforço de toda uma comunidade. Dessa forma, a cultura é uma lente através da qual o homem vê o mundo - pessoas de culturas diferentes usam lentes diferentes e, portanto, têm visões distintas das coisas.

Isso significa que o fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural, depreciando o comportamento daqueles que agem fora dos padrões de sua comunidade – discriminando o comportamento desviante. Dessa forma

a autoprodução do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações sócio-culturais e psicológicas. É impossível que o homem se desenvolva como homem no isolamento, igualmente é impossível que o homem isolado produza um ambiente humano. A humanidade específica do homem e sua socialidade estão inextricavelmente entrelaçadas. O Homo Sapiens é sempre, e na mesma medida, Homo Socius. (BERGER e LUCKMAN, 1985, p. 75).

Leontiev (1978) também argumenta que a hominização, enquanto mudanças essenciais na organização física do homem, termina com o surgimento da história social da humanidade. Assim, as modificações e aquisições da evolução dos homens não ocorreram sob o efeito da herança biológica, mas sim sob uma forma absolutamente particular, que só aparece com a sociedade humana: a dos fenômenos externos da cultura material e intelectual. É importante ressaltar que esta forma particular de fixação e de transmissão às gerações seguintes das aquisições da evolução deve o seu aparecimento de fato, diferentemente dos animais, dos homens terem uma atividade criadora e produtiva. É, aliás, o caso da atividade humana fundamental: o trabalho. Dessa forma, os progressos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura dos homens. Dessa forma,

a cultura é um patrimônio social comum, já que a vida cotidiana, apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” Do mesmo modo, que a realidade da vida cotidiana apresenta-se ao homem como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participa com outros homens, assim, não se pode existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com outros (BERGER e LUCKMAN, 1985, p. 35).

Também, Geertz (1989), ressalta a concepção de Max Weber ao se referir que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu e, partindo desde ponto, assume a cultura como sendo essas teias e a sua análise, neste aspecto, o estudo da cultura não deve ser considerado como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado, afirma o autor. Para Geertz (1989), a cultura é pública porque o significado o é, ou seja, o comportamento humano é visto como ação simbólica, portanto, o que se deve indagar a respeito de qualquer ação produzida é qual a sua finalidade, isto é, o que está sendo transmitido com sua ocorrência e através da sua agência.

Neste sentido, Geertz (1989, p. 40) deixa claro que olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas, é sim, mergulhar no meio delas. Enfatizando este aspecto, Aktouf (1994), ressalta que constitui reducionismo toda tentativa de tentar enquadrar o conceito de cultura, visto que

a cultura é algo muito vasto, muito importante, inscrita muito profundamente nas estruturas sociais, na história, no inconsciente, na experiência vivida e no vir a ser coletivo humano, para ser tratada, de maneira tão trivial, como uma variável dependente cujos fatores e componentes podem ser isolados, medidos, tratados e construídos (AKTOUF, 1994, p.47).

A cultura, portanto, é um complexo coletivo feito de representações mentais que ligam o imaterial e o material, a infra-estrutura e as superestruturas, salienta Aktouf (1994), e afirma, que é um movimento dialético inevitável entre o material, isto, é, as técnicas, as estruturas sociais, as leis e normas, as vivências concretas e o imaterial, no qual se encontram a vida simbólica e suas representações, ideologias, idéias. Esse mundo imaterial, onde estão o conjunto de valores, crenças e símbolos que influenciam o comportamento do indivíduo diante de sua família, de seu trabalho e de sua organização, é gerado, alimentado e sustentado por elementos materiais. Assim, as representações e simbologias presentes no cotidiano são suportadas e só existem à medida que nascem de um fato concreto das estruturas sociais, das experiências vividas, do mundo material. Isso significa dizer, pontua Motta (1996), que os homens vivem num universo de significados que decodificam sem cessar.

Dessa forma, não somente as palavras, mas as expressões, as posturas, as ações de toda natureza, os objetivos que se utilizam conferem um sentido aos outros homens. Entretanto, esses significados estão muito longe de serem universais. Eles estão intrinsecamente ligados a

uma espécie de linguagem particular. Por esta razão, afirma Motta (1996), pode-se dizer que a cultura é antes de tudo linguagem, código. Por meio dela os homens atribuem sentidos ao mundo no qual vivem e também às suas próprias ações. Dessa forma, a cultura designa, classifica, corrige, liga e coloca em ordem, pois desenvolve princípios de classificação que permitem ordenar a sociedade em grupos distintos, grupos totêmicos e até categorias profissionais.

Entretanto, afirma Motta (1996) a cultura está muito longe de atribuir a cada um um papel do qual ele não pode escapar. O que a cultura faz é influenciar as orientações particulares que assumem os jogos estratégicos pelos quais cada um defende seus interesses e suas convicções, no interior de cada conjunto social. Pode-se dizer, então, que a cultura é um sistema de símbolos e significados compartilhados, que serve como mecanismo de controle. A ação simbólica, porém, necessita ser interpretada, lida ou decifrada para que seja entendida. E é essa ação simbólica que ocorre em torno da oposição mais relevante num dado grupo, instituição ou sociedade.

Disso decorre que as formas simbólicas, dos tipos mais diversos, passam a interagir com as diversas culturas, criando representações e transformando relações. Interagir, neste aspecto é um termo essencial aqui, visto que, neste estudo, a cultura se relaciona diretamente com a produção e a troca de significados entre os membros de uma sociedade ou de um grupo.

Na interação cultural, as formas simbólicas, segundo Thompson (1995) implicam em cinco características básicas. A primeira, é que elas são sempre *intencionais*, querendo dizer que são sempre a expressão de um sujeito para outro. A segunda, é que elas são *convencionais*, ou seja, a produção, a construção ou o uso delas, bem como a interpretação das mesmas, são

processos que envolvem regras, códigos ou convenções. A terceira característica é que elas são *estruturais*, isto é exibem uma estrutura articulada e, ao se fazer a análise da estrutura, deve-se investigar não somente seus elementos específicos, mas também suas inter-relações. A quarta característica é seu aspecto *referencial*, já que as construções representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa. A quinta e última característica é o seu aspecto *contextual*, pois as formas simbólicas são sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas.

Considerando essas características inerentes às formas simbólicas, Motta (1996), afirma que a cultura não é uma qualidade, é, pois, um contexto, um sistema de relações e, portanto, não é e nem pode ser vista como um poder que determina os comportamentos, é algo que permite que os que os comportamentos sejam descritos de maneira inteligível em si, importam na medida do que significam, e esses significados variam conforme a cultura. Em outras palavras pode-se dizer, mais uma vez, que a cultura é um contexto de significados.

Dessa forma, para entender as organizações, faz-se necessário também entender a cultura na qual estão inseridas ou de onde foram originadas, e isso demanda uma compreensão das concepções de vida em sociedade que marcam essas culturas, bem como as formas de governos dos homens, pontua Motta (1996), já que as organizações são parte de uma sociedade e, portanto, de sua cultura.

Essa relação dialética entre sociedade e organizações é apontada por Wood Jr e Paes de Paula (2002), ao afirmarem que, ao longo do século XX, o mundo dos negócios e o *management* passaram a moldar a experiência social e cultural, invadindo progressivamente os domínios da

ciência e tecnologia, arte e literatura. Para esses autores, vivencia-se a cultura do *management*, que

caracteriza-se pela produção de artefatos como livros, revistas e outros objetos de consumo presentes no mundo dos negócios, bem como símbolos que permeiam as organizações e a mente dos indivíduos que com elas se relacionam, como é o caso dos gurus, dos gerentes-heróis, dos consultores e outros portadores de “fórmulas infalíveis” de gestão (WOOD JR e PAES de PAULA, 2002).

Dessa forma, ressaltam Wood Jr e Paes de Paula (2002), a cultura tem se transformando em uma “cultura de negócios”, isto porque as instituições e organizações empresariais nos dias de hoje, vêm exercendo grande influência na vida social; também é possível constatar que as posições de mais alto *status* social e prestígio estão sendo ocupadas por homens e mulheres de negócios; além do mais, as empresas vêm desempenhando um papel dominante no processo de socialização dos indivíduos, tanto no que se refere à educação, como na aquisição de habilidades e experiências; as mídias vêm transmitindo e reforçando os valores que estão sob a esfera de influência do mundo dos negócios; e os símbolos, a linguagem, as crenças e ideologias do mundo dos negócios estão invadindo a cultura, tanto do ponto de vista material, como intelectual e espiritual.

Neste aspecto, as representações e comportamentos emanados de valores, crenças e mitos valorizados na cultura de uma organização são reforçados e formados dialeticamente com as estruturas formais, as inter-relações vividas no seu dia-a-dia e tudo de concreto que compõem o mundo material da organização e do ambiente na qual está inserida. Por sua vez, tais elementos materiais estão profundamente enraizados na história e na formação etnológica da cultura que os engendram. Assim, toda organização baseia-se em pressupostos básicos compartilhados a respeito das relações com o ambiente, a respeito da natureza da realidade,

do tempo e do espaço, a respeito da natureza humana e a respeito dos relacionamentos humanos (MOTTA; CALDAS, 1997).

Portanto, as atitudes, os valores, as formas de pensar e agir em relação à situação organizacional representam a forma como os membros da organização esquematizam a realidade vivenciada. Em outras palavras, a cultura presente numa organização diz respeito a um complexo agrupamento de conjunto de significados criados e recriados constantemente, segundo os quais os indivíduos, inseridos em contextos sociais estruturados, dão sentido a sua experiência e organizam sua interação social, esclarece Mascarenhas, Vasconcelos e Protil (2004). Pode-se dizer, acrescentam os autores, que esse complexo agrupamento de padrões culturais é a base para o estabelecimento e a interpretação de todas as práticas em uma organização, já que a partir desses padrões seus membros organizam sua interação social.

Assim sendo, toda reflexão sobre os aspectos culturais de uma organização, ou seja, o substrato de crenças e valores que fundamenta as práticas formais e informais que constituem a dinâmica de cada organização, deve ser considerada relevante na medida que propicie abordagens mais profundas e abrangentes para dar conta da multifacetada complexidade presente nas organizações contemporâneas. E um claro reflexo dessa nova postura é a ampliação do limite do que é relevante para compreender os fenômenos organizacionais, procurando-se desvendar o tecido simbólico e apreender as relações de poder entre pessoas, grupos e classes internas e externas às organizações (MOTTA e CALDAS, 1997; FREITAS, 1999).

A literatura aponta que desde a década de 70, as organizações vêm incorporando mudanças nas suas bases técnica e social que alcançaram nos anos 90 um consenso tecnocrático. De forma geral elas apontam para a necessidade de engajar a força de trabalho em um novo

padrão de comportamento organizacional, buscando a cooperação, participação e empreendedorismo compartilhado, sem uso do controle ou supervisão ostensivos.

Esses valores do mundo dos negócios se consolidaram no “movimento gerencialista”, que resgata valores como esforço e trabalho duro, motivação, ambição criativa, inovação, excelência, independência, flexibilidade e responsabilidade pessoal e passa a comandar as ações dos gerentes e trabalhadores, agora não mais via controle burocrático, mas via internalização desses princípios, que juntos com o “culto da excelência”, promovem entre os indivíduos uma imagem de autodeterminação no trabalho, induzindo-os a se tornarem empreendedores de si mesmos. Relacionada a este contexto encontra-se também a “cultura do empreendedorismo”, que engendra um código de valores e condutas no sentido de orientar a organização das atividades para garantir controle, eficiência e competitividade máximos. O que se tem, então, a partir daí, é o desenvolvimento de um novo imaginário organizacional e social: a “cultura do *management*”, afirmam Wood Jr e Paes de Paula (2002).

Mas esse fenômeno possui em seu bojo um conjunto de pressupostos compartilhados nas empresas e, em larga medida, no tecido social, alerta Wood Jr e Paes de Paula (2002). Estes pressupostos envolvem: 1) a crença numa sociedade de mercado livre; 2) a visão do indivíduo como auto-empendedor; 3) o culto da excelência como forma de aperfeiçoamento individual e coletivo; 4) o culto de símbolos e figuras emblemáticas, como “palavras de efeito” (inovação, sucesso, excelência) e “gerentes heróis” e 5) a crença em tecnologias gerenciais que permitem racionalizar as atividades organizadas nos grupos. De fato, mais até do que a mudança em uma direção específica ou na adoção de uma nova técnica, a mudança em si, envolve estar preparado para ela, aceitá-la sem conflitos, com rapidez, agilidade, manipulá-la como algo natural sem o desgaste do poder, enfim, tudo que envolve fazer a mudança,

tornando-a ação e prática social dentro da empresa, incorporando-a à cultura, constitui ponto central na gestão moderna.

Outra questão relevante em termos de mudanças de valores culturais e a ampliação do papel das organizações na vida dos sujeitos é o enfraquecimento das referências territoriais provocando um deslocamento do senso de *pertencer* a espaços geográficos ao *pertencer* a grupos sócio-culturais. Canline (1995), contempla essa nova realidade defendendo a ampliação da definição sócioespacial de identidade para uma definição sócio comunicacional de identidade, que está ligada às novas formas de interação entre os indivíduos que compartilham interesses comuns. De acordo com a autora citada acima, observa-se esse fenômeno na relação de proximidade que se cria entre indivíduos que trabalham em uma mesma empresa multinacional, cada um em uma parte do mundo, e nas comunidades virtuais. Nestes dois casos, o que une os indivíduos não são os vínculos territoriais, mas os laços culturais e simbólicos que estão presentes entre eles.

Entretanto, essas mudanças de referências e de construção de identidade geram ansiedade e incerteza nos indivíduos, que convivem com uma multiplicidade de modos de ver o mundo e agir nele e, simultaneamente, não encontram segurança em nenhum dos caminhos possíveis. Nessa relativa perda de referência, as organizações estão ampliando o seu papel. Elas deixam de ser simples locais de trabalho ou fontes de renda para o sustento da família e passam a penetrar em todos os âmbitos da vida do indivíduo. Através da cultura organizacional, os indivíduos, portanto, assimilam os valores, códigos e significados da organização, transferindo-os inclusive para a sua vida privada.

É necessário pontuar que, necessidade de flexibilidade, de aprendizagem contínua, de excelência, entre outros, são alguns dos valores difundidos nas organizações e que hoje são vistos pelos indivíduos como preceitos básicos da sobrevivência na sociedade atual. Wood Jr e Paes de Paula, (2002), referem-se a este indivíduo como o *Indivíduo S.A.*, produto e representação da cultura do *management*, cuja voracidade por receitas, guias e fórmulas que possam conduzi-lo ao sucesso é proporcional à sensação de que o mundo está a lhe escapar das mãos. Assim, o caminho para o êxito é identificado com a habilidade de vencer a concorrência, administrando a própria carreira como uma empresa e adquirindo as certificações valorizadas pelo mercado de trabalho.

Dessa forma, na busca pelo reconhecimento da organização, o indivíduo dá o melhor de si, canalizando toda a sua energia para fins produtivos. Essa dedicação não é garantida pela imposição de normas ao funcionário. Ao contrário das organizações tradicionais, ressalta Pagés (1993), que exerciam controle através da obediência a regulamentos, as organizações *hipermodernas* conquistam a adesão dos indivíduos a causas nobres - definidas na missão da organização - com as quais eles se identificam.

Assim, os indivíduos passam a exercerem um autocontrole, já que são responsáveis pela sua própria carreira e a organização confia neles. Além disso, a organização estimula o narcisismo individual, tornando a busca pela excelência um desejo de cada um, ligado ao mito do herói e da imortalidade. Ao mesmo tempo que exige dedicação total do indivíduo, a organização não assume nenhum compromisso com o mesmo. A criação de empregos é vista como função do Estado, a manutenção de empregos depende do movimento do mercado, a valorização do indivíduo na organização depende da sua adequação à mesma e da sua capacidade de mostrar-se mais produtivo do que os demais.

E como a sensação de não possuir o controle sobre seu entorno é extremamente desconfortável, as pessoas passam cada vez mais a buscar mecanismos que amenizem a angústia e a incerteza. A cultura do *pop-management* está, dessa forma, intrinsecamente relacionada a este aspecto psicológico. Ressurge o campo das possibilidades, do plausível. Em lugar da verdade, a verossimilhança. Os processos decisórios e de gestão antes comparáveis ao cientificismo mais tradicional, dão lugar ao jogo de argumentos não só lógicos, mas também, emocionais, éticos e estéticos, ressaltam Wood Jr e Paes de Paula, (2002). O tópico seguinte abordará questões inerentes a Identidade e Subjetividade, temas que, como o da cultura, são essenciais para se compreender os sentidos do trabalho para os indivíduos nas organizações contemporâneas.

3.2 IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE NO TRABALHO

Quando se aborda o tema trabalho, direta ou indiretamente, também se aborda uma questão premente para o ser humano, o conceito de identidade. Portanto, este tópico discorrerá sobre a relação entre identidade e trabalho, no intuito de compreender de que maneira os sentidos atribuídos ao trabalho permeiam a dimensão subjetiva dos indivíduos, constituindo, dessa forma, sua identidade.

E esta discussão sobre identidade e subjetividade no mundo contemporâneo, não é relevante apenas para a compreensão de aspectos sócio-culturais, mas também para as organizações de trabalho, pois, seguindo o ponto de vista de Grisci (1999), vive-se novos tempos. Tempos a indicarem coexistências, a enaltecerem o aqui e agora. Tempos, resalta a autora, atravessados por velocidades extraordinárias que desvalorizam o passado, presente e futuro e, conseqüentemente, absolutizam e banalizam as trajetórias dos sujeitos. Tempos que, sem

dúvida, necessitam de novas compreensões. Neste aspecto, Saramago (2000), no livro *A Caverna*, apresenta uma riquíssima estória sobre como o mundo do trabalho e a economia globalizada permeiam não somente as relações de produção, mas também as relações sociais e familiares, na medida que impõe um contínuo processo de qualificação e requalificação, que obrigam o trabalhador de qualquer idade e em diferentes níveis de formação e experiência, a apresentar conhecimentos e habilidades sempre renovados para acompanhar o ritmo acelerado das mudanças, alterando dessa forma, o fazer, a identidade e mesmo o processo de identificação do indivíduo com seus pares.

A partir do exposto acima, podemos afirmar, então, que estamos inseridos num contexto de crise: econômica, política, social, de valores, de identidade. Para explicitar melhor este aspecto, convém deter, mesmo que sucintamente, no significado da palavra “crise”, que de acordo com sua raiz etimológica (deriva de *Krinem* que, em grego, designa separar, decidir), significa que algum determinado processo (casamento, identidade pessoal, institucional) atingiu um ponto culminante, onde ele vai sofrer um destes dois destinos possíveis: 1) tanto pode deteriorar até o ponto de terminar, ou, 2) em um prazo, curto ou longo, vai acontecer uma modificação importante, a qual pode representar ser um crescimento de natureza sadia, embora seja, quase sempre, bastante dolorosa. A compreensão deste conceito pode ser útil para a reflexão sobre a questão da identidade e trabalho, tema este que vem crescendo significativamente nos estudos organizacionais (JACQUES, 1997).

De acordo com Coutinho (1999), o interesse por esta temática é uma tradição antiga em diversos campos do conhecimento humano, como a Filosofia, a Antropologia, a Sociologia e a própria Psicologia. Em decorrência das mudanças que ora se processam no espaço organizacional observa-se a re-introdução da importância conferida ao chamado fator humano

e suas implicações sobre o processo produtivo, neste sentido, o componente subjetivo e sua relevância no cotidiano laboral ensejam o aprofundamento de temas como o da identidade, que vem adquirindo nos últimos tempos espaços não apenas no meio acadêmico, mas também no interior das organizações procurando fornecer subsídios para uma melhor compreensão da articulação entre a dimensão subjetiva e a dimensão objetiva representada pelo trabalho.

As organizações tradicionais faziam demandas objetivas aos seus trabalhadores, que deviam executar funções preestabelecidas, deixando qualquer tipo de reflexão nas mãos daqueles que gerenciavam as organizações. Entretanto, o processo produtivo vem mudando muito e têm sido exigidos dos trabalhadores outras formas de comprometimento com o trabalho. Cabe questionar quem é esse sujeito que hoje se insere num mundo do trabalho em transformação e quando se pergunta quem é, se busca investigar a identidade desse sujeito.

Segundo Jacques (1997), os temas identidade e trabalho têm em comum interpretações controvertidas de ordem conceitual, extensiva às suas origens etimológicas. O vocábulo identidade (do latim *idem*, o mesmo, a mesma) propõem uma noção de estabilidade que se contrapõe à processualidade e ao caráter de construção permanente que lhe são próprios. Sugere, ao mesmo tempo, o igual e o diferente, o permanente e o mutante, o individual e o coletivo. O termo trabalho propõe, também, como é possível verificar no tópico I deste trabalho, uma associação controvertida da atividade humana (do latim *tripalium*, instrumento de tortura e instrumento agrícola de cultura de cereais).

Uma das possibilidades de se analisar a questão da identidade e trabalho é a proposta por Ciampa (1993), que analisa, na perspectiva do materialismo-histórico, o processo de constituição da identidade. Para esse autor, a estrutura social e o momento histórico devem ser

levados em consideração para entender como se apresentam a formação da identidade, visto que a estrutura social fornece padrões de identidade e a história possibilita ao homem ser um Ser de possibilidades.

Concepção esta abarcada pela Psicologia Social, que tem entendido identidade como fenômeno social, resultante dos significados provenientes das interações mantidas pelo indivíduo na sua vida em coletividade. Neste sentido, a identidade não é considerada como uma entidade autônoma, estática e duradoura, mas como um processo de construção, uma atividade humana, mediada pelo uso da linguagem e intrinsecamente ligada à socialização do indivíduo na interação simbólica que estabelece com seu meio.

Dessa forma, Ciampa (1993), destaca que cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal, uma história de vida. No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas por ela. Para este autor, a identidade não se resume a uma questão científica, deve, pois, ser vista como questão social e política.

Assim, como atributo sociocognitivo, a identidade não é inata nem exclusiva do indivíduo. Os grupos e as organizações também teriam identidade. De fato, por meio do processo de identificação, a identidade do indivíduo estaria relacionada estreitamente com a identidade dos grupos e organizações em que ele se insere.

Erikson (1976), ao estudar a noção de identidade, descreve-a como um sentimento subjetivo de revigorante uniformidade e continuidade, possuindo natureza pessoal e cultural. Também para esse autor, a formação da identidade compreende o processo essencial no âmago do

indivíduo e a inserção na cultura coletiva. Propõe que a formação da identidade é inseparável da evolução sociogenética, uma vez que somente dentro de um grupo definido ela pode existir.

Também para Berger e Luckman (1985), a identidade possui duas características significativas, constitui elemento central da realidade subjetiva e encontra-se em intrínseca relação com a sociedade, já que esta tem papel preponderante na formação, conservação e/ou remodelação da identidade de um indivíduo que, por sua vez, também reage sobre a estrutura social, mantendo-a ou modificando-a.

Assim, a constatação de que o homem não está liberado de suas condições históricas como visto anteriormente, resulta, segundo Ciampa (1984) num sério problema, qual seja, o de que “não é possível dissociar o estudo da identidade do indivíduo da sociedade” (p. 72), uma vez que as possibilidades de diferentes configurações de identidade estão relacionadas com as diferentes configurações de ordem social. É do contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem suas determinações e, conseqüentemente, emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de identidade.

Ao adotar uma posição nem idealista nem positivista da possibilidade de se conhecer o indivíduo e a realidade, Pagès *et al.* (1993) afirmam que o discurso informa ao mesmo tempo: (1) sobre uma realidade objetiva exterior e transcendente ao indivíduo, e (2) sobre seu universo mental. O discurso de cada indivíduo seria ao mesmo tempo coletivo e individual. Coletivo à medida que revela, de maneira exemplar, estruturas e relações entre fenômenos, presentes de diferentes formas nos outros indivíduos. Também seria coletivo pela complementaridade, ao invés de só pelas semelhanças, entre os diferentes discursos

individuais. O caráter coletivo dos discursos remeteria, necessariamente, ao conceito de estruturas: à existência postulada de relações entre fenômenos que operam transversalmente sobre toda a extensão do campo sociomental e a um corpo teórico de hipóteses sobre a natureza dessas relações.

Castells (2000), propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades, uma vez que a construção social da identidade, segundo ele, sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder:

- **Identidade legitimadora:** introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;
- **Identidade de resistência:** criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos;
- **Identidade de projeto:** quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

De acordo com Castells (2000, p. 419), as identidades de resistência estão tão difundidas na sociedade em rede quanto os projetos individualistas resultantes da dissolução de identidades anteriormente legitimadoras que normalmente constituíam a sociedade civil da era industrial. Contudo, afirma o autor, essas identidades resistem, e raramente se comunicam. Não se comunicam com o Estado, salvo para lutar e negociar em nome de seus interesses/valores

específicos, alerta, já que raramente comunicam-se entre si por serem construídas com base em princípios profundamente distintos, determinantes dos "incluídos" e dos "excluídos".

E em virtude do fato de a lógica comunal ser essencial à sua sobrevivência, auto definições individuais não são bem-vindos, salienta Castells (2000). Assim, de um lado, as elites globais dominantes que habitam o espaço de fluxos tendem a ser formadas por indivíduos sem identidade específicas ("cidadãos do mundo"); ao passo que, de outro lado, as pessoas que resistem à privação de seus direitos econômicos, culturais e políticos tendem a se sentir atraídas pela identidade comunal.

Dessa forma, o poder não mais se concentra nas instituições (o Estado), organizações (empresas capitalistas), ou mecanismos simbólicos de controle (mídia corporativa, igrejas). Ao contrário, está difundido nas redes globais de riqueza, poder, informações e imagens, que circulam e passam por transmutações em um sistema de geometria variável e geografia desmaterializada. No entanto, o poder não desaparece. *O poder ainda governa a sociedade; ainda nos molda e exerce domínio sobre nós*, salienta Castells (2000, p. 423).

O conhecimento sobre os processos de construção de identidade, bem como sobre a dinâmica da elaboração e difusão de projetos identificatórios, mostra-se, assim, essencial para que se obtenha uma compreensão mais ampla das forças sociais que estão efetivamente, envolvidas nas disputas por hegemonia.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma

"identidade" em seu significado tradicional - isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (SILVA, 2000, p.109)

Ou ainda, como alerta Ciampa

O fato de vivermos sob o capitalismo e a complexidade crescente da sociedade moderna impedem-nos de ser verdadeiramente sujeitos. A tendência geral do capitalismo é constituir o homem como mero suporte do capital, que o determina, negando enquanto homem, já que se torna algo coisificado. ...O homem deixa de ser verbo para ser substantivo (CIAMPA, 1984, p. 72).

Algumas pesquisas sobre organizações modernas (ou hipermodernas para PAGÉS et al, 1993) apontam para o desenvolvimento de políticas de recursos humanos que visariam à imposição do modo de ser dos trabalhadores. Sendo assim, é importante discutir até que ponto a identidade dos trabalhadores é previamente construída ou em que medida reflete imposições da situação de trabalho.

Autores como Pagés *et al* (1993), Enriquez (1994), Foucault (2003), têm evidenciado que as formas de construção da identidade operária estão intrinsecamente relacionadas às novas demandas do capital, e que Ciência e Tecnologia entram em cena para reforçar e legitimar as novas formas de gestão e de organização do trabalho.

E com a instauração de novas categorias do capital simbólico surge a demanda por uma nova força de trabalho, mais qualificada e voltada para o racionalismo da técnica. Emerge e constitui, assim, um operário de sentidos atravessado pela ideologia cientificista e pelo fetichismo tecnológico, mediado pelos discursos organizacionais e afetado pelo espaço-tempo do trabalho, instância privilegiada em que se originam as múltiplas *formas de mediação* e de consumo de bens simbólicos.

Com o advento de um modo de produção flexível, emerge uma nova racionalização, imanente às novas tecnologias, cujas exigências são o conhecimento, a qualidade e a diferenciação dos produtos na concorrência do mercado, ao mesmo tempo que se impõe a formação de trabalhadores com uma melhor Educação básica, conhecimentos mais abrangentes do processo produtivo e domínio da organização.

Todo o processo de reestruturação produtiva, portanto, tem criado uma série de demandas que provocam transformações nas formas de organização do trabalho. Uma primeira demanda coloca a necessidade de um novo “modelo” de trabalhador, com capacidade de lidar com tecnologias e processos mais flexibilizados, e exige dele, também, uma maior flexibilização. Esses aspectos redefinem o caráter da qualificação para o trabalho, aliando a experiência dos trabalhadores aos conhecimentos técnicos. Tal fato sustenta-se na idéia do trabalhador polivalente e participativo.

O lugar do trabalhador nessas novas formas de se conceber e organizar o trabalho é influenciado, também, pela informatização, que transforma os modos de conhecer e organizar os saberes necessários à execução das tarefas. A informatização constitui-se em uma forma de organização do saber, inscrita nas relações de poder, que orienta e pressiona os modos de subjetivação. Tais transformações definem processos de exclusão que atingem os trabalhadores que não possuam a qualificação prevista neste “modelo” de trabalhador.

Chega-se, assim, ao *projeto identificador* formulado pelo capital para o trabalhador, que tem como um de seus fundamentos básicos as demandas educacionais. Como recurso de conquista e manutenção dessa hegemonia, esse projeto apresenta

um enunciado que lança a proposta inclusiva de modernidade, simultaneamente ordenando aspirações de diversas ordens e alertando para a necessidade de adesão, que se faz impositiva, como natural decorrência do progresso, das novas características do mundo do trabalho em particular, e da sociedade como um todo que se estrutura, agora, sobre os pilares do conhecimento. (RUMMERT, 2000, p.105)

Como características principais desse projeto identificatório, Rummert (2000, p. 105-106), destaca que: o trabalhador vive um novo momento histórico, onde sua identidade pode ser valorizada, trazendo-o para o centro do cenário produtivo como ator principal; a educação constitui a via de acesso para que o trabalhador assumira seu papel de sujeito na atividade produtiva e na construção de seu projeto pessoal de vida; o trabalhador tem a possibilidade de sair da obscuridade e colocar-se na posição de dominador das máquinas e dos processos; a construção simbólica da imagem de um trabalhador livre, que pode dispor de seus conhecimentos para construir uma trajetória pessoal de êxitos, em aliança com o capital, que dele depende diretamente; atitudes como coragem e capacidade de enfrentar e vencer desafios são valorizadas e incorporadas como práticas a serem vivenciadas no cotidiano; a articulação da nova lógica material da produção com a lógica simbólica de centralidade do trabalhador, substitui a centralidade da máquina.

Dessa forma, o que se observa é que o discurso empresarial faz crer que o trabalhador que incorporar esse projeto identificatório estará garantindo o êxito de sua inserção na sociedade moderna – não só como indivíduo economicamente produtivo; também como cidadão pleno. Neste aspecto, Thompson (1995), afirma que os sentidos estão sendo mobilizados pelas formas simbólicas para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Para Freitas (2000), as organizações cada vez mais incorporam o imaginário humano, que é o local do sonho e do desejo de um mundo melhor. Dessa forma, os indivíduos estão sendo,

assim, estimulados a projetarem suas fantasias de poder nas organizações. Esse tipo de projeção cria no indivíduo a expectativa psicológica de que ele pode ser tão grandioso e onipotente quanto estas, desde que ele seja parte delas e compartilhe de seus ideais.

A fusão afetiva com a organização permitiria ao indivíduo apropriar-se de suas dimensões, de seus recursos e, principalmente, de sua segurança. Para Enriquez (1994, p. 46), a finalidade destes métodos é evidente: a adesão, a implicação, a mobilização total de todos, quer dizer, uma psique sem conflitos, uma psique a serviço da organização. Ressalta que

O imaginário é enganador, na medida em que a organização tenta prender os indivíduos nas armadilhas de seus próprios desejos de afirmação narcisista, no seu fantasma de onipotência ou de sua carência de amor, em se fazendo forte para corresponder aos seus desejos naquilo que eles têm de mais excessivos e mais arcaicos e de transformar os fantasmas em realidade (ENRIQUEZ, 1997, p.35).

Assim, atado a uma realidade fragmentada, o indivíduo se vê impossibilitado de construir uma identidade, de se expressar e de sentir. Prisioneiro dos referenciais imediatos e fragmentados do sucesso, o indivíduo S.A., como apontado anteriormente, perde sua capacidade de individuação, de perceber os outros e aceitá-los como "eus" independentes. Sua vida se torna um contínuo “rito de iniciação”, onde ele procura mostrar que está sintonizado com as mais novas receitas de sucesso.

Para Sennett (1999), essa efemeridade, fragmentação e descontinuidade, assinala o potencial conflitivo gerado pela exposição individual a velhos e novos valores contraditórios:

A estrutura da nova ordem perturba profundamente a auto-organização. Pode separar a experiência flexível [nova] da ética pessoal estática [antiga]... Pode separar o trabalho fácil superficial [novo], da compreensão e do empenho [antigos]... Pode tornar o constante correr riscos um exercício de depressão... (SENNETT, 1999, p. 139).

Sennett (1999), enfatiza também que, além da ênfase do mercado global e o uso de novas tecnologias como as características distintas do capitalismo de nossa época, outra dimensão da mudança, pouco valorizada, refere-se as novas maneiras de organizar o tempo, sobretudo o tempo de trabalho.

Uma melhor compreensão sobre a dimensão tempo é descrita por Grisci (1999, p. 8), ao ressaltar que antigamente a vida parecia ser compreendida como uma flecha, uma linha simplificada que seguia numa única direção (ingresso/promoção/aposentadoria; início/meio/fim; passado/presente/futuro), denotando uma idéia de vida e trabalho sobrepostos. Assim sendo, pode-se pensar um ciclo de existência sobreposto ao ciclo dos tempos de trabalho. Além disso, tais modos de viver e de trabalhar davam-se sob a cadência de uma velocidade que até então não se fazia notar.

Entretanto, atualmente, tudo indica que a vida deve ser compreendida de modo *rizomático*, no sentido de que o rizoma “não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças, conectando um ponto qualquer com outro ponto qualquer”, tal como denota a idéia de Deleuze e Guattari *apud* Grisci (1999, p. 8), o que privilegia a noção de coexistências temporais, atravessadas por uma velocidade tido como *surpreendente*. Da idéia de linearidade/previsibilidade à idéia de rizoma/bifurcações, encontra-se um sujeito a indicar a perda do *fio da meada*, ilustrando uma trama complexa a denunciar a passagem de regimes temporais da estabilidade e das certezas, para regimes temporais das instabilidades e das incertezas.

De acordo com Sennett (1999), o sinal mais tangível dessa mudança talvez seja o lema “Não há longo prazo”. No trabalho, a carreira tradicional, que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições, está fenecendo; e também a utilização de um único

conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. Entretanto, as mudanças materiais englobadas no lema “não há longo prazo”, aplicadas ao mundo do trabalho, se tornaram disfuncionais também em relação ao caráter pessoal em especial em relação à vida familiar.

Sennett (1999), deixa claro que o lema “Não há longo prazo” interfere, significativamente, em valores como a questão do compromisso e lealdade, e explicita:

“Não há longo prazo” é um princípio que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo. A confiança pode, claro, ser uma questão puramente formal, como quando as pessoas concordam numa transação comercial ou dependem de que as outras observem as regras de um jogo. Mas em geral as experiências mais profundas de confiança são mais informais, como quando as pessoas aprendem em quem podem confiar ou com quem podem contar ao receberem uma tarefa difícil ou impossível. Esses laços sociais levam tempo para surgir, enraizando-se devagar nas fendas e brechas das instituições. (SENNETT, 1999, p. 24).

Uma análise das redes institucionais modernas, realizadas pelo sociólogo Mark Granovetter *apud* Sennett (1999, p. 25), ressalta que as mesmas se caracterizam pela “força de laços fracos”, com o que quer dizer, em parte, que as formas passageiras de associação são mais úteis às pessoas que as ligações de longo prazo, e em parte que fortes laços sociais como a lealdade deixaram de ser atraentes. Esses laços fracos se concretizam no trabalho de equipe, em que a equipe passa de tarefa em tarefa e muda de pessoal no caminho. Os laços fortes, em contraste, dependem da associação a longo prazo. E, mais pessoalmente, da disposição de estabelecer compromissos com o outro. O distanciamento e a cooperatividade superficial são uma blindagem melhor para lidar com as atuais realidades que o comportamento baseado em valores de lealdade e serviço, salienta Sennett (1999).

Também não há espaço para relações desinteressadas. Tudo deve ter uma finalidade. Afinal, precisamos de resultados rápidos. Se o velho sistema, que permeava as organizações

tradicionais, baseava-se no controle rígido e onipresente da supervisão, o novo baseia-se na pressão e no controle exercidos pelos pares. Cria-se, na prática, um teatro de aparências, onde habita o "homem irônico", um ser sem ligações, que não leva a sério nem a si nem aos outros.

Instala-se, então, o conflito e a dicotomia entre mundo privado e mundo do trabalho, pois, em lugar dos valores de camaleão da nova economia, a Instituição família e de certa forma, os vínculos sociais, deve enfatizar, ao contrário, a obrigação formal, a confiança, o compromisso mútuo e o senso de objetivo. Todas essas são virtudes de longo prazo. Nicolaci-da-Costa (2002), ressalta que: fragmentos, descontinuidade, caos, insegurança, perturbações da auto-organização, depressão, são algumas das características da experiência de vida contemporânea. Para esta autora todas essas características

... remetem à perda de referenciais outrora sólidos. Na ausência destes, o medo e a sensação de estarmos à deriva são inevitáveis. Cabe-nos, portanto, perguntar como estamos, consciente e inconscientemente, reagindo a isso (NICOLACI-DA-COSTA, 2002, p. 14).

Tais aspectos são relevantes para diversas áreas do conhecimento, já que pode vir a contribuir no sentido de conhecer modos de pensar, apreciar e agir dos sujeitos acerca de temas emergentes da contemporaneidade, ao tomar contextos referentes não apenas ao mundo do trabalho, mas também ao modo de se organizar e viver em sociedade, que passa por reestruturação e inovações tecnológicas, e sobre os quais repousar um olhar que se caracterize, ao mesmo tempo, crítico e criativo. Ainda mais que,

Para o indivíduo cujo trabalho é subitamente modificado; para uma dada profissão bruscamente atingida pela revolução tecnológica, que torna obsoleto o *savoir-faire* tradicional e ameaça a própria permanência da profissão; para as classes sociais ou para as regiões do mundo que não tomam parte na efervescência de concepção, produção ou apropriação lúdica das novas ferramentas digitais – para todos estes, a revolução técnica manifesta-se como um ‘outro’ ameaçador. A bem dizer, nenhum de nós deixa de se encontrar mais ou menos nesse estado de despossessão (GRISCI, 1999, p.5).

É preciso, pois, ter claro que, mais do que nunca, os sujeitos necessitam da relação face a face para aprenderem a lidar com a nova realidade das tecnologias, para amenizar o sentimento de isolamento, de não pertença, de despossessão, preservando o humano. Além do mais, é a dimensão do tempo do novo capitalismo, e não a transmissão de dados *high-tech*, os mercados de ação globais ou o livre comércio, que mais diretamente afeta a vida emocional das pessoas fora do local de trabalho, enfatiza Sennett (1999). Disso resulta que transposto para a área social e familiar, “Não há longo prazo” significa mudar, não se comprometer e não se sacrificar. Assim sendo, o autor propõe algumas reflexões importantes, tais como:

Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego. Pode-se dizer que o capitalismo de curto prazo corrói o caráter, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável. (SENNETT, 1999, p. 27).

Questionamentos como os explicitados acima, evidencia que, hoje, flexibilidade relaciona-se a um estado permanente de mudança. Ser flexível, portanto, é ser capaz de romper e construir relações com rapidez e facilidade. Sennett (1999), enfatiza que o argumento é límpido e contundente: as exigências de polivalência e flexibilidade, a duração cada vez menor e o vínculo cada vez mais tênue das relações de trabalho enfraquecem valores como o compromisso, a confiança e a lealdade, todos fundamentais para a consolidação do caráter. O desenvolvimento do caráter — e também da identidade — depende dos relacionamentos e das ligações que estabelecemos com outras pessoas e com as instituições; depende, em suma, das ligações que cultivamos com o mundo. O mesmo vale para a identidade. A identidade é um processo de construção de algo duradouro, único e distintivo, o desenvolvimento de uma narrativa coerente de vida, a criação de uma voz própria.

3.3 ALTERIDADE

Até aqui, observou-se que trabalho, cultura, identidade vão se entrelaçando de tal modo na constituição do ser humano que é impossível discorrer sobre a historicidade e o fazer do homem sem trilhar pelos significados que tais aspectos engendram. Entretanto, nada disso teria sentido se não houvesse a presença de outro ser humano, como que para garantir a própria existência.

Assim, conceber o sujeito como produto e produtor social implica, necessariamente, ter como preocupação básica o estudo das relações que ele estabelece com o outro - entendidas como constitutivas do eu - e os sentidos que o outro assume nas diversas culturas.

Apesar da sua relevância, este é um tema relativamente ausente nos trabalhos mais importantes na área de estudos organizacionais, afirmam Motta e Netto (1994) e fazem, então, uma retrospectiva deste conceito e uma análise da importância da alteridade para as organizações contemporâneas. Iniciam por pontuar que nos textos psicanalíticos de Freud, que trataram das questões ligadas a grupos, instituições e cultura a noção da alteridade é o centro das questões que dizem respeito às Ciências Sociais, porém, o termo não é utilizado.

A noção de alteridade em Psicanálise se refere às modalidades específicas de que se revestem os contatos com outros seres. Tais modalidades implicam que se aceite vê-los em suas singularidades, o que significa a não-aceitação dos outros seres enquanto instrumentos para a nossa satisfação. Da mesma forma, “a alteridade se refere também aos contatos que os outros seres estabelecem conosco, contatos nos quais aparecemos para eles em nossa singularidade” afirmam Motta e Netto (1994, p.21). Dessa forma, ressaltam os autores, tomar a alteridade como centro implica em abandonar as categorizações que agrupam os indivíduos diferentes,

encobrendo essas diferenças e, assim, uma sociologia baseada na alteridade terá que dar conta da infinita complexidade de comportamentos que ocorrem entre seres que, sendo iguais em sua humanidade serão necessariamente diversos.

Numa outra perspectiva, Motta e Netto (1994), ressaltam que a questão da alteridade também esteve presente na história do pensamento filosófico. Entretanto, somente no século XX começa a ocupar lugar importante no pensamento do Ocidente, principalmente no final do século, quando a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas e o pensamento de Michel Foucault fazem da alteridade o centro da dinâmica social. Porém, salientam que anterior a estes dois autores, outros filósofos já trabalhavam com a questão da alteridade, e citam em especial Martin Buber que, pelo seu relevante trabalho, parece ter construído uma ponte entre o Ocidente e o Oriente. Sua filosofia sublinhou a questão da unidade dos contrários e, portanto, ela se coloca como filosofia do diálogo e da relação. Neste aspecto, a existência real do eu depende de sua relação com o outro e a verdade somente pode ser encontrada em verdades múltiplas, isso implica dizer que as contradições ou as oposições trazem consigo, a plenitude (MOTTA; NETTO, 1994).

Em Buber, continuam os autores mencionados à cima, há uma antropologia das relações inter-humanas – e nela a relação é o essencial. Aqui o aspecto filosófico compreende o “entre” como uma categoria primordial e é a palavra que dá conta do ser do homem, ou seja, é através da palavra que o ser se realiza enquanto tal. Mais uma vez fica registrado o papel fundamental da linguagem na constituição do homem, deixando evidente que o diálogo é o fundamento ontológico do inter-humano. Dessa forma, a relação é o fato primitivo e a reciprocidade, a ação que permite a totalização. Entretanto, o eu pode assumir várias atitudes ante uma relação, sendo que duas delas chamam a atenção em Buber *apud* Motta e Netto (1994), as

denominadas atitudes “eu e você” que diz respeito ao encontro dos parceiros na reciprocidade, possibilitando a confirmação mútua do eu e do tu enquanto seres humanos e a atitude “eu e isto” que é a utilização, a objetivação, podendo só se exprimir como submissão e, portanto, como dominação. A diferenciação entre os dois tipos de “eus” é que o da primeira relação “eu e você” objetiva a existência e, por isso, não é utilitária, já no segundo caso – “eu e isto” – a palavra tem por objetivo conhecer, impor, ordenar, estruturar e transformar. Cabe a cada um a possibilidade de escolher tanto o universo da primeira como o da segunda, porém é relevante pontuar que essas atitudes precisam ser conversíveis e reconversíveis, de acordo com a decisão humana e segundo a relação entre o “eu” e o mundo.

Ainda para Motta e Netto (1994), esta concepção está de acordo com o que também Merleau-Ponty colocou, ao considerar a consciência como uma rede de intenções significáveis, pois para este filósofo, o sujeito é a abertura ao outro. O “você” abre a possibilidade do encontro e o “eu” decide encontrá-lo. Assim, nos termos colocado por Buber, eu me torno “eu” na relação com o “você”. É Buber quem diz: *“se o homem não pode viver sem o ‘isto’, não podemos esquecer que aquele que vive somente em relação ao ‘isto’ não é homem”* apud Motta e Netto (1994, p. 22). Essas considerações permitem a descrição da comunidade como alguma coisa que depende dos membros, enquanto unidos entre si por relações vivas e mútuas que podem nascer apenas quando existe sentimento.

Outra autora a enfatizar a importância do “outro” e, portanto, da alteridade é Arendt (2004), quando deixa claro que *A vita activa*, ou seja, a vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente. As coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, assim,

nenhuma vida humana é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos. A alteridade, portanto, também é uma das questões centrais em Hannah Arendt e primordial na compreensão dos sentidos do trabalho para os indivíduos, já que a pluralidade humana se reveste de um duplo aspecto, o da igualdade e o da diferença, ou seja, da concepção de que o ser humano é, ao mesmo tempo, genérico e singular. Genérico por pertencer à espécie humana e singular por sua manifestação concreta no mundo, afirma Chanlat (1993). Dessa forma

(...) se o homem abstrato existe enquanto representação e categoria intelectual, em troca ele aparece sempre na realidade quotidiana sob uma forma concreta particular, numa situação de fato. Toda pessoa tem assim ao mesmo tempo o genérico e o específico. Os fenômenos que se estudam refletem sem sombra de dúvida estas duas ordens da realidade (CHANLAT, 1993, p. 28)

Disso decorre que, é no cotidiano que o homem coloca em funcionamento todos os sentidos, capacidades (intelectuais e manuais), paixões, ideais e ideologias como ser particular e genérico. Neste sentido, a condição da pluralidade ou do humano genérico, pode levar o indivíduo a optar por sair de sua particularidade, da cotidianidade e tornar-se um agente no mundo. Daí a ênfase que Arendt (2004) faz sobre o papel relevante da ação e do discurso como meios de participação, expressão e manifestação dos seres humanos uns aos outros.

Assim, toda vez que o indivíduo se assume como um dos responsáveis pelos destinos do mundo, ele está partindo para o humano genérico. É nesta categoria que, ao invés de se identificar preponderantemente consigo mesmo, com seu particular, ou com o seu modo individual na vida cotidiana, o indivíduo vai identificar-se com o “outro”, enquanto espécie humana, enquanto mundo. Nesse momento, presume-se que esse sujeito possa tornar-se um agente no mundo, diferente de ser um reproduzidor desse mundo. É também no humano genérico que o indivíduo tem a possibilidade de se identificar e se reconhecer enquanto ser

que participa ou não do progresso da humanidade, podendo, todavia, ocorrer a conscientização de que o indivíduo não deve, simplesmente, ser um elemento que se move devido a uma engrenagem, mas sim, que ele pertence a própria engrenagem, que faz o mundo se mover. Essa efetivação do indivíduo enquanto sujeito político só é possível por meio da ação e do discurso, pois “é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano” salienta Arendt (2004, p.189).

Neste ponto é importante considerar que também em Habermas em sua teoria da ação comunicativa, pode-se chegar à questão da alteridade, afirmam Motta e Netto (1994) e aqui a discussão está fundamentada na diferenciação entre “sistema” e “mundo de vida”, neste aspecto a ação comunicativa, destaca dois processos de aprendizagem e formas de racionalidade histórica, o tecnológico-científico-estratégico, associado ao mundo do sistema, e o comunicativo-político-ético, associado ao mundo vivido. O primeiro constitui o mundo da regra, domínio do Direito, da Administração e da Economia, enquanto o segundo é o local no qual a reciprocidade se realiza ao nível do indivíduo, dos grupos, das coletividades, das sociedades e da cultura. No entanto, “sistema” e “mundo de vida” mantêm relações entre si, e essas relações, atualmente, são ameaçadoras para a humanidade na medida que há uma “colonização do mundo de vida” pelo “sistema” afirmam os autores Motta e Netto (1994, p.22). Portanto, é preciso que relações sociais igualitárias, livres e responsáveis comecem a obrigar o sistema a retornar a seu lugar e papel na dialética das sociedades.

Neste sentido, o argumento é a favor de uma melhoria sistemática do mundo vivido por meio de uma concepção expandida de racionalidade que foca na criação e recriação de padrões de significado. E por mundo vivido, lembrando novamente, entende-se, de acordo com Aguiar (2000), o mundo onde as relações sociais espontâneas existem, onde não há questionamento

das certezas dadas “a priori” e que estas certezas não fazem parte de um processo de reflexão individual e onde os vínculos existentes nunca foram postos em dúvida. As relações se dão com base na confiança e no diálogo. A racionalidade comunicativa é, portanto, um procedimento argumentativo pelo qual dois ou mais sujeitos se põem de acordo sobre questões relacionadas com a justiça, a verdade e a veracidade. Todas as verdades anteriormente consideradas válidas podem ser questionadas. A ação comunicativa é, portanto, aspecto importante da interação social na sociedade, em instituições sociais e na vida diária.

Pode-se afirmar, então, que é no espaço da intersubjetividade que são construídos os sentidos. É, portanto, no espaço intersubjetivo que se negocia a objetividade. Essa negociação é realizada permanentemente na ação comunicativa. Assim, ação simbólica, intersubjetividade, objetividade e identidade são elementos essenciais na compreensão do processo de construção do eu e da realidade social. E é desse jogo que emergem as representações sociais produzindo um sistema de conhecimento coletivo, capaz tanto de conferir uma identidade social a um grupo dado, como de produzir formas de enfrentamento do cotidiano e de relacionamento com os objetos.

Alteridade, portanto, corresponde a capacidade de conviver com o diferente, de se proporcionar um olhar interior a partir das diferenças. Significa que eu reconheço “o outro” também como sujeito de iguais direitos, É exatamente essa constatação das diferenças que gera a alteridade. Para Umberto Eco:

A dimensão ética começa quando entra em cena o outro. Toda lei, moral ou jurídica, regula relações interpessoais, inclusive com o Outro que a impõe. Também o senhor atribui ao leigo virtuoso a convicção de que o outro está em nós. Não se trata, porém, de uma vaga propensão sentimental, mas de uma condição “fundadora”. Assim como ensinam as mais laicas entre as

ciências, é o outro, é o seu olhar, que nos define e nos forma. Nós (assim como não conseguimos viver sem comer ou sem dormir) não conseguimos compreender quem somos sem o olhar e a resposta do outro (ECO, 1997, p. 95).

Do exposto acima, pode-se afirmar que a alteridade é condição *sine qua non* da existência humana, portanto, o tema carece de maiores reflexões e estudos voltados para a área do trabalho, visto que as relações sociais que permeiam as organizações perpassam, necessariamente, pelo Outro. Principalmente no contexto atual, em que o discurso organizacional prima pela ajuda mútua, cooperação, coordenação e participação efetiva dos indivíduos e grupos inseridos nas organizações contemporâneas, atribuindo, também neste aspecto, sentidos e significados ao trabalho.

Dessa forma, lembra Arendt (2004), a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas conseqüências imediatas. Juntos, iniciam novo processo, que mais tarde emerge como a história singular da vida de todos aqueles com quem ele entra em contato.

No próximo tópico a discussão centrar-se-á sobre a questão ideológica e os discursos subjacentes aos sentidos do trabalho para os indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas.

4 IDEOLOGIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Neste tópico considerar-se-á um aspecto primordial na construção dos sentidos do trabalho para os indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas, trata-se, pois, da dimensão da Ideologia e suas implicações no mundo do trabalho. Buscará identificar quais as Ideologias que permeiam os discursos organizacionais em relação aos sentidos do trabalho.

4.1 IDEOLOGIA: CONCEITOS E ABORDAGENS

O conceito de ideologia é bastante difundido nas ciências sociais, porém, trata-se de um dos conceitos mais complexo, cheio de significados e contradições, de equívocos e mal-entendidos, que é difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto, alerta Löwy (1989). Portanto, inicialmente é importante ressaltar que são inúmeras as conceituações, e mesmo as teorias, de ideologia.

Isso pode ser verificado em Eagleton (1997, p. 15), que dá uma demonstração de quanto são diversos os significados do termo ideologia. Para começar a responder à pergunta "o que é ideologia", o autor enumera pelo menos dezesseis sentidos, compatíveis ou incompatíveis entre si, pejorativos ou não, de cunho epistemológico ou político. Eis alguns deles: processo de produção de significados na vida social; corpo de idéias de determinado grupo ou classe social; idéias (falsas ou não) que ajudam a legitimar o poder político da classe dominante; comunicação sistematicamente distorcida; formas de pensamento motivadas por interesses sociais; ilusão socialmente necessária; conjuntura de discurso e de poder; conjunto de crenças orientadas para a ação; veículo pelo qual os atores entendem o seu mundo; processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural; meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social.

Então, como ponto de partida, é mister considerar a evolução histórica desse conceito que é tão escorregadio nas ciências sociais e, como lembra Löwy (1989), o conceito de ideologia não vem de Marx, este simplesmente o retomou. De acordo com Boudon e Bouricaud (1993), no Dicionário Crítico de Sociologia, o vocábulo ideologia foi criado por Destutt de Tracy, um filósofo francês, no fim do século XVIII, para designar a ciência dos fenômenos mentais cuja criação lhe parecia impor-se como corolário da filosofia materialista. Em Löwy (1989), fica evidente que, o livro chamado *Eléments d'Idéologie*, publicado em 1801, de Destutt de Tracy, considera ideologia como um subcapítulo da zoologia, pois refere-se ao estudo científico das idéias e as idéias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, em outras palavras, aborda em profundidade o estudo do relacionamento dos organismos vivos com o meio ambiente, portanto, trata da questão dos sentidos, da percepção sensorial, através da qual se chegaria às idéias.

A transformação do sentido de ideologia para uma visão mais próxima da que se tem hoje, ocorreu em 1812, quando Destutt de Tracy e seu grupo entraram em conflito com Napoleão que, em um discurso em que atacava este grupo de filósofos, chamou-os de ideólogos, porém, para Napoleão, essa palavra já tem sentido diferente, visto que ideólogos são metafísicos, que fazem abstração da realidade, que vivem em um mundo especulativo, esclarece Löwy (1989) e acrescenta:

Deste modo, paradoxalmente, Destutt e seus amigos, que queriam fazer uma análise científica materialista das ideologias, foram chamados de ideólogos por Napoleão, no sentido de especuladores metafísicos, e, como Napoleão tinha mais peso, digamos, ideológico, que eles, foi a sua maneira de utilizar o termo que teve sucesso na época e que entrou para o linguajar corrente (LÖWY, 1989, p. 12).

Entretanto, Guareschi (1996), deixa claro que, apesar do termo ter aparecido há pouco mais de um século, sua realidade já estava presente desde que começou a pensar a vida social, com

diferentes nomes, mas querendo designar a mesma realidade. Assim, por exemplo, a ideologia já era discutida nas culturas grega e romana. Mas foi, sobretudo, a partir do século 15 e 16, que estudos mais pertinentes começaram a ser feitos sobre o assunto, apesar de ainda não empregarem o nome, afirma o autor citado acima. Dessa forma, Guareschi (1996), considera que Machiavelli, ao discutir as práticas dos príncipes, principalmente o uso da força e da fraude, para conseguir o poder, estava referindo-se a estratégias que não se diferenciam das utilizadas hoje pelos poderes dominantes para se legitimar. E esclarece, também, que foi Bacon quem desenvolveu um estudo extremamente próximo ao que hoje se costuma fazer a respeito da ideologia, através de sua teoria sobre as quatro classes de ídolos que dificulta chegar mais próximos da verdade, tais ídolos são os da caverna: que trata das idiossincrasias, do caráter; da tribo: superstições, paixões; da praça: as interações humanas, principalmente através da linguagem; e os ídolos do teatro: a transmissão das tradições e doutrinas dogmáticas e autoritárias, através do teatro, que seriam, hoje, os meios de comunicação social.

Em uma sociedade imaterial sustentada numa comunicação verbal e simbólica como a que vivemos atualmente, os enfoques teóricos de ideologia se diversificaram dando diferentes significados e funções ao termo, sem falar das fortes conotações políticas e valorativas que o conceito carrega em si, pontua Guareschi (1996). Neste sentido, as distinções ajudam a estabelecer qual o sentido dado ao termo quando alguém o emprega, possibilitando uma comunicação honesta e correta. Assim, segundo Guareschi (2000), ao abordar este tema é necessário saber do que se está falando. No caso específico desta pesquisa, ideologia está relacionada a uma dimensão negativa e como uma prática.

De acordo com Guareschi (2000), dois eixos ajudam a distinguir as várias diferenças nas conceituações existentes de ideologia. O primeiro, pontua o autor, é o eixo positivo versus

negativo. Para muitos teóricos, ideologia é algo positivo, isto é, algo tomado como sendo um conjunto de idéias, ideais, valores. Já ideologia tomada no sentido negativo, implica que o que é entendido sob esse conceito é algo que distorce a realidade, algo que é ilusório, mistificador que obscurece a realidade, expressando o interesse das classes dominantes e as relações de dominação.

Um segundo eixo é o que toma a ideologia como uma dimensão material/concreta, presentes nas instituições que são frutos de tensões nas relações entre os homens, algo concreto, corporificado, de um lado; e ideologia como prática, isto é, modo de agir para se produzir ou manter determinadas relações sociais, reprodução e transformação das experiências vitais na construção de subjetividades, de outro lado. Assim, ideologia como “as idéias da classe dominante”, seria uma concepção que vê ideologia como concretizada em algo, isto é, nas idéias, afirma Guareschi (1996). Entretanto, se tomar ideologia como uma prática terá que verificar se o uso que se faz dessa forma simbólica serve para criar ou reproduzir relações de dominação. Somente em caso afirmativo seria uma prática ideológica.

A ideologia enquanto prática passa a dominar todos os nossos atos. Quando se convence da verdade dessas idéias, passa-se a agir inconscientemente guiados por elas, ou seja, o corpo de idéias constituído atravessa o pensamento sem que os indivíduos se dêem conta e passam a desejar o que o outro determina, ressalta Guareschi (1996).

Dessa forma, quando uma ideologia funciona de fato, ela se distribui por toda a sociedade, de forma a fazer com que cada indivíduo, em cada ato, reproduza aquelas idéias. O triunfo de uma ideologia acontece quando todo um grupo social está definitivamente convencido de sua verdade. Se todos estão convencidos, ninguém questiona, e a sociedade pode manter-se

sempre da mesma maneira. De certo modo, o sucesso da ideologia está relacionado com o processo da alienação.

Para Chauí (2001), a ideologia é um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômico. Dessa forma, à medida que, numa formação social, uma forma determinada da divisão social se estabiliza, se fixa e se repete, cada indivíduo passa a ter uma atividade determinada e exclusiva, que lhe é atribuída pelo conjunto das relações sociais, pelo estágio das forças produtivas e pela forma da propriedade.

Cada um, em decorrência da rigidez e da repetição de seu lugar e de sua atividade, tende a considerá-los naturais. A naturalização surge, então, sob a forma de idéias que afirmam que as coisas são como são porque é natural que assim sejam. As relações sociais passam, portanto, a ser vistas como naturais, existentes em si e por si, e não como resultados da ação humana. A naturalização é a maneira pela qual as idéias produzem alienação social, isto é, a sociedade surge como uma força natural estranha e poderosa, que faz com que tudo seja necessariamente como é. Senhores por natureza, escravos por natureza, cidadãos por natureza, proprietários por natureza, assalariados por natureza.

A divisão social do trabalho, iniciada na família, prossegue na sociedade e, à medida que esta se torna mais complexa, leva a uma divisão em dois tipos fundamentais de trabalho: o trabalho material de produção de coisas e o trabalho intelectual de produção de idéias, salienta Chauí (2000).

Os que produzem idéias separam-se dos que produzem coisas, formando um grupo à parte. Pouco a pouco, à medida que vão ficando cada vez mais distantes e separados dos trabalhadores materiais, os que pensam começam a acreditar que a consciência e o

pensamento estão, em si e por si mesmos, separados das coisas materiais, existindo em si e por si mesmos. Passam a acreditar na independência entre a consciência e o mundo material, entre o pensamento e as coisas produzidas socialmente. Conferem autonomia à consciência e às idéias e, finalmente, julgam que as idéias não só explicam a realidade, mas produzem o real. Surge a ideologia como crença na autonomia das idéias e na capacidade de as idéias criarem a realidade.

Como o grupo pensante domina a consciência social, tem o poder de transmitir as idéias dominantes para toda a sociedade, através da religião, das artes, da escola, da ciência, da filosofia, dos costumes, das leis e do direito, moldando a consciência de todas as classes sociais e uniformizando o pensamento de todas as classes.

A ideologia ressalta, Chauí (2000), torna-se propriamente ideologia quando não aparece sob a forma do mito, da religião e da teologia. Com efeito, nestes, a explicação sobre a origem dos seres humanos, da sociedade e do poder político encontra a causa fora e antes dos próprios humanos e de sua ação, localizando a causa originária nas divindades. A ideologia propriamente dita surge quando, no lugar das divindades, encontramos as idéias: o Homem, a Pátria, a Família, a Escola, o Progresso, a Ciência, o Estado, o Bem, o Justo, etc.

Com isso, pode-se dizer que a ideologia é um fenômeno moderno, pontua Chauí (2000), substituindo o papel que, antes dela, tinham os mitos e as teologias. Com a ideologia, a explicação sobre a origem dos homens, da sociedade e da política encontra-se nas ações humanas, entendidas como manifestação da consciência ou das idéias. Para Guareschi (1996), portanto, o estudo da ideologia se torna o próprio estudo de sua prática: há uma “re-flexão” automática, pontua o autor, pois

quando se estuda ideologia estudamos-nos a nós próprios ao estudarmos a ela. Pois de um lado a ideologia é o próprio estudo de nossa consciência, isto é, de quem somos, por que somos o que somos, por que pensamos o que pensamos; doutro lado, é o exame de nossa prática, como nos constituímos, como mudamos (ou não mudamos), e por que mudamos (GUARESCHI, 1996, p. 86).

Pode-se perceber, a partir do exposto, a amplitude e complexidade que o tema ideologia proporciona, porém, como ressalta Thompson (1995), o conceito é útil e importante no vocábulo intelectual da análise social e política, no que se refere à compreensão dos aspectos sócio-cultural como em outras dimensões da vida humana, de modo particular aqui ao se tratar dos significados do trabalho na vida do homem.

4.2 DIMENSÕES E MODO DE SE TRATAR A IDEOLOGIA

De acordo com Guareschi (1996), nos últimos anos, os estudos sobre ideologia passaram a deixar de lado a preocupação com a verdade ou falsidade ou a preocupação com a constituição específica de uma instituição que seja ideológica, para assumir a dimensão de uma prática, de um modo de operação, de uma estratégia de ação. Essa nova concepção de ideologia impõe a necessidade de ater-se nas maneiras como as formas simbólicas são usadas e transformadas em contextos sociais específicos. É uma concepção que obriga a examinar as maneiras como as relações sociais são criadas e sustentadas por formas simbólicas que circulam na vida social, aprisionando as pessoas e orientando-as para certas direções. Thompson define esse enfoque da seguinte maneira:

Estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 1995, p. 76).

E a questão de se dizer se essas relações estabelecem ou sustentam relações de dominação só pode ser respondida quando se examina a interação entre sentido e poder em circunstâncias particulares. Algumas implicações derivadas dessa concepção seriam, de acordo com Thompson (1995), as seguintes:

a) Ideologia assume uma concepção crítica. A crítica contrapõe-se aqui à concepção neutra. E concepção neutra é a que caracteriza fenômenos como ideológicos, sem explicar que esses fenômenos sejam necessariamente enganadores, ilusórios ou ligados a interesses de algum grupo particular. Ideologia seria um aspecto da vida social, entre outros. Já a concepção crítica possui um sentido negativo, ou até certo ponto, pejorativo. Implica que o fenômeno caracterizado como ideológico é enganador, ilusório ou parcial.

b) A noção de sentido. O sentido neste aspecto é o sentido das formas simbólicas, que são o amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por pessoas e reconhecidos por elas como contendo um significado.

c) O conceito de dominação. É importante distinguir aqui dois conceitos: o conceito de poder e o conceito de dominação. Poder é definido como sendo uma capacidade de produzir algo, capacidade essa específica de cada prática. Já a dominação é uma relação, e se dá quando determinada pessoa expropria poder de outro, ou quando relações estabelecidas de poder são sistematicamente assimétricas.

Assim, sob a perspectiva da crítica ideológica, quatro temas são recorrentes nos estudos sobre ideologia e organizações. O primeiro refere-se a naturalização da ordem social, ou o modo como um mundo construído socialmente/historicamente seria tratado como necessário,

natural, racional e evidente. Na naturalização, uma formação social é abstraída do conflito histórico da qual se origina e é tratada como uma entidade concreta, relativamente fixa. Dessa forma, a reificação, em lugar dos processos da vida, transforma-se em realidade. Para Guattari *apud* Lazzarotto (1995, p. 67), a existência de uma ordem em nossa sociedade produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes, fabricando a relação do sujeito com o mundo e consigo mesmo, nos modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, etc. Aceitamos tudo porque partimos do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que comprometa a própria idéia de vida social organizada.

Outro aspecto de interesse da crítica ideológica, e que tem merecido crescente destaque na literatura, é a universalização de interesses administrativos e a supressão de interesses conflitantes. Interesses particulares são universalizados e tratados como se fossem interesses de todos. Os indivíduos são absorvidos por uma sociedade única de caráter unidimensional, com diz Marcuse (1982). E complementa ao esclarecer que, a sociedade industrial contemporânea organizou-se de tal modo que se tornou totalitária não através de uma coordenação política terrorista, mas através de uma coordenação técnico-econômica não terrorista que opera pela dominação das necessidades, um sistema específico de produção e distribuição. Não se trata, todavia, de uma sociedade totalitária por manter controle sobre a população de forma ostensiva, tal como com um exercito vigiando as ruas, mas sim através de um controle sutil, que envolve interesses econômicos,

Todas essas considerações são relevantes para se compreendera as dimensões que a ideologia contém quando se pretende analisá-la, sob um aspecto mais crítico. Assim, procura-se fazer aqui, um resgate que, porventura, venha a contribuir para a compreensão do objeto em foco,

qual seja, os sentidos do trabalho para os indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas.

No presente estudo, dois conceitos oferecem importantes recursos de análise: o conceito de ideologia como "representação da relação imaginária com a realidade", perpassado pelos de aparelhos ideológicos de Estado (AIEs) de Althusser, e o conceito de hegemonia de Gramsci. Althusser (2001), fala de ideologia em dois sentidos: distingue uma *teoria da ideologia em geral* (imane a qualquer sociedade humana independentemente das desvirtualizações causadas por interesses particularistas, cuja função é assegurar a coesão da sociedade, mediante o conjunto das idéias, conceitos, valores e visões de mundo partilhadas) de uma *teoria das ideologias específicas* (na qual a primeira função é "sobredeterminada" pela segunda: a de assegurar a dominação de uma classe). O aspecto sociológico e político da ideologia estaria, assim, vinculado ao seu papel fundamental na constituição das identidades e dos "sujeitos". Assim, os elementos constitutivos da ideologia em geral estariam sujeitos a ser retrabalhados conforme os interesses ideológicos das diferentes classes sociais (através dos Aparelhos Ideológicos de Estado, inseridos nas diversas instâncias da vida cotidiana nos mundos público e privado - Igreja, Trabalho, Família, etc.), enfatiza Althusser (2001).

Os elementos da ideologia em geral seriam, por assim dizer, a matéria-prima das ideologias particulares. Numa perspectiva althusseriana, porém, não seriam isolados no tempo. O próprio terreno da ideologia em geral seria uma espécie de depósito sedimentar, resultante de outras fases históricas, outras lutas de classe, outras lutas hegemônicas, constituindo a fonte para a compreensão das lutas de classe do momento histórico focalizado, esclarece Xavier (2002). Em outras palavras, Motta (1992), sintetiza esta questão afirmando que a ideologia não nasce nos aparelhos ideológicos, mas nas relações entre as classes. Assim, com o intuito de clarear o

problema da ideologia, faz-se necessário considerar que por trás dela está o conflito de classes, o regime político, a tradição nacional e a herança de uma cultura. O que equivale dizer que para entender a ideologia é preciso fazê-la historicamente a partir de seu núcleo, que é a divisão social do trabalho.

Assim como Althusser, Gramsci (1981) rejeitou explicitamente uma noção negativa de ideologia (dominação, alienação). Propõe uma distinção entre *ideologias arbitrarias* (espontâneas) e *ideologias orgânicas* (ideologias de classe), elegendo essas últimas como seu objeto de estudo. Na sua noção de ideologia, os sujeitos aparecem de forma mais autônoma ou, sendo propositalmente redundante, são efetivamente "sujeitos". De modo geral, a ideologia é, para ele, "uma concepção do mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva" (GRAMSCI, 1981, p. 328).

De acordo com Xavier (2002), Gramsci vai além de Althusser. Para ele, ao contrário desse último, não pode haver distinção absoluta entre intelectuais e não intelectuais, uma vez que o senso comum também desenvolve suas teorias. Se por um lado os filósofos profissionais desenvolvem a capacidade de pensamento abstrato, todos os seres humanos teriam uma prática filosófica que interpreta o mundo, ainda que freqüentemente de forma não sistemática e não crítica. Para Gramsci (1981), a ideologia está socialmente generalizada, pois os homens não podem agir sem regras de conduta, sem orientações; ela é o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam. Mas ela é mais que um sistema de idéias, ela também está relacionada com a capacidade de inspirar atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação, evidenciando seu *caráter performativo*.

Pode-se dizer que é aqui que entra a prática hegemônica: uma ideologia hegemônica, dominante, pode propiciar uma visão de mundo supostamente mais coerente e sistemática, que não só influencia a massa da população, mas também serve como princípio de organização das instituições sociais. É, portanto, *na* ideologia e *por meio da* ideologia que uma classe pode exercer sua hegemonia sobre outras, isto é, pode assegurar a *adesão* e o *consentimento* das grandes massas. A ideologia organiza a ação pelo modo segundo o qual se materializa nas relações, instituições e práticas sociais e informa todas as atividades individuais e coletivas (GRAMSCI, 1981). O autor chama a atenção, portanto, para as práticas por meio das quais os sujeitos (grupos sociais organizados) buscam adeptos para conseguir a hegemonia em torno de suas interpretações sobre o mundo e sobre a organização social, inserindo-as nas práticas e rituais do mundo vivido. Pode-se dizer que ao longo desse processo de articulações em busca da hegemonia, de tentativas de dar uma coerência específica ao real, determinados elementos podem passar e outros se fixar, superando os já existentes ou mesclando-se a eles. Nesse contexto, os meios de comunicação de massa assumem importância especial na ativação, mudança ou consolidação de valores, idéias, projetos, etc. no espaço público, afirma Xavier (2002).

É importante ressaltar que tanto Gramsci quanto Althusser, referem-se à dinâmica da sociedade civil, tratando basicamente do campo político no seu espaço de maior visibilidade: o da esfera pública, arena da luta pela hegemonia, afirma Xavier (2002). E acrescenta que, certamente é verdade, como apontou Althusser (2001), que a maioria das instituições sociais e mecanismos de poder perpassam tanto a esfera pública e política quanto o mundo vivido e privado – Família e papéis sexuais, Escola e papéis sociais, Igreja e valores morais, Trabalho e seu papel social e econômico na vida dos indivíduos.

Motta (1992), também pontua que, a influência da análise marxista sobre a maior parte dos estudos que se referem à ideologia, parte da percepção da estrutura social enquanto totalidade. Essa totalidade se apresenta em três esferas, pontua o autor: a da produção e distribuição, a jurídica – onde se dão a articulação e a ação política – e aquela propriamente ideológica. Assim, a interrelação das três esferas impede que sejam percebidas de maneira autônomas ou não dotadas de significados.

Ainda de acordo com Motta (1992), pode-se admitir que a base real sobre a qual se constrói o jurídico e o político é a esfera econômica ou da produção e distribuição. Daí o nome de superestrutura e, a esta, correspondem determinadas formas de consciência social, ou seja, a ideologia. Em última instância, alerta o autor acima, são os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, a partir de uma dada base material. Mas em toda ideologia os homens e suas relações surgem alterados, não sendo assim suficiente, partir do que os homens pensam para explicá-los, deve-se, pois, partir de sua atividade real para explicar seu pensamento. Aqui, encontra-se o cerne do processo de formação da consciência, já que esta vincula-se à divisão social do trabalho, na concepção de Marx e Engels citado em Motta (1992).

Assim, discorrer sobre o papel da ideologia nas atividades produtivas é algo complexo e abrangente devido às suas múltiplas facetas, aplicações e atribuições nas relações sociais. Entretanto, como pontua Xavier (2002), qualquer desses conceitos aqui tratados, sozinho seria insuficiente para abordar o campo da interação social e do cotidiano. Portanto, os discursos sobre os sentidos do trabalho para os indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas, requerem que sejam analisados e colocados em pauta toda e qualquer ideologia que permeiam e sustentam as relações sociais e organizacionais.

5 ANALISANDO OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO

Neste tópico realizar-se-á uma síntese dos significados atribuídos ao trabalho. Visando facilitar a compreensão do processo, os itens serão divididos em diferentes períodos históricos e serão analisadas as alterações significativas em termos de concepção de sociedade, indivíduo e trabalho e as ideologias subjacentes aos meios de produção que determinaram cada época no que tange a atividade produtiva do homem.

Cabe frisar mais uma vez que, o trabalho é uma das condições determinante da vida humana, pois, como afirma Andery *et al* (2003), na base das relações entre os homens, influenciando e condicionando a existência, está o trabalho como uma atividade intencional que envolve formas de organização, objetivando a produção dos bens necessários à sobrevivência. Essa organização implica uma dada maneira de dividir o trabalho necessário à sociedade e é determinada pelo nível técnico e pelos meios existentes para o trabalho, ao mesmo tempo em que os condiciona. Assim, a forma de organizar o trabalho determina, também, a relação entre os homens, inclusive quanto à propriedade dos instrumentos e materiais utilizados e à apropriação do produto do trabalho. Portanto, os sentidos atribuídos ao trabalho ao longo da evolução humana, estão intrinsecamente relacionados ao processo social e, conseqüentemente, as relações de trabalho, que compõem a base econômica de uma dada sociedade, pois é essa base econômica que, impulsiona, por vezes determina, as formas políticas, jurídicas e o conjunto das idéias que existem em cada sociedade.

5.1 O TRABALHO NA SOCIEDADE PRIMITIVA

De modo geral, salientam Barbosa e Mangabeira (1991), em toda sociedade que se apresenta na História, a produção, a distribuição dos produtos, e, com ela a articulação dos homens em

classes ou grupos sociais, se orienta pelo que se produz e pela forma como se produz, assim como pelo modo de permuta do que foi produzido. É o trabalho e o seu modo de produção, portanto, exercendo o papel de orientar e atribuir sentidos às relações sócio-econômicas entre os homens. E esse é um fato que decorre desde há milênios atrás, ou seja, desde o surgimento do homem na terra até sua forma evolutiva atual, o *Homo Sapiens*.

Assim, de acordo com Barbosa e Mangabeira (1991), a compreensão última dos processos históricos deve ser buscada na forma pela qual os homens produzem os meios materiais. E uma forma didática de compreender todo o processo de produção humana é iniciando pelos modos de produção das sociedades primitivas.

Quando se estuda a História da vida humana, verifica-se que, o homem, durante muito tempo, viveu como animal predatório. Assim, caçar, pescar, colher os frutos silvestres para se alimentar foram, durante longos anos do processo de evolução, as únicas formas de que dispunha para assegurar meios necessários de subsistência. Assim, para Barbosa e Mangabeira (1991), ao se estudar algumas sociedades primitivas que surgiram a milhares de anos, pode-se perceber que, em geral, a divisão do trabalho era feita por sexo e idade, pois, nas comunidades onde a caça e a coleta de frutos e raízes eram as principais atividades econômicas, a tarefa da coleta pertencia às mulheres, enquanto que a caça era trabalho dos homens. Esta divisão, pode ter sido assim organizada, em decorrência da necessidade das mulheres de cuidar das crianças pequenas e amamentá-las, portanto, não era plausível que deixassem-nas por muito tempo para sair à caça, esta última tarefa, então, constituiu função dos homens. Entretanto, entre homem e mulher existia uma relação de igualdade, pois ambos participavam da produção, afirmam Barbosa e Mangabeira (1991). Além da divisão do trabalho baseado no sexo, as tarefas também eram divididas de acordo com a idade. Assim,

tudo o que os mais velhos sabiam, sobre como executar as tarefas necessárias à sobrevivência era ensinado aos mais novos.

Neste período, portanto, os caçadores e coletores se organizavam socialmente da forma mais simples que se tem notícias. A essa organização deu-se o nome de Horda, e ela tinha como base uma sociedade igualitária, assim, todos trabalhavam e todos tinham acesso aos frutos de seu trabalho, ressaltam Barbosa e Mangabeira (1991). Este aspecto também é enfatizado por Andery *et al* (2003), ao pontuar que nas sociedades primitivas a produção de vida material era organizada de forma a garantir o consumo necessário à sobrevivência do grupo, sem a produção de excedentes – os produtos materiais possuíam, neste sentido, apenas valor de uso, não tendo valor de troca, já que esta praticamente inexistia. O trabalho, portanto, era organizado coletivamente e envolvia todos os membros do grupo na produção e o produto desse trabalho também era coletivo, sendo dividido por todo o grupo. “Nesta época o homem ainda não explora o trabalho do seu semelhante e nem se apropria dos frutos do trabalho alheio”, afirmam Barbosa e Mangabeira (1991).

Outro aspecto relevante das sociedades primitivas é que, enquanto sociedade igualitária, alguns membros se destacavam por sua habilidade e, assim, muitas vezes, assumiam a direção da horda, isso significava que assumia à direção aquele que era tido como o mais hábil nas diversas atividades realizadas na comunidade, podendo ser o melhor caçador, o melhor coletor, o mais hábil na prática religiosa ou, ainda, o mais idoso. Portanto, não existe neste período nenhuma desigualdade que se baseie na função que cada um exerce na comunidade, já que exercer a função de chefe não significava a posse do poder econômico e, sim, de prestígio e respeito dos membros da horda. O poder do chefe é temporário, dessa forma, não

se observa aqui, a transmissão de poder ou autoridade de pai para filho, o que inviabiliza o desenvolvimento de desigualdades duradouras.

Entretanto, a vida do homem não parava de se transformar, e novas aprendizagens e demandas passaram a fazer parte da vida cotidiana dos grupos, como a utilização do fogo, o uso de instrumentos de trabalho fabricado a partir de pedras e outros materiais retirados da natureza, fazendo com que o homem fosse, paulatinamente, experimentando e descobrindo novas formas de se relacionar com a natureza e com seus semelhantes. A descoberta da pecuária e da agricultura foi duas das grandes transformações que trouxeram mudanças à vida do homem primitivo e, conseqüentemente, da comunidade, já que significou um desenvolvimento das forças produtivas, transformando, em nível de qualidade, a relação que os homens tinham com a natureza, alterando assim, de forma profunda, a relação dos homens com os outros homens, dentro e fora da produção, ressaltam Barbosa e Mangabeira (1991).

Todavia, o desenvolvimento da agricultura significou também o surgimento de um excedente e a criação de novos instrumentos de trabalho, a terra tornou o elemento de fixação do homem, uma vez que até então ele se caracterizava pelo nomadismo. E aqui também a propriedade da terra era igualmente coletiva. Mas, nesta fase, a divisão do trabalho não é mais simples. Ela se torna mais complexa visto que os homens não têm mais a mesma função na produção, pois cada grupo e/ou indivíduo deveria cumprir diferentes tarefas, como cortar árvores, capinar, plantar e colher.

De acordo com Barbosa e Mangabeira (1991), as sociedades dos agricultores e criadores de gado se organizavam em tribos, não mais em Hordas, já que se constituíam em grupos maiores, que viviam sob uma organização social mais complexa e mais hierarquizada. O que

existe de comum a todos os homens da tribo é o fato de realizarem a agricultura, dessa forma, a terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e os objetos de trabalho, como a localização, a base da comunidade. Assim, os homens se consideram membros de uma comunidade que se produz e se reproduz pelo trabalho. E a vida social é regida por laços de parentescos e pelas próprias regras à tribo como um todo, isso implica dizer que as formas e os meios de coesão, de regulação social, faziam-se, em princípio, visando o benefício do conjunto social. Dessa forma, todos os membros adquiriam direitos e deveres por meio do mesmo processo, no qual aprendiam a língua e se tornavam herdeiros do patrimônio cultural comum.

Neste contexto, as relações de parentesco entre os indivíduos e grupos é que regulavam o trabalho determinando, desta maneira, as formas de cooperação, de divisão do trabalho, de utilização do solo e até a distribuição e o consumo dos produtos. Diferente da sociedade atual, quando se toma como referência às relações entre operários e capitalistas, o que se observa é que esta não está ligada por laços religiosos, políticos ou familiares, ao contrário, a relação que se estabelece entre essas duas classes é de ordem puramente econômica e se concretiza por meio do trabalho e/ou pela sua exploração.

Verifica-se, então, que em todo este período, o homem associava os seus conhecimentos práticos, os cultos aos antepassados e a magia para expressarem um conhecimento sobre sua realidade, os homens e a natureza. Essa intrínseca relação entre os aspectos da vida comunitária, individual e espiritual constituía e fortalecia a cultura de diferentes tribos. Ideologicamente, as crenças, os mitos e as regras de convivência serviam para manter a cooperação entre os membros dos grupos e, muitas vezes, entre tribos vizinhas. O outro, em termos de alteridade, constituía fator primordial, pois, como esta não era uma sociedade de

classes, todos tinham um papel importante para a manutenção e sobrevivência da espécie e do grupo. Claro que a vida dos homens em todo este período da História, não se apresentou de maneira linear e, tampouco, sem grandes problemas, pelo contrário, transformações profundas, tanto no que se refere à natureza como nos modos de produção e nas relações sociais foram determinantes para evolução da vida humana e das sociedades, de modo geral. Entretanto, o que se evidencia é que os sentidos do trabalho bem como as relações dos homens na produção não eram separadas das relações sociais, religiosas e de parentesco.

Neste tipo de sociedade, pontua Barbosa e Mangabeira (1991), onde não havia a exploração do homem pelo homem, e a divisão do trabalho era pouco complexa, as explicações que os homens faziam do seu mundo estavam ligadas à sua vida, não havendo, assim, separação entre trabalho e a cultura, e trabalho e o prazer, pois a vida humana tinha uma concepção de dimensão da ação, da contemplação do cosmo, e tudo se explicava por meio do místico ou por sua função no mundo compreensível. Pode-se, inferir, portanto, que o homem primitivo era um homem completo, seu trabalho não era separável do seu ser social, já que o trabalho como atividade puramente econômica não existia, pois, o trabalho, ao mesmo tempo, possuía dimensão econômica, política e religiosa.

Porém, com surgimento da sociedade de classes, e a divisão entre os que produzem e os que não produzem, a unidade entre o pensar/saber e fazer foi aos poucos desaparecendo, o que, mais uma vez demonstra a relevância do trabalho e seus modos de produção na transformação da vida do homem, atribuindo diversos sentidos ao modo de ser e fazer do homem quer seja no contexto da vida privada ou da vida em sociedade.

5.2 O TRABALHO NA SOCIEDADE GRECO-ROMANA

De acordo com Barbosa e Mangabeira (1991), todo modo de produção, em uma determinada época, teve início com as forças produtivas criadas pelo modo de produção anterior. Assim, em cada modo de produção existem vestígios do modo de produção anterior e os germes, o início do modo de produção futuro, pode-se dizer, então, que uma nova sociedade sempre nasce da velha sociedade. Dessa forma, na medida que o prestígio, ligado ao exercício de uma função, se transforma em poder, passa a existir, conseqüentemente, a possibilidade de se exercer um poder de exploração econômica e social, pois àquele que detém o poder, detém também o controle dos meios de produção, principalmente da terra.

Entretanto, cabe ressaltar que a passagem de uma sociedade igualitária para uma sociedade de classes não aconteceu de um dia para o outro. O processo foi muito lento e ocorreu por diversos caminhos. Pode-se inferir, portanto, que a transição de uma sociedade sem classe (sociedade primitiva) para uma sociedade de classe ocorreu na medida em que a organização política baseada nos laços de parentesco, na fidelidade de um ancestral comum, foi cedendo espaço para o surgimento de uma organização política mais complexa e poderosa: o Estado.

Autores como Arendt (2004), Andery *et al* (2003), entre outros, apontam que a época mais significativa da Antiguidade no que se refere ao entendimento do trabalho e da ocupação humana é o período em que na Grécia despontaram a *polis* e os principais filósofos gregos, visto que neste período a política passa a fazer parte da vida do cidadão e ela determinará as formas de agir do homem. Isso fica evidente quando a autora relata que

segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas difere mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família. O surgimento da

cidade-estado significava que o homem recebera, “além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)” (ARENDDT, 2004, p. 33).

A esfera da vida pública, portanto, constituía-se na participação do cidadão na *polis*, que era o espaço político, no qual se exercitava o diálogo, discutindo-se os negócios, a vida, os comportamentos e as normas que regiam o viver em comunidade. Assim,

O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *polis*, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era freqüentemente comparado à organização doméstica (ARENDDT, 2004, p. 36).

Pode-se dizer, então, que a civilização grega girou em torno da *polis*, ou cidades-Estado, que compreendiam a cidade em si e as terras à sua volta que garantiam a produção agrícola, elas se distinguiam por serem unidades econômicas, políticas e culturais independentes entre si. Assim, para os gregos, a vida humana e suas atividades desenvolviam-se em dois espaços distintos: na esfera da vida privada e na esfera da vida pública. Havia uma cisão entre os trabalhos realizados no espaço privado (doméstico) e os praticados no espaço público, da *polis*: daí a distinção entre os diferentes esforços despendidos e os diferentes entendimentos e sentidos atribuídos ao trabalho neste período.

O espaço privado era a casa, o lar, o local onde se realizavam as tarefas e atividades relativas à preservação da vida individual e da espécie e à satisfação das necessidades vitais. Constituía-se no espaço onde se dava a economia, onde se realizava o trabalho que garantia a sobrevivência humana, seja no sentido biológico, seja no sentido existencial. Assim, de

acordo com Arendt (2004), as atividades realizadas na esfera da vida privada eram atividades específicas do labor, atividades estas que aproximavam o homem dos animais. Embora fossem atividades de manutenção da vida, tudo o que era gerado era imediatamente consumido. O labor, portanto, mantinha os homens circunscritos diante de sua mortalidade biológica, impossibilitando, então, inscrever-se na ordem da imortalidade.

Por essa razão a casa, espaço da vida privada, era compreendida como a esfera onde o homem, sujeito à preservação da vida e ao entendimento de necessidades vitais, não podia expressar a sua excelência humana. Isso só poderia ocorrer na esfera da vida pública, da *polis*, que era o espaço político, de discussão e resolução das questões individuais, sociais e filosóficas, papel este que cabiam aos cidadãos livres enquanto que, aos escravos e estrangeiros, cabiam realizar todas as atividades necessárias à sobrevivência, denominadas de labor. Vale ressaltar, mais uma vez, que o escravo grego é escravo por condição política, e não por condição econômica. Eram consideradas superiores as atividades exercidas por homens livres, independentes, pois, na base da opinião que os gregos e romanos tinham da riqueza, estava a convicção de que entre as condições necessárias à liberdade estavam a independência pessoal e o lazer.

O que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências, afirma Arendt (2004), assim, a força compulsiva era a própria vida, e esta, para sua manutenção individual e sobrevivência como vida da espécie, requer a companhia de outros. O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio, e ambas funções naturais, qual seja, o labor do homem no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do

lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar. Entretanto, a esfera da *polis* era a esfera da liberdade e esta situava-se exclusivamente na esfera política, dessa forma,

a força e a violência poderiam ser justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de vencer a necessidade – por exemplos, subjugando escravos – e alcançar a liberdade. Uma vez que todos seres humanos são sujeitos à necessidade, têm o direito de empregar a violência contra os outros; a violência é o ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade no mundo (ARENDDT, 2004, p.40).

O que fica evidente a partir do exposto, é a coexistência de duas classes distintas de indivíduos o *animal laborans* e o *animal rationale*. A dicotomia entre pensar e fazer, a clara concepção de trabalho como essência da servidão e, por isso mesmo, realizado por aqueles que não detinham a liberdade, ou seja, era atividade relegada aos escravos. Entretanto, não estava presente neste período a adesão irrefletida à escravidão e uma rejeição do trabalho como algo indigno em si mesmo, dessa forma, mais do que exprimir a apologia da ascendência de um homem sobre o outro, de um homem que se apropria de outro para explorá-lo, para auferir lucro, aponta a percepção de uma contradição que perpassa todas as dimensões da vida humana e que, no caso do trabalho, apresenta-se como um desafio entre a liberdade da razão e a necessidade do labor, afirma Souza (1995).

Cabe ressaltar que, para Andery *et al* (2003), a identidade política e econômica da *pólis* levaram ao desenvolvimento da noção de cidadania e democracia, sendo o cidadão responsável pela participação ativa nas decisões e organizações da sociedade. A noção de cidadania, entretanto, aprofundou a diferenciação entre cidadãos, de um lado, e escravos, mulheres e estrangeiros, de outro, estes últimos sem poder decisório e sem direito à participação. Pois, a *polis* diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer “iguais”,

ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão, em termos de alteridade, pode-se inferir que havia uma clara distinção do “outro”, principalmente se esse “outro” estivesse impregnado das necessidades de sobrevivência.

Dessa forma, imerso num complexo conjunto de relações e diferenciações entre atividades, entre grupos, entre indivíduos, e nas diversas formas e níveis de organização implicados na vida da *polis*, o homem grego tornava-se capaz de transpor para o pensamento as várias instâncias presentes em sua vida, assim, tornava-se capaz de reconhecer como distintos o próprio homem, a sociedade, a natureza, o divino; começou a refletir, por meio do conhecimento que produzia, sobre as abstrações que, cada vez mais, marcavam as várias instâncias de sua vida e tornava-se, com isso, capaz de argumentar, debater, de discernir a possibilidade do diferente, da divergência, fatos e conhecimentos estes impossíveis dentro do mundo que havia dado origem ao mítico, ao dogmático, à pretensão ao absoluto.

Outro aspecto relevante neste período e que muito contribuiu para o desenvolvimento da ciência é que as explicações sobre a natureza humana buscavam descobrir uma ordem que lhe fosse própria; a partir de então, o universo deveria ser suscetível de ser debatido publicamente, como todas as questões da vida corrente, E, mais que isso, os gregos, ou os cidadãos da *polis* propiciaram um entendimento que pudesse ser submetido a uma crítica no nível do próprio conhecimento: a apreensão do mundo, com toda a complexidade que então manifestava, deveria ser expressa em um discurso coerente internamente. Estava, assim, constituído o fator primordial para o surgimento das condições objetivas para que, partindo do mito e superando-o, o saber fosse racionalmente elaborado e para que alguns homens

pudessem se dedicar à elaboração desse saber. Está implícita aqui, ou pode-se ao menos inferir isto, a presença do germe de uma das divisões mais significativas em termos de atividade produtiva do homem, a divisão entre trabalho manual e intelectual, entre o saber e o fazer, dicotomias que acompanham até os dias atuais os diversos sentidos que são atribuídos ao trabalho.

5.3 O TRABALHO NA IDADE MÉDIA.

Em termos gerais, a Idade Média representa um período de transformações significativas, em relação às épocas anteriores, principalmente no que diz respeito ao predomínio da vida rural. De acordo com Rubano e Moroz (2003), como referência temporal este período vai do século V ao XV. Com o colapso do Império Romano, as condições econômicas, sociais e políticas, como o encarecimento e escassez da mão-de-obra escrava, a queda da produção agrícola e artesanal, o empobrecimento dos pequenos proprietários de terra, já em minoria devido à concentração de terras nas mãos de poucos, que se torna maior em razão dos impostos cobrados pelo Estados e das revoltas sociais internas, contribuem para a instabilidade do estado romano e o enfraquecimento de seu poder, alterando, substancialmente, as formas de organização social, já que os grandes proprietários vão se tornando cada vez mais auto-suficientes e independentes, pois, instalados em suas vilas, distantes dos conflitos que freqüentemente assolavam as cidades, começam a arrendar partes de suas grandes propriedades a agricultores livres, que deviam, então, ceder ao proprietário uma parte da produção como forma de pagamento.

A terra, neste contexto, passa a ser essencial para a sobrevivência dos indivíduos. Os proprietários conseguem manter seus privilégios arrendando parte de suas propriedades aos

colonos e estes sobrevivem à custa de seu trabalho em terras alheias. Estão, portanto, estabelecidas as condições ideais para uma nova forma de relacionamentos sociais, o predomínio das relações de dependência pessoal. Assim, o processo de fragmentação e auto-suficiência de territórios, bem como o processo de estabelecimento de relações pessoais, baseada na fidelidade e dependência, vão caracterizar o feudalismo na sociedade européia. O trabalho, que durante a Antigüidade grega se realizava sob a forma geral de escravidão, assume, então, a forma geral da servidão.

Segundo Huberman (1985), não se pode descrever com precisão e rigor o sistema feudal, tendo em vista que as condições encontradas nos locais em que era instalado variavam muito: o próprio sistema variava de lugar para lugar, dessa forma não se pode ver a idade Média como um todo homogêneo, uma vez que nela coexistiram diferentes organizações sociais, pontua ainda Rubano e Moroz (2003). Não obstante, os autores identificam algumas características fundamentais do trabalho realizado sob tal regime, como a vassalagem, o benefício e o senhorio, além da própria estrutura geral da comunidade aldeã feudal. Didaticamente, o modo de produção feudal pode ser dividido em duas fases: a primeira, do século V ao X, teve sua base econômica constituída fundamentalmente na agricultura (período em que se processou a substituição do escravismo pela servidão) e uma segunda, a partir do século XI, período em que o feudalismo já estava estruturado, na qual intensificou-se o comércio.

De acordo com Huberman (1985), naquele período havia vários graus de servidão, embora seja difícil aos historiadores delinear todos os matizes de suas diferenças e seus diversos tipos. Havia os "servos dos domínios", que viviam permanentemente ligados à casa do senhor e trabalhavam em seus campos durante todo o tempo, não apenas dois ou três dias por semana.

Os servos possuíam uma relação de dependência que os submetiam ao seu senhor em troca da terra para morar e cultivar e, como necessitavam satisfazer as necessidades básicas de subsistência, eram obrigados a realizarem uma determinada quantidade de trabalho para o proprietário da terra, não sendo, portanto, livres para dispor da sua força de trabalho. Entretanto, cabe ressaltar que essa ausência de liberdade não implica numa escravidão, como pode parecer em princípio, e aqui está uma diferenciação importante entre o trabalho escravo existente no período anterior do trabalho servil, característico do feudalismo, pois, o escravo era considerado uma mercadoria e, conseqüentemente, poderia ser comprado ou vendido, o servo estava ligado à terra, não possuía valor de troca, portanto, não poderia ser considerado como uma mercadoria. O direito de cultivar a terra se dava de forma hereditária, pois com a morte do servo, o filho herdava o direito de permanecer na propriedade e trabalhar à terra mediante o pagamento de uma taxa ao senhor do feudo. A ligação do servo com a terra era tão intrínseca que mesmo com a venda do feudo ele permanecia ligado à terra, ou seja, àquela propriedade.

Assim, por toda a Europa desenvolveu-se uma sociedade em que contingentes populacionais punham-se sob a proteção de senhores da terra prestando-lhes homenagem (promessa de fidelidade do vassalo ao senhor feudal), pois, cada propriedade feudal tinha um senhor, nas palavras de Huberman (1985, p. 17), “o servo trabalhava a terra e o senhor manejava o servo”. Como se verifica, a atividade predominante nas propriedades feudais era a agricultura. Produzia-se tudo o que era necessário para a sobrevivência dos habitantes, em sistema de rodízio das terras produtivas. Os feudos eram auto-suficientes, inexistindo o comércio, até então. Entretanto, a partir do século XI, as condições da sociedade feudal alteram-se, dentre as causas dessas mudanças estão a intensificação do comércio, o crescimento das cidades, o aumento populacional e o contato com as civilizações orientais – quer por meio do comércio,

quer por meio das Cruzadas. Nesse contexto, existe estímulo à produção de inovações técnicas, bem como à incorporação de inovações provenientes de outros povos (MENEGASSO, 1998).

Pode-se dizer que a sociedade feudal era relativamente estática, isto é, havia pouca mobilidade social bem como era fortemente hierarquizada. A sociedade feudal era formada por três classes, muito distinta entre si: a nobreza feudal, constituída pelos senhores feudais, cavaleiros, condes, duques, viscondes, era detentora de terras e arrecadavam impostos dos camponeses. O clero, formado por membros da Igreja Católica, que detinha um grande poder, pois era responsável pela proteção espiritual da sociedade. E a terceira camada da sociedade era formada pelos servos (camponeses) e pequenos artesãos.

É importante frisar, que havia uma relação de poder absoluto da nobreza e do Clero sobre os servos e pequenos artesãos, no entanto, a Igreja Católica como detentora do poder espiritual influenciava o modo de pensar, o conhecimento e a maneira de agir e/ou se comportar de toda a sociedade, inclusive, tendo um imenso poder também sobre o monarca. Portanto, na sociedade medieval não havia distinção absoluta entre a esfera da religião e da vida diária, supunha-se que todas estivessem sob o julgamento de Deus. A sociedade era considerada, muitas vezes, como um *corpus*, isto é, um organismo composto de diferentes membros e cada um tinha sua própria função, não cabia questionar ou violar os desígnios determinados do Criador. Dessa forma a concepção de trabalho valorizada pela Igreja Católica era a de que o trabalho possuía um valor ascético, isto é, constituía uma prática de devoção, de mortificação e meditação religiosa, portanto, o trabalho era uma maneira de preparar a alma para a vida contemplativa e ocupar o corpo, livrando-o das tentações inferiores. Assim, influenciados por essa ideologia, os homens desse período, de modo particular os servos, se resignavam em

aceitar sua condição, já que a mesma era designo da vontade divina, neste aspecto, o trabalho também não era considerado instrumento de ascensão social (MENEGASSO, 1998).

Pode-se inferir então, que não se pensava, neste período, na possibilidade em termos de igualdade entre senhor e servo já que a identidade era baseada na posição social do indivíduo. Como, culturalmente, havia o predomínio da Igreja Católica que detinha não apenas o poder religioso, como também o poder político e econômico, os seres humanos eram considerados servos de Deus, iguais entre si e irmãos da natureza. A vida medieval estava baseada, dessa forma, no conceito de família, pois havia uma atitude afetiva e obediente, não somente em relação à família concreta, mas também em relação ao substituto do pai na hierarquia: o mestre da oficina, o senhor do feudo e, também, a benevolente autoridade da Igreja Católica. Ali funcionava o princípio de ser amado, ensinado e protegido e de ser grato, amar e obedecer, como pagamento pelo amor e pela proteção do pai. Assim, a desigualdade social era aceita sem objeção e a fraternidade era possível, pois estava pautada pela idéia de uma ordem natural predestinada. O mesmo princípio também se aplicava para a ordem natural, que não deveria ser perturbada, impossibilitando dessa forma o desenvolvimento técnico (MENEGASSO, 1998, HUBERMAN, 1985).

Entretanto, com o avanço da Idade Média, mudanças significativas passaram a ocorrer na vida das pessoas e das cidades. A Igreja Católica, que, até a ascensão do Comércio, detinha o controle da Educação, deixa de exercê-lo com o surgimento de escolas independentes fundadas por mercadores que prosperavam. A classe burguesa em ascensão passa, aos poucos, a controlar e dominar o comércio e a indústria e inicia-se, então, o embrião de uma nova percepção do que viria a ser o trabalho e o emprego na atividade mercantil. Para Bittar (1997), o Renascimento representou a primeira ponte entre a Idade Média e o período moderno. Foi o

primeiro impulso de substituição da Tradição pela Razão, introduzindo o cálculo e a utilidade racional, o homem começa, então, a liberta-se do medo de intervir no mundo natural.

Entretanto, a classe em ascensão naquele período identificava na Igreja Católica um obstáculo ao seu progresso, visto que a mesma poderia ser considerada a fortaleza do regime feudal, parte da estrutura do Feudalismo. Portanto, antes que a classe média burguesa pudesse apagar o Feudalismo de cada país, precisava atacar a organização central - a Igreja Católica, e foi o que se fez. A luta tomou disfarce religioso. A Reforma Protestante, em essência, constituiu a primeira batalha decisiva da nova classe média contra o Feudalismo. Com o advento da Reforma Protestante, o trabalho foi uma vez mais fortalecido como a chave da vida. Chauí, na Introdução da obra *O Direito à Preguiça* (2000), afirma que o livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Max Weber, retrata e desvenda a relação entre o capitalismo e a posição do trabalho como virtude. De castigo divino que fora, o trabalho tornou-se virtude e chamamento (ou vocação) divino, ressalta Chauí (2000, p. 13) e acrescenta

(...) Weber salienta que, agora, ser cristão virtuoso é seguir um conjunto de normas de conduta nas quais o trabalho surge não apenas como obrigação moral, mas como poderoso racionalizador da atividade econômica geradora de lucro. Aquele que faz seu trabalho render dinheiro e, em lugar de gastá-lo, o investe em mais trabalho para gerar dinheiro e mais lucro, vivendo frugalmente e honestamente (isto é, pagando em dia suas dívidas para assim obter mais crédito), é um homem virtuoso (CHAUÍ, 2000, p.14).

Dessa maneira, manter-se por meio do trabalho era um modo de servir a Deus. As profissões passaram a ser vistas como fruto de uma vocação, e o trabalho, o caminho religioso para a salvação. Para a ética do trabalho protestante, afirma Huberman (1985), trabalhar de forma árdua, diligente e abnegada equivale a cultivar a virtude. Essa mudança na percepção do trabalho e no novo lugar que passa a ocupar na sociedade não apenas coincide com o advento

do capitalismo, mas torna-se decisiva para a construção da racionalidade capitalista ocidental moderna.

Pode-se deduzir que, na medida em que as instituições comerciais e fabris passaram a se apropriar dessa nova motivação para o trabalho, gerou-se um novo paradigma, cujo foco seria a venda do trabalho em forma de emprego. Estabeleceram-se, portanto, novas relações sócio-econômicas e políticas e novos sentidos foram sendo atribuídos ao trabalho, como por exemplo: o trabalho como uma mercadoria; a separação do trabalhador do processo produtivo, ou seja, a divisão social do trabalho; o comércio (a moeda) passa a ser fonte de riquezas; a ascensão da burguesia comercial fez com que ela questionasse o poder dos senhores feudais e aspirasse uma nova forma de governo em que seus interesses fossem atendidos ou representados; o renascimento das cidades como centros comerciais e onde se desenvolvia novos conhecimentos e novos modelos de relações sociais.

A partir de então, aquele artesão, que na manufatura medieval detinha as ferramentas e uma autonomia no uso de seu tempo, desaparece, submetendo-se ao império do capital, mas especificamente, ao burguês ou capitalista, agora proprietário dos meios de produção. Assim, paulatinamente, a partir de estratégias de divisão do trabalho e de incorporação de maquinarias, o processo de trabalho passa a ser expropriado pelo capital. Ele vai se configurar como um processo que acontece fora do trabalhador, e este, por sua vez, perde cada vez mais o controle sobre as etapas do processo produtivo, os ritmos, as cadências, na medida em que seu saber-fazer começa a passar às mãos do capital, na medida em que ele, o trabalhador, é expropriado do seu saber. E isso vai se efetivar concretamente com o advento da Revolução Industrial e no modelo de sociedade que se alastra e que passa a ser dominante desde então: a Sociedade Capitalista.

5.4 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.

A Revolução Industrial significou um conjunto de transformações em diferentes aspectos da atividade econômica, tais como: indústria, agricultura, transportes. Esta revolução alcançou sua expressão máxima durante o século XIX, transformando o antigo sistema feudal em capitalismo. Inicialmente desenvolveu-se na Inglaterra com processos de produção através da mecanização da indústria e da agricultura. Até então, a produção era feita de forma artesanal, em pequenas casas ou oficinas desestruturadas e de forma rústica, sem ferramentas apropriadas para a produção em larga escala. Esta evolução se deu devido a crescente busca de lucros maiores, menores custos e produção acelerada, buscando alternativas para melhorar a produção de mercadorias.

Dessa forma, se o trabalho como fator de enriquecimento pessoal era, de certa forma, proibida na Idade Média, legitima-se nesta fase, na ética da sociedade capitalista, como tábua de salvação, mudando-se completamente o sentido atribuído ao trabalho, que passa a ser valorizado, então, como força passível de gerar riqueza, deixando de ser considerado, portanto, apenas como meio para atender às necessidades humanas básicas. Sua finalidade principal, a partir de então, é o de produzir riqueza acumulada. A nova moral do trabalho burguesa e capitalista tem em seu enalço a valorização do trabalho produtivo como sinônimo de progresso e de salvação divina. O terreno ideológico está, assim, preparado e fortalecido para as mudanças que determinaram todo o contexto sócio-econômico da época (MATTOSO, 1995, ANTUNES, 2002).

Vale ressaltar que, as primeiras invenções que foram a máquina de fiar e a máquina a vapor, já estavam inseridas na vida cotidiana de muitos trabalhadores, pois, da calma produção do artesanato, em que os operários eram organizados, quando muito, em corporações de ofício

regidas por estatutos, onde todos se conheciam, o homem passou, rapidamente, para o regime da produção feita por meio de máquinas, dentro de grandes fábricas. Essa súbita modificação, provocada pela transferência da habilidade do artesão para a máquina, que passou a produzir com maior rapidez, maior quantidade e melhor qualidade, possibilitou uma redução dos custos da produção e substituiu a força do animal ou do músculo humano pela maior potência da máquina a vapor (e posteriormente pelo motor), permitindo maior produção e maior economia. Esse fenômeno da maquinização das oficinas provocou uma série de fusões de pequenas oficinas que foram crescendo e se transformando em fábricas.

Dessa forma, a fusão de pequenas oficinas com outras de maior porte e a mecanização ampliou os horizontes e deu oportunidade para que surgissem as primeiras indústrias de bens de produção. Todavia, mudanças sócio-econômicas como a expansão das ferrovias, os novos meios de comunicação, novas formas de energia como a hidrelétrica e a derivada do petróleo, a invenção da locomotiva e o barco a vapor, contribuíram imensamente para o desenvolvimento da indústria e o homem, nesse processo, passou a ser substituído pela máquina naquelas tarefas em que se podia automatizar e acelerar pela repetição. A invenção de máquinas, que auxiliaram o homem a reduzir o trabalho manual, causou, então, grande impacto, quer na forma de executar o trabalho, quer na própria natureza da sociedade. Esse evento significou uma alteração profunda na vida e no trabalho da população, marcando um novo período na história mundial (HELOANI, 2000; NARDI, TITTONI e BERNARDES, 1997).

Arendt (2004), também enfatiza que a substituição de instrumentos e utensílios por máquinas, vieram à luz em seu derradeiro estágio, com o advento da automação, porém, todo processo do desenvolvimento da tecnologia desde o início da era moderna decorreu, num primeiro

estágio, da invenção da máquina a vapor, que levou à revolução industrial, mas que era ainda caracterizado pela imitação de processos naturais e pelo uso de forças naturais para finalidades humanas que, em princípio, ainda não diferia do antigo uso das forças da água e do vento. O segundo estágio pode ser caracterizado principalmente pelo uso da eletricidade, quando o homem passa a utilizar os materiais tal como a natureza o fornece, matando processos naturais, interrompendo-os ou imitando-os. Em todos esses casos, altera-se e desnaturaliza-se a natureza para os próprios fins mundanos, de sorte que o mundo ou o artifício humano, de um lado, e a natureza, de outro, passam a ser duas entidades nitidamente separadas. A automação representa o estágio mais recente desta evolução, e realmente “ilumina toda a história da mecanização”, afirma a autora, sendo este, portanto, o ponto culminante do desenvolvimento da era moderna (MATTOSO, 1995; ANTUNES, 2002).

Com a produção mecanizada, o trabalho passa a ser glorificado como a essência da sociedade moderna. Não se concebe mais a possibilidade de existir ordem social fora da moral do trabalho produtivo. Entretanto, para que essa sociedade voltada para o trabalho se viabilizasse, havia necessidade de constituir um corpo disciplinar que envolvesse todos os indivíduos, dentro e fora da fábrica. Assim, paralelo a todo desenvolvimento mecânico, novos procedimentos e técnicas foram também introduzidos para disciplinar os trabalhadores para que aceitassem a nova e rigorosa rotina de produção na fábrica. Os ofícios tradicionais foram, portanto, substituídos pela divisão de trabalho, onde o trabalhador apenas realizava parte de um processo produtivo, através de operações simplificadas, sistematizadas e repetitivas. Tarefas estas que podiam ser executadas com facilidade por pessoas sem qualificação e com facilidade de controle, lembra Heloani (2000).

O que se observa neste período da História é que o foco no desenvolvimento de processos mecânicos e tecnológicos com o objetivo de maximizar a produção e desenvolver produtos melhores com menores custos deixou de lado o fator humano. Os trabalhadores passaram a serem vistos como uma massa anônima. Assim, a utilização das máquinas transformou radicalmente a natureza da atividade produtiva, deixando a sua marca na imaginação, pensamento e sentimentos dos homens através dos tempos, afirma Morgan (1996, p. 22), e acrescenta que “aprendemos a usar a máquina como uma metáfora para nós mesmos e a nossa sociedade, moldando o nosso mundo em consonância com os princípios mecânicos”.

Pode-se dizer que as máquinas serviram tanto para o aumento da produtividade, como para impor a disciplina do tempo e do trabalho, sua supremacia sobre o trabalhador e a transformação deste em um apêndice, resultado da hegemonia destes valores capitalistas então instaurados, ocasionou um empobrecimento do trabalho e a transformação do trabalhador em apenas um meio para o atingimento do fim maior: o produto, e conseqüentemente, o lucro. Este contexto propiciou as condições adequadas para que o desenvolvimento capitalista criasse, ao longo da segunda Revolução Industrial (1880-1975), a grande empresa "fordista-taylorista", caracterizada pela integração vertical de todas as etapas da cadeia produtiva, pela sua extensão a todos os continentes e países e pela estrutura de "governança" hierárquica e burocrática. Isso porque, ressalta Bittar (1997), os valores capitalistas identificados com a industrialização – sucesso, produtividade e lucro – possibilitaram o desenho das tarefas, a criação de uma estrutura e o estabelecimento de regras e condições necessárias para a institucionalização do trabalho no processo produtivo.

O taylorismo, portanto, como um método científico, racionalizou a produção, por meio do controle de tempos e movimentos e propiciou uma economia de gestos e aumento de

produtividade, ressalta Heloani (2000), e acrescenta que no discurso que permeou o estudo das melhores condições de economia de tempo esteve presente a concepção de que este método permite benefícios mútuos para ambas as partes: maiores salários, maior produtividade. Na estruturação deste discurso de poder se “estabelece uma relação *formal* de reciprocidade entre dois sujeitos histórica e politicamente desiguais: capital e trabalho” (HELOANI, 2000, p.18). Este autor enfatiza que, explicitamente, o taylorismo

(...) nos induz a pensar que capital e trabalho se fortalecem com a prosperidade e a *cooperação*. Implicamente, inicia o processo de modelização do corpo através da construção desta arquitetura da visão sobre o trabalho (HELOANI, 2000, p.18).

A partir de então, os discursos da cooperação, da especialização, da cientificidade e da individualização servem aos propósitos da organização e modeliza a subjetividade do trabalhador, fazendo com que o trabalho tornasse cada vez mais mecanizado. O auge desse processo ocorre com o fordismo que

Reformula o projeto de administrar individualmente as particularidades de cada trabalhador no exercício dos tempos e movimentos. Para tal fim, preconizará limitar o deslocamento do trabalhador no interior da empresa. O trabalho será dividido de tal forma que o trabalhador possa ser abastecido das peças e componentes através de esteiras, sem precisar movimentar-se. A administração dos tempos se dará de forma coletiva, pela adaptação do conjunto dos trabalhadores ao ritmo imposto pela esteira. (...) O fordismo não se limitará apenas à questão disciplinar no interior da fábrica. Ele incorporará um projeto social de “melhoria das condições de vida do trabalhador” (HELOANI, 2000, p. 45)

A idéia de melhoria das condições de vida esteve pautada nas questões salariais que, conseqüentemente, levavam ao aumento do consumo. Assim, “o aumento geral da produtividade, ao ser repassado para os salários, permitia o aumento do consumo e do investimento” (HELOANI, 2000, p. 48). Sinteticamente, pode-se dizer que o binômio *taylorismo/fordismo*, sistemas produtivos que vigoraram na grande indústria, praticamente ao

longo de todo o século XX, baseava-se na *produção em massa* de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais *homogeneizada* e extremamente *verticalizada* (ANTUNES, 2003, p.36). Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar, mecanizado e repetitivo, portanto, o fazer do operário ficou acoplado à apenas um aspecto, o do econômico. O trabalhador, neste sistema produtivo extremamente racionalizado, não se identifica como o seu *savoir fair*, e o trabalho, então, passa a ser destituído de sentido. Dessa forma, pode-se verificar que as transformações que a Revolução Industrial trouxe ao trabalho, caracterizou-se na execução do trabalho sob a forma do labor, marcado pela repetição e produtividade que atende ao ciclo vital, e não pelo esforço intencional humano na construção de um produto projetado.

Cabe enfatizar, que a racionalidade instrumental ou econômica, predominante nas organizações taylorista/fordista, tornou-se dominante em todas as relações e não apenas nas relações econômicas. O trabalho humano passou a ser avaliado não em função das necessidades humanas, mas das necessidades do capital. As pessoas devem, a partir de então, se comportar de acordo com o que se espera delas, não importando se suas tarefas são sem sentido, repetitivas ou se o indivíduo não possui o menor controle sobre elas (BITTAR, 1997).

Essa concepção de homem e de sociedade predominantemente econômica e utilitária altera toda as relações sociais e culturais, visto que, esse padrão de colaboração que se impõe no período moderno é baseado na conformidade, na medida em que se espera que o indivíduo tenha um comportamento regular e em conformidade com as regras e códigos que regem o grupo e o trabalho.

Em última análise, de acordo com Marcuse (1982), predomina, neste contexto, uma sociedade unidimensional, totalitária, na medida que opera por meio da manipulação das necessidades por interesses adquiridos. É o mercado que define agora a identidade do trabalhador por meio do valor que tem o produto do seu trabalho, ou seja, o valor da mercadoria, e é esta que define as condições de vida e de trabalho. Este processo resulta, então, na coisificação do homem por meio do trabalho, processo este que potencializará na sociedade contemporânea.

5.5 CONTEMPORANEIDADE

A superação gradual e histórica do modelo taylorista/fordista de produção, decorrente de uma diversidade de fatores, como o gigantismo organizacional e o concomitante crescimento da necessidade de maior flexibilização e agilidade, a globalização dos mercados, o surgimento de novas tecnologias e modelos de gestão, e os movimentos socioculturais da década de 60, criou novas contradições no mundo do trabalho. Dessa forma, com a terceira Revolução Industrial, o avanço da informática e a comunicação por satélite, tornou-se possível coordenar de forma eficiente grande número de fornecedores independentes, sem necessidade de integrá-los sob o mesmo comando. O gigantismo burocrático da empresa fordista-taylorista, caracterizado por produtos padronizados, produção de massa e por uma certa estabilidade social e econômica, mostrou-se dispendioso e ineficiente, quando comparado com um novo paradigma técnico-econômico que implicou profunda reestruturação das empresas e da própria sociedade a partir dos anos 70.

Assim, no contexto atual onde predomina mercados instáveis, demandas por personalização e encurtamento da vida útil dos produtos, exigência de flexibilidade quer seja técnica, humana e organizacional, avanço da automação e competitividade, faz-se premente interrogar sobre o

lugar do trabalho humano na sociedade contemporânea, pois, o que se observa é que as próprias condições que criaram os empregos nos dois séculos anteriores como a produção em massa e as grandes organizações estão desaparecendo, já que as mudanças hoje são mais freqüentes do que no passado e estão relacionadas com novas tecnologias que possibilitam automatizar as linhas de produção. Além do mais, a tecnologia da informação, que a característica essencial da atualidade, insere “dados” entre o trabalhador e o produto. O trabalho informatizado não é mais físico, mas uma seqüência de informações que podem ser manuseadas e alteradas como se fossem tangíveis. O trabalho informatizado, portanto, precisa de um número bem menor de pessoas para executá-lo. E a tecnologia também torna obsoletos os empregos ao substituir o mundo das “coisas” pelo mundo dos “dados” (PEREIRA, 1999; NARDI, TITONI e BERNARDES, 1997).

Tais alterações propiciaram mudanças drásticas não apenas na cadeia produtiva ou nos modos de gestão, como também na própria identidade do trabalhador, nos modos de relações sociais e na cultura da sociedade ocidental gerando o que Castells (2000) denomina de a sociedade em redes, visto que todos estão interconectados e ligados pela tecnologia digital. Tais aspectos, conseqüentemente, acarretam novas vivências sociais e emocionais para todos os indivíduos de modo geral, bem como novas experiências para o trabalhador obrigado a uma abertura ao novo, configurado nas diversas tecnologias e paradigmas. Diante de tais transformações, cabe reconfigurar identidades e subjetividades e, em contrapartida, descobrir novas maneiras de se relacionar com o próximo, com a diversidade e encontrar, talvez, novos sentidos para o trabalho, já que essas novas tecnologias da informação possibilitam remover qualquer controle residual que os trabalhadores ainda exerçam sobre o processo de produção, com a programação de instruções detalhadas diretamente para a máquina, que as cumpre passo a passo, deixando o trabalhador impotente para exercer julgamentos independentes e

com pouco ou nenhum controle sobre os resultados previamente ditados por programadores especializados.

Isso acarreta, indubitavelmente, modificações nos sentidos do trabalho. Sievers (1997), deixa evidente que, na sociedade atual, o sentido do trabalho desapareceu ou então foi perdido, e esta perda está diretamente ligada à crescente divisão e fragmentação do trabalho. Visto que houve uma perda significativa do conteúdo do trabalho, uma vez que este passa a exigir uma parcela mínima de habilidades de uma pessoa madura. Assim, impulsionada pela tecnologia do silício, que caracteriza esse período que vem sendo denominado como a terceira Revolução Industrial, retalha e remonta unidades menores de trabalho e capital numa linha de produção separada em partes e distribuída, como uma teia, em redor do planeta. Por um lado, a produção dentro da fábrica é substituída pela terceirização; a integração, pela desintegração. Por outro lado, a fusão das empresas produz seu crescimento desenfreado. A economia está pautada por um maior nível de competitividade, flexibilidade, dinamismo e produtividade, combinando máxima segmentação com máxima desterritorialização. Cada vez mais apartados, vai-se cada vez mais longe e mais rápido – mesmo sem sair do lugar, o que, conseqüentemente, introduz novas formas de relações sociais. A alteridade, neste contexto, pode ficar comprometida, visto que a dinâmica social contemporânea propicia condições adequadas para que as pessoas permaneçam relativamente isoladas e não estabeleçam contatos significativos com o outro, bem como limitam “os contatos que os outros seres estabelecem conosco, contatos nos quais aparecemos para eles em nossa singularidade” (MOTTA e NETTO, 1994).

A partir das considerações acima, pode-se inferir que, as contradições e exigências do mundo do trabalho, refletem e repercutem na vida dos sujeitos, abarcando, inclusive, a dimensão da identidade e da subjetividade, já que estes necessitam estarem o tempo todo se preocupando e

adequando-se para possuírem os critérios de empregabilidade tais como: disposição para arriscar-se, flexibilidade e capacidade de adaptação as novas funções, atitude de zelo pelo crescimento pessoal, habilidade para utilizar conhecimentos novos, curiosidade intelectual e inquietação permanente, habilidade para lidar com pessoas (comunicabilidade), ser um generalista com áreas de especialização, capacidade de equilibrar vida pessoal e profissional, habilidade para lidar com pressão e a concorrência, numa eterna busca de aperfeiçoamento tanto técnico quanto pessoal.

Assim, preocupado em preparar-se para as novas regras do jogo, o trabalhador constantemente busca sua qualificação, mas não possui critérios claros e objetivos neste processo, mesmo porque, isto também não está tão claro no mercado, pois se hoje exige-se uma tal habilidade, amanhã ela pode rapidamente, tornar-se obsoleta. Dessa forma, na luta por adequar-se ao novo perfil, o homem termina por engajar-se, muitas vezes impulsivamente, em atividades tais como: cursos, *workshops* e treinamentos diversos, numa tentativa de aproveitar todas as oportunidades que supostamente garantiriam uma estabilidade no emprego e vive a angústia de não corresponder aos altos padrões que estão, continuamente, sendo renovados.

Para Chauí (2000), essa é a característica essencial do que a autora denomina de ideologia da competência, em que procura mostrar que, no capitalismo contemporâneo, a dominação e a exploração se fazem sobrepondo à divisão de classes uma segunda divisão social que é a divisão entre os que sabem, e por isso dirigem, e os que não sabem, e por isso executam. Essa divisão entre dirigentes e executantes, que aparece como a divisão entre “competentes” e “incompetentes” é muito atual, pontua a autora, pois hoje, quando se discute a questão do mercado, a competição, o sucesso, o indivíduo “que se dá bem”, as duas palavras-chave são “eficiência” e “competência”, e essa é uma forma de ocultar a dominação e a exploração.

Pode-se inferir, portanto, que o modelo capitalista de produção e a atual economia de mercado, tem-se amparado especialmente na competição e no controle como organizadores tanto dos modos de pensar, de perceber, de sentir e de relacionar-se quanto dos equipamentos coletivos, ou seja, dos discursos ideológicos subjacentes aos processos produtivos que permeiam a vida do homem em todas as suas dimensões.

6 CONCLUSÕES

Ao longo de toda a história da evolução humana o trabalho foi algo determinante para a manutenção da vida do homem, tanto individual como coletivamente. E os sentidos que foram sendo atribuídos a ele estavam em consonância com a época, com a cultura, com o modo de se relacionar e compreender o mundo de cada sujeito e do grupo do qual fez e faz parte. Assim, os sentidos que se atribuem ao trabalho são sempre singulares, concretos e históricos, pois constitui necessidade humana dar significado ao seu entorno, ao seu fazer e ao viver.

Retomando as questões norteadoras desta pesquisa, as conclusões principais podem ser sumarizadas nos seguintes destaques:

1. Os sentidos do trabalho estão, historicamente, vinculados às condições materiais da sociedade. Assim, as mutações civilizatórias que permeiam a sociedade, de modo geral, também se fazem presente no contexto das organizações de trabalho, alterando e propiciando novas produções simbólicas. Uma das modificações importantes possíveis de se verificar é que, se o velho sistema, que permeava as organizações tradicionais, baseava-se no controle rígido e onipresente da supervisão, o novo baseia-se na pressão e no controle exercidos pelos pares e pelo próprio sujeito, que hoje é solicitado a exercer um nível maior de autonomia e autogerenciamento, o que representa a individualização das ações, o indivíduo, então, deve administrar sua vida profissional agora, sujeita a alterações imprevisíveis e frequentes, obrigando-o a re-organizar sua identidade, atitudes, metas, rotinas, redes sociais constantemente, sua eficiência se traduz na capacidade de desenvolver diversas funções concomitantes e ocupar múltiplos postos, intensificando, dessa forma, o jogo de interesses privados.

2. As implicações que tiveram e ainda têm as diferentes concepções de trabalho na constituição do homem enquanto sujeito, ficam evidentes no modo como se organizam socialmente e nos modos de produção, pois, entre as relações sociais e as relações de produção há uma mediação – a representação ideológica, visto que os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas idéias ou representações estão sempre permeadas pela linguagem, que constitui o veículo primordial na formação e manutenção da cultura como um organismo vivo, norteadora das relações quer sejam produtivas ou não. Um aspecto relevante neste contexto é a concepção de que a realidade social é uma construção humana, não um dado natural, da qual destacam-se: relações e processos sociais, socialização e identidade dos indivíduos, comportamentos e seus conteúdos significativos. Assim, história individual e história da sociedade existem em relação dialética. O indivíduo é, ao mesmo tempo, determinado e determinante de seu processo de socialização, processo este responsável por outro – a formação de identidade, ponto focal onde ocorre a interseção meio social e indivíduo e todos esses aspectos, indubitavelmente, estão presentes no mundo do trabalho, já que o fazer humano foi e continua sendo um dos aspectos centrais na constituição do homem. Portanto, por meio do trabalho o homem constrói a sociedade, se relaciona com seus pares e consigo mesmo.

3. A construção dos significados atribuídos ao trabalho ao longo da vida produtiva do homem passou, necessariamente, por diversas metamorfoses. No período primitivo a relação que o homem estabelecia com a natureza era entendida de maneira sobrenatural, os vínculos sociais e de produção estavam impregnados pelo valor de sobrevivência e também pelo sentido de pertencimento a um grupo, a uma tribo, a uma comunidade, essas relações estavam pautadas pela cooperação e por aspectos religiosos, o que propiciava o sentido de unidade e interligação entre os membros do grupo. Já no período greco-romano, o *labor* era considerado

atividade degradante, pois estava condicionado às necessidades biológicas, ou seja, às necessidades de consumo, e esta atividade era delegada aos escravos. Aos cidadãos cabia participar da *polis*, isto é, participar da vida pública e refletir sobre questões políticas, sociais, econômicas e filosóficas. O trabalho era visto em função do produto, e este, por sua vez, em função de sua utilidade ou capacidade de satisfazer a necessidade humana. O que contava era o valor de uso e não o valor de troca, o valor de uma mercadoria em relação às outras. Na Idade Média, o trabalho era permeado pelo sentido de castigo divino, portanto, como penitência e, talvez por isso, aceito de maneira resignada pelo servo, artesões e cidadãos pobres e as relações produtivas ocorriam na forma de servidão. Já com o advento das máquinas, e mais tarde com a Revolução Industrial, que instaura com força total o capitalismo quase em esfera global, o trabalho passa a ser glorificado e considerado a força motriz capaz de gerar riquezas e progresso, o trabalho torna-se parcelado, mecanizado e o trabalhador descaracteriza-se enquanto sujeito, pois não se reconhece mais no seu fazer, o seu saber é expropriado pela organização e pelo capital e, a partir de então, acentua-se a dicotomia entre o saber e o fazer. O trabalho tornou-se, na era moderna, uma atividade compulsiva e incessante. Para o homem dos tempos modernos, o tempo livre inexistente, ou é escasso. Passou a ser, por outros meios, um mero prolongamento do trabalho. A lógica do trabalho perpassa a cultura, o esporte e, até mesmo, a intimidade. Em outras palavras, o trabalho apoderou-se de todas as esferas da vida e da existência humana. É cada vez mais evidente que na contemporaneidade, o trabalhador é solicitado a participar, a envolver-se e comprometer-se com seu trabalho e sua carreira, afora o aspecto explorador que está presente neste contexto, esta nova condição poderá propiciar espaços de realização e prazer na medida que houver possibilidade de encontrar significados além daqueles alicerçados pelos aspectos econômicos e cuja característica maior seja o de permitir a criação humana no sentido de auto-expressão e,

portanto, incorporando o conceito da ação de Arendt, resgatando o papel do sujeito que, como tal, poderá pensar e repensar suas práticas.

4. Para apreender a categoria trabalho, e em especial os sentidos atribuídos a ele com toda diversidade e heterogeneidade que essa dimensão comporta, ou, em sua natureza multidimensional, é indispensável abranger diversos aspectos da atividade humana, na busca de um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. Refletir, portanto, sobre a relação homem-trabalho-organização, pode propiciar melhores condições para compreender a tensão entre as lógicas da empresa e a lógica do sentido para os sujeitos, pois todo processo psíquico se insere num contexto social, determinado pela cultura e pautado pela alteridade, isto é, pelo singular e pelo genérico, pelo eu e o outro, num processo contínuo de descoberta de si e do seu entorno. Dessa forma, as atitudes, os valores, as formas de pensar e agir em relação à situação organizacional representam a forma como os membros da organização esquematizam a realidade vivenciada.

5. É salutar enfatizar que todas as relações sociais, e neste aspecto em especial as relações de produção, são permeadas por discursos ideológicos e estes, necessariamente, estarão em consonância com sua época e com a classe que detém, de certa forma, o poder vigente. Assim é que, muitos dos discursos organizacionais, por mais humanistas que sejam, podem sim, ocultar como as relações sociais são produzidas, bem como relações de exploração econômica e de dominação política. Provavelmente no passado, as relações de poder e, portanto, as ideologias, eram facilmente identificadas e consideradas totalitárias já que, muitas vezes, estavam pautadas na sujeição explícita do indivíduo à vontade de outrem, ou mesmo a determinadas instituições, entretanto, nos dias atuais, pode-se inferir que a sujeição ocorre de maneira muito sutil, via sedução, o que torna o indivíduo acrítico e co-responsável pela sua

própria exploração, na maior parte do tempo, condição esta escamoteada pela ideologia da harmonia, da motivação homogênea, da empresa família. Atualmente o controle se dá pela cooptação da subjetividade do indivíduo, isto é, pela gestão do inconsciente. As ciências sociais, portanto, e de modo particular, os estudos organizacionais podem servir como reprodutora da ideologia dominante, no sentido de produzir conhecimentos que justifiquem a ordem existente, ou então, como fonte de conhecimento que ajude a desvelar e superar as contradições existentes, adquirindo significação concreta na confrontação real entre Homem – Trabalho, num processo contínuo de transformação.

De maneira geral, procurando finalizar esta pesquisa, pode-se pontuar que, travestido sob diferentes roupagens, de contornos nem sempre tão bem apreendidos pelas ciências econômicas e sociais, o trabalho continua presente, se não como fato estruturador, em decorrências das diversas mutações que assolam o mundo do trabalho, mas certamente continua a existir como elemento orientador da condição humana. E a despeito de sua diversidade, ou talvez por isso mesmo, ainda constitui uma realidade indissociável do cotidiano dos indivíduos, haja vista que trabalhar ainda é uma identificação social que contém um alto significado, independente da forma e do conteúdo do trabalho.

Este trabalho, em última instância, representa uma busca por melhor compreender questões pertinentes à relação homem – trabalho, em especial, os sentidos que permeiam esta relação e, conseqüentemente, as ideologias subjacentes às práticas gerenciais e os modos de produção presentes nas organizações contemporâneas inseridas no sistema econômico denominado de capitalismo. Entretanto, tal propósito deparou-se com algumas limitações, a primeira delas, e talvez a mais relevante, seja a ausência da pesquisa empírica e, portanto, a não utilização de dados primários para uma análise mais próxima da realidade local, sobre os sentidos atribuídos

ao trabalho. Uma outra limitação da pesquisa está pautada na análise dos sentidos do trabalho vista de forma geral e não especificamente em setores de trabalhos diferenciados o que, por certo, propiciaria uma análise comparativa dos significados do trabalho em categorias diferenciadas. Porém, acredita-se que, apesar de se ter chegado a algumas conclusões, resultantes das leituras realizadas, outros estudos sobre o tema mereçam atenção em trabalhos futuros, visto que a realização de estudos como estes devem ser incentivados na medida que trazem à luz reflexões sobre a existência de uma realidade organizacional moderna sobre a qual os novos aspectos da pós-modernidade estão se assentando, ou seja, onde se fazem presentes aspectos como, por exemplo, fragmentação, desterritorialização e poder. Tais questões carecem de melhor detalhamento neste novo contexto.

Finalmente, acredita-se que discutir os sentidos do trabalho presentes nas organizações contemporâneas e suas implicações na constituição do homem enquanto sujeito parece ser uma oportunidade de evidenciar não apenas os aspectos de empobrecimento e ausência de significados que o trabalho tem gerado na atualidade, mas também, e, sobretudo, a oportunidade de revisitar e repensar a importância do trabalho na constituição do homem e o papel das organizações na humanização do trabalho. Espera-se que a perspectiva utilizada neste estudo, além de ser refletida em futuros trabalhos de pesquisa na área, também provoque discussões na prática administrativa. Pois compreender os significados que perpassam a relação homem-trabalho que estão presentes na sociedade moderna em um momento de significativa efervescência de idéias e buscas de novas soluções, parece ser pertinente com o propósito daqueles que fazem ciência na sociedade atual. Talvez seja este um importante compromisso na contribuição da academia em sua aproximação com a prática gerencial das organizações contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira. **Psicologia Aplicada à Administração: Globalização, Pensamento Complexo, Teoria Crítica e a Questão Ética Nas Organizações**. 2.^a ed. São Paulo: Excellus Editora, 2000.

AKTOUK, Omar. A Administração da Excelência: da deificação do dirigente à reificação do empregado (ou os estragos do dilema do Rei Lear nas Organizações). In: DAVEL, Eduardo; VASCONCELOS, João (Orgs.). **“Recursos Humanos” e Subjetividade**. Petrópolis, RJ:Vozes,1996.

_____. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, Jean-François (Coord.). **O Indivíduo na Organização: dimensões esquecidas**. Volume II. São Paulo: Atlas, 1994.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. 8^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

ALVESSON, Mats; DEETZ, Stanley. Teoria Crítica e Abordagens Pós-Modernas para Estudos organizacionais. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999, p. 227-266.

ANDERY, Maria Amélia *et al.* **Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. 12^a ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003.

_____; SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo P. A prática, a História e a construção do conhecimento: Karl Marx. In: ANDERY, Maria Amélia *et al.* **Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. 12^a ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003.

ANTUNES, Ricardo. A Materialidade e Imaterialidade do Trabalho. **Folha de São Paulo**, Maio/2000.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6^a ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BARBOSA, Leila Maria A.; MANGABEIRA, Wilma C. **A Incrível História dos Homens e suas Ralações Sociais**. 10^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; PINHO, Ana Paula Moreno; COSTA, Clériston Alves. Significado do trabalho. Um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. **RAE–Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.6, p.20-26, nov./dez. 1995.

BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 6^a ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel P.; WOOD JR, Thomaz. Produção Científica em Administração de Empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. In: Encontro Nacional de Cursos de Pós-Graduação em Administração. **Anais...**, 1998 (versão integral em CD-ROM do evento).

BITTAR, Lorena Teixeira. **O Sentido do Trabalho**: algumas reflexões sobre o trabalho e a crise do mundo do trabalho. 1997. 94f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da FGV/EAESP, São Paulo, 1997.

BORGES, Livia de Oliveira. As concepções do trabalho: um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v.3, n.3, p. 81-107, set./dez. 1999.

BOUDON, Raymond; BOURICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no Século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CALDAS, Miguel. P.; WOOD JR., T. Identidade organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 1, p. 6-17, jan./mar. 1997.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede** – A era da informação: economia, sociedade e cultura. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O Poder da Identidade** – A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e Tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A Estória do Severino e a História da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. Identidade. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CHANLAT, Jean-François. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: _____ (Coord.). **O Indivíduo na Organização: dimensões esquecidas**. Volume I. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. (Coord.). **O Indivíduo na Organização: dimensões esquecidas**. Volume II. São Paulo: Atlas, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000, p. 216-219.

_____. **Cultura e Democracia**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Filosofia e Política na visão de Marilena Chauí. **CULT – Revista Brasileira de Literatura**, n.35, p. 44-57, jun. 2000.

_____. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. **O direito à Preguiça**. São Paulo: HUCITEC; UNESP, 2000.

_____. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CODO, Wanderley. O Fazer e a Consciência. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. SAMPAIO, José J. Coelho; HITONI, Alberto Haryoshi. **Indivíduo, trabalho e Sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. VASQUES-MENEZES, Iône. Educar, Educador. In: CODO, Wanderley (Coord.). **Educação: Carinho e Trabalho** (Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar á falência da educação). Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999.

_____. Um Diagnóstico do Trabalho (Em Busca do Prazer). In: TAMOYO, Álvaro; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; CODO, Wanderley (Orgs). **Trabalho, Organizações e Cultura**. São Paulo: CAA – Cooperativa de Autores Associados, Coletâneas da ANPEPP: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, p.21-40, 1997.

CORDI, Cassiano. **Para Filosofar**. São Paulo: Scipione, 1995.

COUTINHO, Maria Chalfin. Trabalho e Construção da Identidade. **Psicologia em Estudo**, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v.4, n.1, p. 29-43, jan./jun. 1999.

DEJOURS, Christophe. **A Banalização da Injustiça Social**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DELLAGNELO, Eloise. **Novas Formas Organizacionais: ruptura com o modelo burocrático**. 2000. 179f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

DE MASI, Domenico. **O Ócio Criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma Introdução**. São Paulo: Boitempo/UNESP, 1997.

ECO, Umberto. Quando o outro entra em cena. In: ECO, Umberto. **Cinco Escritos Morais**. São Paulo: Record, 1997.

ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Interioridade e Organizações. In: DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant (Orgs.). **Gestão com Pessoas e Subjetividade**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. O Indivíduo Preso na Armadilha da Estrutura Estratégica. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, v.37, n.1, p. 18-29, 1997.

_____. **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis K. O Sequestro da Subjetividade e as Novas Formas de Controle Psicológico no Trabalho: uma abordagem crítica ao modelo toyotista de produção. In: Encontro Nacional de Cursos de Pós-Graduação em Administração. **Anais...**, 1999 (versão integral em CD-ROM do evento).

FLEURY, Maria Tereza Leme e FISCHER, Rosa Maria (Coord.). **Cultura e poder nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FREITAS, Maria Ester de. **Cultura Organizacional: identidade, sedução e carisma?** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. Contexto Social e Imaginário Organizacional Moderno. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: FGV, v.20, n.2, p 6-15, abr./jun. 2000.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GODOY, Arilda Schmidt. A Pesquisa Qualitativa e sua Utilização em Administração de Empresas. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo:FGV, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995.

_____. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: FGV, v.35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

_____. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo:FGV, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRISCI, Carmem Ligia Iochins. Trabalho, Tempo e Subjetividade: Impactos da Reestruturação Produtiva e o Papel da Psicologia nas Organizações. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.19, n. 1, p. 2-13, 1999.

GUARESCHI, Pedrinho A. A Ideologia: um terreno minado. **Psicologia e Sociedade** – Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, v.8, n.2, p. 82-94, jul./dez. 1996.

_____. Representações Sociais e Ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p. 33-46, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HELLER, Agnes. Uma crise Global da Civilização: os desafios futuros. In: HELLER, Agnes et al. **A crise dos Paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 13-32.

HELOANI, José Roberto. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado: História da Manipulação Psicológica no Mundo do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003.

HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JACQUES, Maria da Graça. Identidade e Trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes, Porto Alegre: Editora Universidade, 1997.

_____. Identidade e Trabalho: uma articulação indispensável. In: TAMOYO, Álvaro; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; CODO, Wanderley (Orgs). **Trabalho, Organizações e Cultura**. São Paulo: CAA – Cooperativa de Autores Associados, Coletâneas da ANPEPP: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, p.41-47, 1997.

JEREZ, Ariel (Coord.). **¿Trabajo Voluntario o Participación?: elementos para una sociología del Tercer Sector**. Madrid: TECNOS, 1997

LAFARGUE, Paul. **O direito à Preguiça**. São Paulo: HUCITEC; UNESP, 2000.

LAFER, Celso. A Política e a Condição Humana. In: ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. Os significados do Trabalho na Vida do Sujeito: reflexões iniciais. **Revista ALETHEIA**, n.3, p. 60-63, jan/julho, 1995.

LEONTIEV, Alexis. O Homem e a Cultura. In: LEONTIEV, Alexis. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LEVY-LEBOYER, C. **A Crise das motivações**. São Paulo: Atlas, 1994.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MAGALHÃES, Mauro de Oliveira. Tecnologia e Subjetividade: Novas perspectivas sobre o Trabalho, a Educação e a Regulação Social. **Revista Aletheia**, n.6, p. 43-49, jul./dez 1997.

MALVEZZI, Sigmar, A construção da identidade profissional no modelo emergente de carreira, **Organização e Sociedade**, v.7, n.17, p. 137-143, jan/abril, 2000.

_____. **Os Desafios da Globalização para a Psicologia Organizacional**. Texto mimeografado e anotações de sala de aula do curso de Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR., 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**: o homem unidimensional. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto comunista. In: **Obras escolhidas**, vol. I. São Paulo: Alfa Ômega, 1984.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

_____. **O capital**, vol.1, livro 1. São Paulo: Difel, 1982.

MASCARENHAS, André O.; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de; PROTIL, Roberto Max. Paradoxos Culturais na Gestão de Pessoas: Cultura e Contexto em uma Cooperativa Agroindustrial. In: VASCONCELOS, Flávio Carvalho; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de (Orgs.). **Paradoxos Organizacionais**: uma visão transformacional. São Paulo: Thomson, 2004.

MATTOSO, J. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scrita, 1995.

MENEGASSO, Maria Éster. O Resgate Histórico da Evolução do Trabalho, Ocupação e Emprego. In: _____. **O declínio do emprego e a ascensão da empregabilidade**: um protótipo para promover a empregabilidade na empresa pública do setor bancário. 1998. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

_____. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. (Orgs.). **Cultura organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Prefácio. In: FREITAS, Maria Éster de. **Cultura Organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo: Makron, 1991.

_____. Cultura nacional e cultura organizacional. In: DAVEL, Eduardo; VASCONCELOS, João (Orgs.). **“Recursos Humanos” e Subjetividade**. Petrópolis, RJ:Vozes, 1996.

_____; NETTO, Gustavo L. Campos. A Associação Contra a Hierarquia. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, v.34, n.1, p.20-28, jan./fev. 1994.

_____.As empresas e a transmissão da ideologia. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, v.32, n.5, p.38-47, nov./dez. 1992.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NARDI, Henrique Caetano; TITTONI, Jaqueline; BERNARDES, Jefferson Souza. Subjetividade e Trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Quem disse que é Proibido Ter Prazer Online? Identificando o Positivo no Quadro de Mudanças Atual. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 22, n. 2, p. 12-21, 2002.

_____. Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.18, n.2, maio/ago. 2002.

PAGÈS, Max. et al. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1993.

PEREIRA, Magali Cecili Surjus. O mundo contemporâneo e o compromisso de psicólogos com a definição de uma nova estética da vida social. In: Silveira, Andréa F. et al (Orgs.). **Cidadania e Participação Social**. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 1999, p. 43-51.

PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli; GIOIA, Silvia Catarina. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: ANDERY, Maria Amélia *et al.* **Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. 12 ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003.

REED, Michael. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. Volume I. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: 1999.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

RUBANO, Denize Rosana; MOROZ, Melania. Relações de servidão: Europa Medieval Ocidental. In: ANDERY, Maria Amélia *et al.* **Para Compreender a Ciência**: uma perspectiva histórica. 12 ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003.

RUMMERT, Sonia Maria. **Educação e Identidade dos Trabalhadores**: as concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã; Niterói, RJ: Intertexto, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 5, n.1-2, p.31-52, nov., 1994.

SANTOS, Ergio Messias dos. Cultura Organizacional: uma teia de múltiplos significados. **Caderno de Administração**, Universidade Estadual de Maringá, v.10, n.2, p.23-34, jul./dez. 2002.

SANTOS, Jair Ferreira. **O que é Pós-Moderno**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SARAMAGO, José. **A Caverna**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **O Declínio do homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIEVERS, Burard. Além do Sucedâneo da Motivação. In: BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto (Orgs.). **Psicodinâmica da Vida Organizacional**: motivação e liderança. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, Antonio Ozaí da. A força da tradição no mundo ao avesso. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 35, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 14 set. 2004.

SILVA, José Roberto; VERGARA, Sylvia Constant. A mudança Organizacional pela ótica dos indivíduos: resistência ou uma questão de sentimento, significado e constituição do indivíduo? In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2, 2002, Recife. **Anais...Recife**: Observatório da realidade Organizaonal: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002. [CD-ROM].

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro de. Trabalho: o fazer humano. In: _____. **Um Outro Olhar**: filosofia. São Paulo: FTD, 1995, p.131-147.

SPINK, Peter K. Discurso e Ideologia Gerencial: reflexões a partir da experiência brasileira. In: MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. (Orgs.). **Cultura organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOFFLER, Alvin. **A Terceira Onda**. 4ª ed. Rio de Janeiro: 1980.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TORRES JUNIOR, Alvaír Silveira. Retórica Organizacional: Lógica, Emoção e Ética no Processo de Gestão. **RAE – Revista de Administração de Empresa**, São Paulo: FGV, v.1, n.1, ago./set./out. 2003.

TRACTENBERG, Leonel. A Complexidade nas Organizações: Futuros Desafios para o Psicólogo Frente à Reestruturação Competitiva. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, ano 19, n.1, pp. 14-29, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à Pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1994.

VASCONCELOS, Flávio Carvalho; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de (Orgs.). **Paradoxos Organizacionais**: uma visão transformacional. São Paulo: Thomson, 2004.

VASCONCELOS, Isabella; MOTTA, Fernando Claudio; PINOCHET, Luis Hernan. Tecnologia, Paradoxos Organizacionais e Gestão de Pessoas. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 2, p. 94-106, abr./maio/jun. 2003.

_____; CRUBELLATE, João Marcelo. Transitoriedade e Permanência nas Relações de trabalho: Discursos Paradoxais para a (Des)Construção Social da Identidade. In: VASCONCELOS, Flávio Carvalho; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de (Orgs.). **Paradoxos Organizacionais**: uma visão transformacional. São Paulo: Thomson, 2004

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: _____. ZOUAIN, Déborah Moraes (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? **Revista Psicologia Social**, v.14, n.2, Porto Alegre, jul./dez. 2002

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 6ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.

WOOD JR., Thomaz. **Mudança Organizacional**: aprofundando temas atuais em administração. São Paulo: Atlas, 1995.

_____; PAES DE PAULA, Ana P. Pop-Management: contos de paixão, lucro e poder. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2002. (versão integral em CD-ROM do evento).

_____; PAES DE PAULA, Ana P. Pop-Management: pesquisa sobre as revistas populares de gestão no Brasil. In: Encontro Nacional de Cursos de pós Graduação em Administração. Campinas, SP. **Anais...**, 2001. (versão integral em CD-ROM do evento).

ZIEMER, Roberto. **Mitos Organizacionais**: o poder invisível na vida das empresas. São Paulo: Atlas, 1996.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)